

cadernos do terceiro mundo 20

NICARÁGUA
o projecto da CIA

ANEIRO 1980 — 40\$00 KZ 40,00 ESC. 40\$00 PG 40,00 — ANO III N.º 20

S. Tomé e Príncipe: a evolução

IRÃO-USA

A GUERRA SANTA

IPINAS

oposição armada

Marcos



acaba de sair

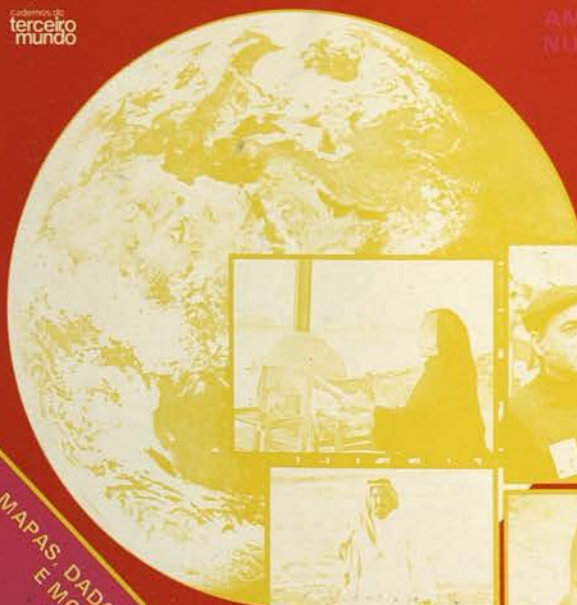
guia do terceiro mundo 1980

Esc 240\$00
KZ 240.00
Esc Moç 240\$00
PG 240.00

Suplemento anual dos
volumes do
terceiro mundo

ASIA, AFRICA E
AMÉRICA LATINA
NUM SO VOLUME

HISTÓRIA
GEOGRAFIA
ECONOMIA
POLÍTICA



MAPAS, DADOS ESTATÍSTICOS
E MONOGRAFIAS
DE MAIS DE
130 PAÍSES

neste número:

Editorial 4

- Argélia: *Há 25 anos era o início da Revolução*
 — António Baptista 11
- S. Tomé e Príncipe: *Consolidação da linha progressista*
 — Luís Moita 19
- Zimbábwe: *Rumo à Independência*
 — Etevaldo Hipólito 25
- Angola: *Unidade Afrolatino-americana* 33

África



- Nicarágua: *O projecto da CIA*
 — Philip. Agee 37
- Honduras: *As difíceis relações com a Nicarágua*
 — Terence Dobsón 48
- El Salvador: *Depois do Golpe*
 — Rafael Vives 41
- É inevitável a guerra civil?*
 — Carlos P. Santos 46
- Jamaica: *Luta pela Soberania Nacional*
 — Beatriz Bissio 54
- Porto Rico: *Pela Independência*
 — Cristina Canoura 60
- Panamá: *Crise no Processo?* 63
- Bolívia: *A derrota dos golpistas*
 — Eduardo Medina 68
- Perú: *As eleições de Maio*
 — Rafael Roncaglio 71
- Venezuela: *Os Muros do MAS*
 — Walter Tesch 76

América Latina



- Irão-EUA: *Quem semeia ventos...* 85
- Filipinas: *A oposição armada a Marcos* 91

Ásia

Panorama 98

Vida e luta dos Índios
 — Adérito Lopes 100

Informação 110

Almanaque 124



Publicação Mensal — N.º 20 — Janeiro de 1980

Edição em Português dos «Cuadernos del Tercer Mundo» e «Third World»:

Director: Pablo Piacentini

Editor Internacional: Neiva Moreira

Editora Adjunta: Beatriz Bissio

Redactor-Chefe: Roberto Remo

Apartado Postal 20-572 — México 20, D. F.

Edição em Espanhol — Ano IV — n.º 36

Periodistas del Tercer Mundo, A. C.

San Lorenzo 153, Desp. 406

México 12, D. F. — Tel. 559-3013

Editor: Gerónimo Cardoso

Edição em Inglês — Ano II — n.º 7

Editor: Fernando Molina

Edição em Português — Ano III — n.º 20

Propriedade

Tricontinental Editora, Lda.

Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º, Dt.º — Telef. 56 13 30

Lisboa 1000 — Portugal

Redacção e Administração:

Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º, Dt.º

Editor: Altair L. Campos

Administração: Ernesto Pádua

Redacção: Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos

João Escadinha

Colaboraram neste número:

Adérito Lopes, António Baptista, Eduardo Medina, Etevaldo

Hipólito, Cristina Canoura, Ignacio Briones Torres, Luis Moita,

Mohamed Salem, Rafael António Vives, Rafael Roncaglio,

Terence Dobson, Vasco, Walter Tesch.

Os *Cadernos do Terceiro Mundo* utilizam os serviços de:

Agência de Informação Moçambicana (AIM), Angola Press (ANGOP), Inter Press Service (IPS), Irakian National Agency (INA), SHIHATA (Tanzânia), Nipon Agency News (NAN), e Prensa Latina (PL). Mantém intercâmbio editorial com as revistas *Nueva* (Equador), *Tempo* (Moçambique), *Novembro* (Angola) e *Prisma Internacional* (Cuba).

Distribuição: Dijornal/Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda. — Rua Joaquim António de Aguiar, 64, 2.º, Dt.º — Lisboa.

Composição e Impressão: Empresa do Jornal do Comércio — Rua Dr. Luis de Almeida e Albuquerque, 5 — Lisboa 1200 — Portugal.

ASSINATURAS

Portugal

Anual (12 números)

Esc. 380\$00

Semestral (6 números)

Esc. 220\$00

Estrangeiro

(12 números, via aérea)

Angola, Moçambique,

Cabo Verde, Guiné-

-Bissau e S. Tomé e

Príncipe

Esc. 600\$00

ou US\$ 14.00

Restantes países

US\$ 17.00

distribuição

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira, Praceta Farinha Leitão, 27, Luanda. BELICE: Cathedral Book Center, Belize City. CABO VERDE: Instituto Caboverdiano do Livro, Rua 5 de Julho, cidade da Praia. COSTA RICA: Libreria Tercer Mundo, S.A., Contiguo Palacio Municipal, San Pedro Montes de Oca. EQUADOR: Edicionesociales, Córdoba 601 y Mendiburo Guayaquil, Ecuador. Libreria Siglo XX, Garcia 420 y 6 de diciembre, Quito. EL SALVADOR: Libreria Tercer Mundo, Primera calle Poniente No. 1030. ESTADOS UNIDOS: Libreria Libro-Libre, 220 W. 14th St., N.Y. 10011. FRANCA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 15005 Paris. GRÁ-BRETANHA: Latin American Book shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e do Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Bockhandel, Spui 14-16, Amsterdam. ITÁLIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60 Roma — Feltrinelli, via del Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6 Roma — Uscita, Banchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Voceadores de Periódicos, Humbolt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Say Rois de Publicaciones, S.A. Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librerías de Cristal, y 100 librerías en todo el país. MOÇAMBIQUE: Instituto Nacional do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh, 103, Maputo. PANAMÁ: Libreria Cultural Panameña, S.A. Av. España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. PORTO RICO: Libreria Puerto Rico, Calle Huanacoo 1009, Rio Piedras, San Juan — Libreria La Tertulia, Amalia Marin esq. ave. Gonzáles, Rio Piedras. REPÚBLICA DOMINICANA: Instituto Americano del Libro, Calle Arzobispo Noel 358, Santo Domingo — Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramirez, 41, Santo, Domingo. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação Cultura Popular. SUÉCIA: Wenner-gren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A. Av. México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

há dois anos que falamos português

Pensamos que iniciamos esta década de oitenta da melhor maneira. Não só porque a nossa edição em português dos "cadernos" entra no seu terceiro ano de publicação, mas também porque, pela primeira vez, irá sair — dentro de dias — a edição portuguesa do Guia de 80 do Terceiro Mundo, suplemento anual da nossa revista.

Este trabalho feito pela nossa equipa em Lisboa, seria impossível de concretização sem o apoio total, extraordinário e imprescindível da equipa mexicana, a quem cabe o mérito da sua criação.

Desenvolvemos por nossa vez um grande esforço no sentido de apresentar este Guia já actualizado, como inclusão de factos ocorridos até Novembro de 1979 com importância relevante para o Terceiro Mundo.

O nosso Guia contém, em síntese,

efemérides e factos históricos relativos aos países do Terceiro Mundo, como também aborda cada um deles, na sua história, nos seus problemas, heróis e mártires, a defesa dos seus recursos naturais, dados estatísticos, etc.

Apresentamos também dados concretos sobre o Movimento dos Países Não-Alinhados, sobre a Nova Ordem Informativa Internacional, sobre a Ordem Informativa Internacional, sobre as agressões imperialistas, sobre todos os problemas, enfim, que directamente ou indirectamente tenham implicações com o Terceiro Mundo.

Neste nosso número 20 que agora sai à rua, procurámos, como sempre, cobrir uma vasta gama de regiões e assuntos.

Procure o leitor por si mesmo. Os "cadernos" estão na sua mão.

correio do leitor

É pela primeira vez que escrevo para a vossa redacção, razão pela qual estou inexperimentado. Faço-o para lhes formular um pedido. Gostaria de corresponder-me com jovens portugueses para troca de postais e amizade.

Sabendo que a vossa revista "Cadernos do Terceiro Mundo" é lida em todo o Portugal, aproveito assim esta ocasião. Desde já espero que o meu pedido seja aceite.

Sou jovem angolano de 19 anos e gostaria de corresponder-me com jovens entre os 16 e os 20 anos. Aqui vai o meu endereço:

Mingo Marleya, C. P. 1875
Benguela-R.P. Angola



É a segunda vez que vos escrevo, desta vez para apresentar uma sugestão: a de se criar um clube, de carácter internacional, de correspondentes dos "Cadernos do Terceiro Mundo". Estes correspondentes seriam no sentido de troca de cartas entre leitores dos "Cadernos" e não para escrever artigos para a vossa revista. E caso isto seja possível, aqui vai a minha morada, para quem me queira escrever em português:

Carlos
Augusto Vilares, Av. Patrice
Lumumba, 1215, 9.º, Flat D,
Maputo — R.P. Moçambique

Estamos trabalhando no Campus da Universidade Federal de Santa Catarina, e o pessoal daqui se recente justamente de falta de uma revista que nos informe sobre a América Latina e o Terceiro Mundo em geral. Gostaríamos de vender a revista "Cadernos do Terceiro Mundo" e acreditamos que ela vai vender bem aqui, pois não existe nenhuma publicação desse tipo.

Marisa Rolin de Moura e Margarette Fletes — Livraria Itzalana, DACEB, Florianópolis 88000. BRASIL.

O Terceiro Mundo, eixo de mudança nos anos 70

SE se observa o sucedido no Mundo durante os anos setenta de um ponto de vista do Terceiro Mundo — e por conseguinte da sua libertação —, verificam-se avanços e progressos. Mas se se faz o balanço do período, este aparece como amplamente favorável, pelo predomínio das conquistas progressistas, levando a que as mudanças produzidas no Terceiro Mundo tenham alterado positivamente a precedente correlação de forças a nível planetário.

O maior número destas mutações têm lugar em áreas consideradas estratégicas pelo sistema capitalista transnacional e pelo seu líder, os Estados Unidos: o Mundo Árabe e o Golfo, Sudeste Asiático, África Austral, América Central e Caribe. Não obstante os esforços despendidos ao longo destes anos para manter e consolidar a distensão entre as potências ocidentais e os países socialistas europeus, o alarme que provocaram estes avanços nos centros capitalistas levou-os a prosseguir na corrida aos armamentos e a por em perigo, neste início dos anos oitenta, a política de distensão. Procuram por todos os meios travar a corrente histórica que derruba, um após outro, regimes dependentes do Ocidente, sejam ditaduras militares, monarquias, colónias ou neocolónias; e assim como o balanço dos anos setenta confirmou que esta corrente é imparável, fácil é aventurar que, nos anos oitenta, ela irá lograr novas vitórias. Mas vamos, região por região, aos factos que marcam estes anos.

Médio Oriente: após a morte do líder nacionalista Gamal Abdel Nasser, assume o Governo do Egipto o general Anuar El Sadat. Desde 1953 que Nasser havia animado o renascimento árabe e o não-alinhamento, ao mesmo tempo que galvanizava a resistência contra o expansionismo sionista e proclamava a solidariedade com o povo palestino. A revolução baasista no Iraque, em 1968, e a



revolução líbia, em 1969, pareciam constituir, juntamente com a Argélia e o Yemen do Sul, a base para um movimento panárabe, cujo pilar maior seria constituído pelo Egipto. Não obstante as suas diferenças políticas, todos estes Governos defendiam uma linha anti-imperialista.

O ascenso de Sadat significa um retrocesso no principal país árabe, pois afasta-o daquela perspectiva e coloca-o na órbita dos Estados Unidos para logo depois levá-lo a pactuar com Israel a procura de uma paz em separado, que procura liquidar a resistência palestina. Enquanto no Yemen, na Argélia, no Iraque e na Líbia os processos revolucionários se afirmam, a Frente Polisário, em 1976, em rejeição aos pactos que pretendem negar a soberania ao seu povo, proclama a República Árabe Saharaui Democrática e intensifica a luta contra os ocupantes do seu território.

Mas a questão central do Mundo Árabe chama-se Palestina. Por ela foi travada a guerra de 1973, de que derivou dois factos novos: o embargo petrolífero e o fim do mito de um Israel invencível. No ano seguinte, a Cimeira Árabe de Rabat reconheceu como único e legítimo representante do seu povo a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que, a partir daí, irá adquirindo reconhecimento internacional. Esta trajetória atinge o auge em Março de 1979, quando da Cimeira de Bagdad, como resposta à assinatura do pacto de Camp David, que condena o regime de Sadat com medidas políticas e económicas. O Príncipe egípcio chega ao fim dos anos setenta com um país em crise e num isolamento flagrante dentro do Mundo Árabe, factos que, entre outras coisas, demonstram a inviabilidade do plano para «aquivar» a causa palestina que o eixo Washington—Tel Aviv procura promover.

E será também num país árabe que se dará a mudança dentro de um *status* que favorecia os interesses norte-americanos no Mé-

dio Oriente. Em Janeiro de 1979, o povo iraniano põe em fuga o sha Mohamed Reza Pahlevi, desprendendo-se o Irão da órbita ocidental. Não obstante a confusão do processo que levará à imposição da República Islâmica, não obstante as difíceis perspectivas para a revolução iraniana, o certo é que o poderoso país, outrora *gendarme* no Golfo Pérsico, rompe a sua aliança com Israel para se converter num amigo do povo palestino, corta os seus fornecimentos de petróleo à África do Sul e aos Estados Unidos, nacionaliza a sua economia, em prejuízo dos interesses transnacionais e, por fim, «transtorna» todo o ordenamento militar, económico e político que até então os interesses ocidentais preservavam no Golfo.

África: aqui o ascenso dos movimentos de libertação é linear. Em 1972, toma o poder no Benin o comandante Mathieu Kerekou à cabeça de um grupo de jovens oficiais e, em 1975, é criado o Partido da Revolução Popular que iniciará uma era de profundas transformações no país. Em 1973 é proclamada a República Popular no Congo (Brazzaville, ex-francês). Em 1974, a Guiné-Bissau assume a sua total independência. E chega 1975, o ano decisivo da década: Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe e as ilhas de Cabo Verde vêm consagradas as suas lutas pela independência. Nesses países os colonialistas portugueses são substituídos por autênticos movimentos de libertação, cuja presença modifica drasticamente a correlação de forças no continente. E é justamente o medo que produz esta alteração que incita as potências ocidentais a fazer todo o possível para frustrar este processo. O esforço centra-se em Angola, onde, com a intenção de evitar o triunfo do MPLA, penetram a partir do sul forças armadas de Pretória enquanto no Norte as Forças Armadas zairenses e a CIA armam e apoiam a FNLA de Holden Roberto, homem de confiança dos Estados Unidos. Mas o MPLA, sob a direcção do seu inolvidável líder, o dr. Agostinho Neto, apoiado pela solidariedade dos combatentes cubanos, enfrenta e derrota a temível e múltipla ameaça. A partir desse momento a revolução nas ex-colónias portuguesas afirma-se e projecta-se a todo o continente, e, em particular, aos impérios brancos de Pretória e de Salisbúria. É dessa perspectiva que devem ser entendidas a urgência das potências ocidentais em obter soluções negociadas para a região, e é assim que no fim de 1979 se chega a um acordo sobre o Zimbábue, onde se admite a participação eleitoral



dos partidos da Frente Patriótica.

Também em 1975 se desmoronou o império etíope. O grupo de jovens oficiais sob a direcção do coronel Mengistu Hailé Mariam deu impulso a um rápido processo de socialização, mas a guerra com a Somália e a resistência eritreia significam duros e terríveis episódios desde o começo da revolução, que chegou a estar em grave perigo, ainda que nesta fase do seu desenvolvimento mostre raízes profundas.

Ainda durante o ano transacto, como outro símbolo da África nova e em mudança acelerada, dá-se a queda da ditadura militar no Ghana, vencendo nas eleições o partido de Kwame N'Krumah, o falecido líder independentista e da causa panafricana e do Terceiro Mundo.

Ásia: Em 1975 as Forças Armadas norte-americanas assistem à sua primeira derrota, numa guerra contra o exército de libertação de um país subdesenvolvido, o Vietname. Isso irá provocar um trauma que, juntamente com escândalos de ordem interna, mergulhará a superpotência numa crise da qual ainda não se recompôs. O movimento de libertação triunfa também no Cambodja e no Laos. É um golpe mortal para a estratégia norte-americana no sudeste asiático. Por receio de contágio, reforça-se o armamento dos países vizinhos. No entanto, para o Vietname é a hora da reconstrução pacífica a que dedica todas as suas energias. Mas o vizinho Governo cambojano empreende uma política extremista no plano interno e profundamente hostil ao Vietname. Contando para isso com a ajuda da China. Os vietnamitas respondem à provocação e ajudam a derrubar o Governo de Pol Pot. A China responde agredindo o Vietname e aprofundando a sua aproximação aos Estados Unidos. A China, país de organização socialista, é levada pelos seus actuais dirigentes a uma crescente aliança com as potências capitalistas e, paradoxalmente, passa a constituir uma ameaça para as forças progressistas da Ásia e do Mundo. Não obstante as dificuldades e os tremendos sacrifícios por que passaram, as revoluções do Vietname, Cambodja e Laos enfrentaram as mais duras provas e após a sua superação continuam a construção socialista.

Um processo inesperado deu-se no Afeganistão, em Abril de 1978, quando sob a direcção de Mohamed Taraki, o Partido Popular Democrático e amplos sectores de oficiais destronam o regime

feudal do «príncipe-general» Mohamed Daud. O Governo de Taraki adere ao socialismo e empreende um programa de transformações profundas na sociedade afegã. O Clero obscurantista e os senhores feudais resistem no entanto violentamente às reformas. A esta rebelião, que desfralda a bandeira islâmica, é prestada pelo imperialismo todo o apoio, para desestabilizar o novo Governo. Para isso utiliza-se o vizinho Paquistão, onde a ditadura do general Zia Ul-Haq (o qual derrubou e assassinou o líder progressista Zulfikar Ali Bhutto) facilita uma base de operações no território aos rebeldes. A este chega-lhes armas e recursos sem limites, numa operação conjunta financiada pelas monarquias do Golfo Árabe e pelos Estados Unidos através dos seus organismos operativos e de espionagem e que conta, além do mais, com treinamento militar por parte da China.

Aproveitando uma fronteira comum entre o Paquistão e o Afeganistão, assim como a identidade racial e idiomática entre os povos fronteiriços, é levada a cabo assim uma intervenção externa contra a revolução afegã. O Governo de Kabul protesta e a insólita resposta do general Zia Ul-Haq é a de que nada pode fazer para a deter em virtude da «autonomia» de que goza a província vizinha ao Afeganistão. Dá-se, assim, um forte desgaste para o Governo de Kabul. Governo que, além disso, sofre de problemas internos — ainda que estes tenham revestido perfis ainda desconhecidos (a propaganda alimentada pelas fontes ocidentais não faz outra coisa que aportar ainda maior confusão). Parece contudo evidente que o primeiro-ministro Hazifullah Amin pretendeu imprimir um perigoso processo de radicalização.

A ele se atribui a decisão de afastar do Governo a ala do partido liderada por Babrak Karmal e de ser o responsável pela divisão do mesmo. Amin realiza um contragolpe e afasta Taraki, que entretanto é morto. Amin, porém, pouco tempo dura no Governo; também ele é por sua vez deposto e eliminado. O assédio fomentado do exterior, a que se veio juntar a divisão interna, puseram em grave risco a revolução afegã. É nestas circunstâncias que Babrak Karmal, invocando o pacto de assistência bilateral, solicitou o auxílio militar da União Soviética. Ela deu-se no momento em que estamos a fechar esta nossa edição. De forma que é ainda cedo para falar mais de uma situação complexa e da qual se desconhe-



cem os aspectos internos que a precederam. Algo há no entanto que deve ser ressaltado: a intervenção contra-revolucionária através do Paquistão foi silenciada, assim como se criou um escândalo em torno da intervenção soviética, que constitui uma réplica à primeira. É pois muito diverso o tratamento para ambos os episódios, evidenciando a parcialidade cúmplice com que se comportam os meios de informação controlados pelos centros capitalistas, com raríssimas exceções.

América Latina: É a área onde no começo dos anos setenta se observam os maiores retrocessos. Em 1971, o coronel Hugo Banzer derruba o Governo nacionalista e popular do general Juan José Torres e instala uma ditadura. Em 1973, um golpe ultradireitista sob o comando do general Augusto Pinochet depõe o Governo de Unidade Popular e o seu presidente, Salvador Allende, que morre resistindo pelas armas à subversão. Em 1973, é dissolvido o Parlamento uruguaio, instaurando-se a ditadura castrense. Em 1976, após uma etapa de degradação por parte da direita peronista que controla o Governo, instala-se uma Junta Militar na Argentina. Em todos estes países do cone sul da América reprimem-se barbaramente os militantes das esquerdas ou os simples democratas. São atingidos *records* mundiais de assassinatos, de desaparecimentos, de torturas. Com o apoio dos militares, expande-se o domínio das empresas transnacionais. Entretanto no Brasil prossegue a ditadura militar que assentou «arraiais» após o golpe de 1964, havendo regimes similares no Paraguai, Nicarágua, Guatemala, El Salvador, Honduras, Haiti. A vaga ditatorial cobre a América Latina. Os poucos países de democracia liberal, apesar de não constituírem uma ameaça para o sistema dominante, têm o contágio. Mas o refluxo não tardará a produzir-se. Já que o modelo económico imposto por estes regimes provoca a resistência social, assim como a oposição de sectores de empresários nacionais. Quase todos estes Governos apenas se mantêm pela força, pois não conseguem articular fórmulas políticas que lhes dêem base sólida.

Em alguns casos, como na Argentina e no Chile, passam por crises intestinas no próprio seio das Forças Armadas. No caso da Bolívia, a pressão popular ao actuar sob as contradições internas faz cair Banzer em 1978. A que se abre um período de democratização, sem dúvida difícil, mas no qual se afirmam os sectores pro-

gressistas. Nesse mesmo ano, através de eleições, surge o Governo de António Gúzman, expoente moderado do Partido Revolucionário Dominicano e assim se encerra o longo período ditatorial de António Balaguer.

No Equador, após uma experiência reformista frustrada, os militares convocam eleições, que deram no ano passado a presidência a Jaime Roldós, candidato da «Concentraci3n de Fuerzas Populares», organizaç3o reformista e populista. No Perú, após a mudançã militar que em 1975 pôs fim à presidência do general Velasco Alvarado, executor de profundas reformas de estrutura e de importantes nacionalizaç3es, é decidido o afastamento castrense em favor de uma democratizaç3o por etapas, que tem visto o crescimento das formaç3es de esquerda.

E com todo o efeito de demonstraç3o continental, derivado até da dimens3o do país, a crise do Brasil dá lugar a uma «abertura democrática» que é impulsionada pela resistênciã social ao regime. Regressam os exilados, vão, pouco a pouco, adquirindo legalidade os partidos e vai-se dando uma evoluç3o de singular projecç3o regional. Há que referir neste enunciado que em 1979 o Governo do Presidente Aristides Royo toma posse da Zona do Canal do Panamá, num processo de recuperaç3o da plena soberania iniciado pelo general Omar Torrijos, em 1968, na regi3o que com raz3o é considerada pelos Estados Unidos como uma passagem estratégica de importânciã mundial.

Mas o momento mais alto da resistênciã popular nestes anos foi-nos dado ver em 1979, na Nicarágua. Com armas desiguais as hostes da Frente Sandinista de Libertaç3o de Libertaç3o Nacional derrotaram o exército regular da dinastina presidida pelo general Anastasio Somoza. Nada puderam fazer os Estados Unidos para o evitar, ainda que sabendo que se tratava de uma revoluç3o autêntica e um real desafio na regi3o aos seus «interesses estratégicos». E o facto de os projectos intervencionistas dos Estados Unidos terem ficado em minoria na Organizaç3o dos Estados Americanos (OEA), que até esse momento apenas tinha servido para justificar as suas agress3es militares no hemisfério, é o melhor indicador para mostrar como também na América Latina, ainda que em condiç3es particulares derivadas da sua vizinhança com os Estados Unidos e da sua posiç3o geográfica, se alteram favoravelmente as relaç3es de força.



ARGÉLIA

Há 25 anos, era o início da Revolução

O povo argelino teve que pagar um alto preço pela sua independência — um milhão de mortos, para além dos feridos e estropiados e dos milhares e milhares de presos e torturados, ao longo da luta de libertação nos cárceres do colonialismo francês. Mas o heroísmo e a determinação do povo argelino iria influenciar decisivamente a luta de libertação de outros povos, nomeadamente os do continente africano. Povos para quem a Argélia independente constitui desde sempre a vanguarda da solidariedade militante.

António Baptista



NO passado dia 1 de Novembro, o povo argelino celebrou o 25.º aniversário do início da guerra de libertação nacional no seu país. Uma guerra que haveria de se prolongar até 1962, perante a intransigência do governo francês, que não se conformava com a perspectiva de perder a sua colónia mais rica, sobretudo na produção de alimentos e, particularmente, na produção de trigo. Aliás, no auge da guerra, em 1958 (ano do regresso do general De Gaulle ao poder), a Argélia ganha nova importância do ponto de vista económico ao ser confirmada a existência de petróleo ao sul do seu território, em pleno Saará.

O povo argelino teria, assim, que pagar um alto preço pela sua independência — nada menos que um milhão de mortos, para além dos milhares de presos e torturados, ao longo desses anos, para além dos milhares e milhares de presos e torturados, ao longo desses anos, nos cárceres do colonialismo francês.

Mas, a guerra tornava-se demasiado pesada para a burguesia francesa obrigada a manter um efectivo de aproximadamente um milhão de homens, permanentemente, em território argelino — um exército regular integrando cerca de 600 mil homens, 200 mil "militianos" recrutados entre os "colaboradores" argelinos e mais cerca de 200 mil polícias dos mais variados corpos.

O governo francês tinha ainda de enfrentar o descontentamento crescente entre a população francesa que viu morrer cerca de 100 mil dos seus jovens soldados, durante sete anos de guerra.

Por outro lado, a FLN (Frente de Libertação Nacional) não limitava o

quadro das suas operações ao território argelino.

Dispondo de uma poderosa organização entre a comunidade de naturais da Argélia, imigrados em França, e contando com o apoio activo de muitos franceses, hostis à continuação do colonialismo, a FLN realizava frequentes acções em território francês, desgastando continuamente a retaguarda das forças colonialistas.

Recorde-se, a propósito, que de França saíam mais de metade das receitas colectivas entre os simpatizantes da causa de libertação argelina, destinadas a ajudar a suportar o esforço de guerra da FLN. Um intelectual francês — Francis Jonnson —, professor universitário e destacado defensor do direito do povo argelino à independência, organizara todo um esquema, que permitia que as receitas das colectas feitas em França, pudessem chegar com segurança às mãos da direcção da FLN.

Enfim, o governo francês, chefiado pelo general De Gaulle, não teve outra solução que não fosse negociar a sua retirada do território que colonizara, durante mais de um século. Uma colonização que o povo argelino, na sua grande maioria, nunca aceitou passivamente, mobilizando-se quase permanentemente, numa admirável manifestação de consciência nacional, contra o ocupante estrangeiro.

Um longo caminho de resistência foi percorrido, quando há 25 anos foi disparado o primeiro tiro da guerra de libertação nacional, que levaria à formação da República da Argélia Democrática e Popular.

UMA RESISTÊNCIA PERMANENTE

Ao contrário do que afirmam alguns "analistas", o nacionalismo argelino, no verdadeiro sentido do termo, não nasceu no fim da Primeira Guerra Mundial. De facto, esse espírito nacional manifestou-se através de todos os tempos, sempre que a Argélia conheceu um novo invasor.

Mas, seria preciso esperar até 1830, para ver constituir-se um verdadeiro movimento nacional, sob a direcção do Emir Abdelkader, que empreende a luta armada durante cerca de 17 anos contra os invasores franceses. Nem a derrota militar do Emir, nem o saneamento sangrento de todas as insurreições que se lhe seguiram, foram suficientes para apagar esse sentimento de resistência nacional.

Este facto tem, naturalmente a sua explicação. Noutros países da África, conquistados posteriormente, o colonialismo francês conservou o essencial das estruturas e instituições nacionais tradicionais, porque pela sua natureza imperialista as instituições feudais e tribais não impediram a exploração colonial, que consistia então na extração das matérias-primas e na exportação de capitais.

Em 1830, entretanto, o capitalismo francês não tinha entrado ainda na sua fase imperialista. Era ainda o tempo da ocupação militar, que excluía qualquer forma de colaboração com a burguesia local. Era ainda o tempo do esmagamento pela força das armas de todo o povo colonizado.



Unidade do Exército de Libertação Nacional

Esta a situação de não compromisso conduz, desde logo, a uma guerra total. Derrotada a grande insurreição de 1871, o colonialismo francês procura aproveitar a oportunidade para vibrar o golpe de misericórdia nas pretensões nacionalistas dos argelinos insubmissos. Todo o antigo aparelho de Estado e todas as instituições tradicionais argelinas são completamente destruídas.

Vencido militarmente, o povo da Argélia entra numa nova fase, marcada frequentemente por uma certa desorientação do sentimento nacional, que o submete aos assaltos destruidores do colonialismo, o mais grave dos quais ocorre em 1880, com a publicação de um conjunto de leis de tipo escravagista. Este código tornar-se-ia conhecido pela designação de "código dos indígenas".

Como escreveu Mostefa Lacheraf, conhecido intelectual argelino, em "Psychologie d'une conquête", publicada por "Cahiers

Internationaux", em 1956: "Trata-se quase sempre de um drama que permanece, sem cessar a sua acção; dum luta incansável e dolorosa que é preciso levar ao seu termo; não em virtude dum heroísmo de fachada, mas porque o povo é dotado de uma tal energia, dum vitalidade neste ponto irredutível, que é preciso gastar-lhe todas as suas fontes de energias físicas e morais, antes de sucumbir."

Mas, se o colonialismo francês pôde, de momento, retirar benefícios daquela empresa criminosa, daí resultou, bem cedo, numa espécie de movimento dialéctico, a **contra-proposta**.

O DESENVOLVIMENTO DO NACIONALISMO ARGELINO

O começo do século XX representa para a Argélia, colónia francesa, a introdução no sistema capitalista mundial, num processo que respondendo às novas necessidades do imperialismo

colonialista, lhe faria sofrer as consequências daí resultantes. É que, esta política, retirando a Argélia do "ghetto" em que há muito se encontrava, fez emergir um enorme movimento de ideias, que daria novas bases ao movimento nacional argelino.

De facto, o desenvolvimento do capitalismo na Argélia favorece o aparecimento dum minoria de argelinos, possuidores de um grau de conhecimento mais avançado, geralmente enquadrados nas chamadas profissões liberais, bem como uma nova classe social composta por pequenos e médios agricultores, beneficiários directos do êxodo massiço dos camponeses pobres para as grandes cidades e para França.

É certo que o Estado colonial procura nestes dois novos extractos sociais a base de apoio que até aí lhe faltava, com o objectivo de "domesticar" a resistência mais ou menos activa contra a ocupação.

Mas, no que respeita aos

novos "quadros" e "intelectuais" de origem nacional, é precisamente a possibilidade de, nas escolas e universidades francesas, contactar com novas ideias e novas formas de pensamento, que lhes permite "renovar" as velhas concepções nacionalistas. Não é certamente por acaso que a primeira organização política argelina, a ENA (Estrela Norte Africana) é criada em 1962, precisamente entre a comunidade estudantil em França. A ENA propõe-se, desde logo, lutar pela independência,

Entretanto, outra consequência directa do desenvolvimento capitalista, foi o nascimento dum embrião da classe operária, até aí inexistente, introduzindo um novo fermento revolucionário na sociedade argelina,

A Revolução Socialista de Outubro, na Rússia, não teve repercussões directas na Argélia. No entanto, os seus efeitos subsequentes far-se-iam sentir profundamente. A jovem República

dos Sovietes leva uma enorme ajuda à Turquia de Kemal Attaturk, que se bate contra o exército grego, instrumento da Inglaterra. Estes acontecimentos eram seguidos atentamente pela nova "elite de intelectuais" argelinos e em todos os países árabes, em geral. A vitória dos turcos sobre o braço armado do velho leão imperial inglês, dá novo alento ao movimento de renascença dos países árabes. Abrindo uma brecha no sistema capitalista mundial, a Revolução de Outubro mostrava aos povos oprimidos o caminho da libertação.

Alguns historiadores e analistas atribuem grande importância à manutenção e desenvolvimento da consciência nacional, baseada na religião muçulmana, professada maioritariamente

te pela população argelina. Este é, de resto, o ponto de vista de alguns dirigentes políticos, agrupados mais tarde na Associação dos Oulamas (pró-islâmica). Em 1925, Ben Badis, que se tornará o leader dos Oulamas, escreve no seu jornal, "El Muntaqid":

É na salvaguarda das nossas tradições que reside a salvaguarda da nossa individualidade nacional e a condição da nossa felicidade moral e material. Nós estamos convencidos, com efeito, que os homens não podem viver sem religião, que esta represente uma força considerável, e que não é boa política para nenhum governo substituir a religião do povo".

De facto, se é certo que à volta destas concepções se reuniram num dado momento os defensores dum projecto de nacionalismo pequeno-burguês reformista, consistindo essencial-



mente na criação duma "república argelina" associada à França, não é menos certo que a religião desempenhou um papel importante.

Por outro lado, funcionando como ponto unificador do conjunto do povo argelino, após a destruição, pelas autoridades coloniais, das instituições tradicionais, das instituições tradicionais. Por outro lado, desde o fim do século XIX, diversas correntes se desenvolveram no Médio Oriente, no sentido da "renovação do Islão". Esta corrente depressa se transformou num instrumento impulsor dos movimentos de libertação nacional, contra as potências imperialistas do Ocidente. Tais movimentos deveriam ter, necessariamente, as suas repercussões na Argélia, cuja história, língua e a religião estão intimamente ligadas aos países do Médio Oriente.

"O REFORMISMO NACIONALISTA"

No dia 11 de Março de 1937, tem lugar em Nanterre, uma assembleia geral dos "Amigos d'El-Ouma", nova designação da "Estrela Norte Africana", dissolvida pelo governo francês. Nesta assembleia é tomada a decisão da constituição do Partido do Povo Argelino (PPA). Deste novo partido sairá o núcleo de militantes que, mais tarde, constituirão a FLN.

O PPA concita, desde logo, a oposição de um sector de militantes da antiga ENA, liderados pelo seu secretário-geral, Amar Imache. Este considera o programa do novo partido, como um recuo em relação

ao da ENA e, por isso, não adere ao movimento.

Aparentemente, estas críticas tinham alguma razão de ser. O programa do PPA propunha como seu objectivo: "Nem assimilação, nem separação, mas emancipação(...) Recusando a assimilação, o PPA trabalhará para a emancipação total da Argélia, sem por isso se separar da França(...)". Sendo o nosso objectivo a emancipação total, importa fazer o que é mais urgente..."

Não obstante as suas hesitações, confusão ideológica e dissensões internas, a formação do PPA representa um passo decisivo na caminhada que há-de conduzir a Argélia à independência. Ele vai consubstanciar no seu seio o conjunto de militantes que mais consequentemente se batem pela libertação do seu povo.

A primeira fase da vida do partido é marcada pela inserção nas regras do jogo legal, eleitoralista, demarcadas pelas autoridades francesas. Apesar da desigualdade de meios, apesar da repressão, o PPA, que em Junho de 1937 não obtém mais do que 14 por cento dos votos, em Argel, torna-se o primeiro partido em Abril de 1939, na capital do país. Isto, apesar de muitos dos seus dirigentes nacionais se encontrarem, no momento, na prisão. Entre eles, está Messali Hadj, líder do partido (1).

Embora sem pôr em causa, completa e inequivocamente a soberania colonial da França, o PPA representava a partir daqui um perigo demasiado grande para os colonialistas. Desse modo, em Julho de 1939, precisamente três dias antes de eclodir a II Guerra Mun-

dial, o PPA é interdito, bem como o Partido Comunista Argelino (PCA) (2).

Remetido à clandestinidade, o PPA atravessa então período de grandes dificuldades. Os seus militantes são perseguidos pela polícia, presos, e sofrem pesadas condenações. A 28 de Março de 1941, o tribunal militar de Argel condena cerca de 50 militantes do PPA a penas que somam, no total, 123 anos de trabalhos forçados, 114 anos de prisão, 560 anos de interdição de residência e 160 000 francos de multas.

Entretanto, a participação da maioria dos argelinos na luta contra os nazis, quer como trabalhadores, quer como combatentes, contribui, sem dúvida, para o esforço das ideias libertadoras e independentistas. Uma parte dos argelinos acreditava, por outro lado, na possibilidade da criação duma "república autónoma, federada numa república francesa renovada, anti-colonial e anti-imperialista".

Tal era o projecto dos Amigos do Manifesto e da Liberdade, liderado por Ferhat Abbas, e em que se integra o PPA até Fevereiro de 1945, mais por razões estratégicas do que por convicção profunda. Um tal projecto seria concretizado, acreditavam os seus promotores, com o acordo dos dirigentes da França.

DO "NACIONALISMO POPULISTA"...

E é, precisamente, a data que assinala a libertação da França — 8 de Maio de 1945 — que haveria de ficar gravada a história do

povo argelino como uma das mais sangrentas e amargas. Mas, os acontecimentos de Maio de 45, seriam, por outro lado, decisivos, para imprimirem uma direcção revolucionária ao movimento de libertação nacional argelino.

No dia 8 de Maio de 1945, tal como em França, em toda a Argélia saíram à rua gigantescos desfiles para festejar a vitória sobre os nazis. Os movimentos nacionalistas integraram-se nos desfiles, transportando as suas bandeiras nacionais, para mostrar o desejo do povo argelino de ascender à independência. As autoridades coloniais aproveitaram o pretexto para punir "exemplarmente" os "independentistas" e retomar a situação nas suas mãos.

Por outro lado, a polícia disparava sobre os manifestantes logo que surgiam as bandeiras argelinas. Nalguns casos, a multidão respondeu à provocação. Em Sétif, os camponeses juntam-se ao movimento e sublevam-se espontaneamente. Algumas propriedades de colonos são atacadas e mortos cerca de 100 europeus. A repressão não se fez esperar. No dia 10 de Maio, sob a direcção do general Duval, ela abate-se ferozmente sobre o povo. "Metchas" inteiras foram arrasadas e bombardeadas os "douars". Rescaldo das operações: cerca de 45 000 argelinos massacrados e mais de 4000 presos. Os legionários, atiradores senegaleses e as milícias de colonos distinguiram-se pela ferocidade.

Para muitos militantes, sobretudo para uma ala de jovens do PPA, estes acontecimentos significaram uma tomada de consciência

sobre o caminho a tomar: o colonialismo não poderia ser vencido por meios pacíficos e eleitoralistas. A via da luta armada apresentava-se-lhes como a única possível. Mas, uma tal via implicava a adopção de novas concepções de luta e de organização.

O 8 de Maio serviria ainda para clarificar as coisas no campo das organizações políticas existentes: Abbas e os seus simpatizantes, recrutados entre a burguesia nacional, as profissões liberais e os "eleitos" legais, formaram a União Democrática do Manifesto Argelino (UDMA), com um programa, e sobretudo uma prática, que os aproximava das antigas correntes assimilacionistas, procurando sobretudo ganhar eleitores.

Os Oulamas, organização de características religiosas (islâmicas) e culturais, não deixavam, por outro lado, de assumir um papel político, tirando proveito da sua influência religiosa entre o povo. Defensores da personalidade muçulmana da Argélia, não mostravam grande empenhamento na defesa da independência. O alvo preferido dos seus ataques era o PPA, alinhado quase sempre pelas posições da UDMA.

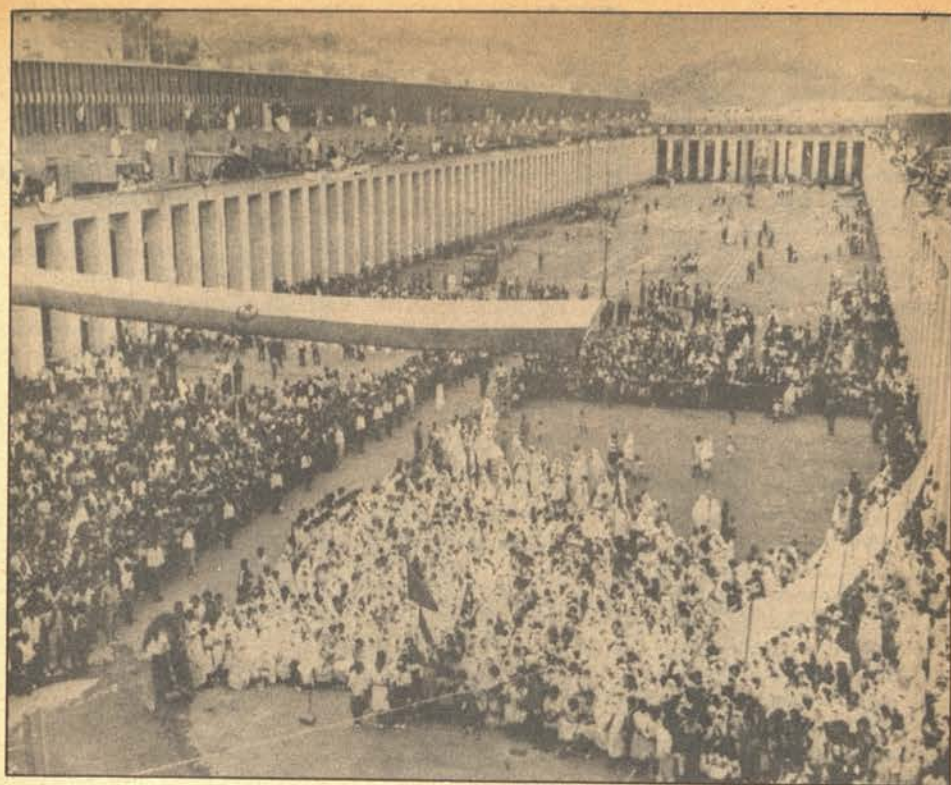
O PPA era, pois, a única organização com alguma força, empenhada na conquista da independência total. Embora privado de muitos dos seus quadros dirigentes e militantes, viu-se reforçado com a entrada nas suas fileiras de novos militantes, muitos dos quais haviam feito a guerra como combatentes e eram na sua maioria originários das pequenas cidades e aldeias do interior.

...AO "POPULISMO REVOLUCIONÁRIO"

É entre estes jovens militantes que se forja a "ala" mais consequente, com concepções de luta revolucionária e que não cessam de pressionar a direcção do partido, no sentido de esta se orientar para novas formas de luta, incluindo a luta armada. Mas, Messali, que dispunha ainda de muita força entre os seus correligionários, decide-se pela constituição, em 1946, do Movimento para o Triunfo das Liberdades Democráticas (MTLD), que constituiria a cobertura legal do PPA (sempre interdito). O MTLD, sob a direcção dos "messalistas" orienta-se para o terreno da luta eleitoral, impressionado com os sucessos da UDMA, nas anteriores eleições.

Mas, muitos militantes da base não estão de acordo. Perante a pressão da "ala dura", a direcção do partido decide criar uma Organização Especial (OS), cuja missão consiste em criar as estruturas orgânicas, meios materiais e preparação de militantes, para a declaração da insurreição armada. A OS estrutura-se na mais rigorosa clandestinidade e goza de autonomia organizativa. A ligação com o partido é feita através de um membro da comissão política do MTLPPA.

Durante os anos de 47, 48 e 49, a OS põe de pé uma organização capaz de enfrentar as tarefas da luta armada. Mas, a direcção "messalista" não se decide. Não convencida da justeza da via da luta armada, responde à impaciência dos militantes da OS, desejosos



Argel, 17.º ano da Libertação

de passar a nova etapa, com evasivas e escusas, procurando ganhar tempo.

Enfim, em Março de 1950, como resultado dum fuga de informações, a polícia empreende uma caça sem tréguas à OS, prendendo muitos dos seus militantes e dismantelando uma boa parte da organização. Assustada com estes acontecimentos, a direcção do MTLP-PPA decide extinguir a OS, apesar da oposição dos quadros que haviam escapado à ofensiva policial. Mal conformados com as decisões da direcção, estes quadros mantêm o que podem das estruturas de apoio e meios materiais da dissolvida OS, bem como os contactos entre si, se bem que não de uma forma organizada.

Os anos subsequentes correspondem ao desabrochar de uma crise profunda que abala o partido. Confrontados com as aspirações das massas, incapazes de lhes dar resposta de forma satisfatória, os dirigentes do partido, na sua maioria, entram em choque entre si, dividem-se entre os que apoiam Messali — que reivindica mais e maiores poderes pessoais —, e os que apoiam os restantes membros do comité central (“centralistas”). Os antigos OS, denominados vulgarmente por “neutralistas”, se bem que mais próximos dos “centralistas”, mantêm claramente uma margem de manobra independente, não perdendo de vista os seus objectivos de fazer estalar a insurreição armada.

Apesar de tudo, são eles ainda que, em Março de 1954, criam o Comité Revolucionário de Unidade e Acção (CRUA), com o objectivo de tentar restabelecer a unidade do partido, através da realização de um congresso alargado e democrático, no sentido de garantir a coesão interna do partido e de o dotar de uma direcção revolucionária. O comité era dirigido por dois “neutralistas” e dois “centralistas”.

Por fim, consumada a cisão do partido, com o abandono dos messalistas, que haviam entretanto realizado um “congresso” na Bélgica, e perante a atitude dos “centralistas”, que procuravam aproveitar do trabalho realizado pelo

CRUA, sem darem muito em troca, os "neutralistas" decidem realizar uma reunião para fazer o exame da situação.

Esta reunião, que ficaria conhecida pela "reunião dos 22", teve lugar em Argel, no fim de Junho de 1954. Nela participaram, entre outros, Ben Boulaid, Ben M'Hidi, Didouche, Bitat, Mohamed Boudiaf, Bouadjaj Zoubir, Mechat, Rachid Mellah e Ramdane Abdelmalk.

Os "22" decidiram passar à acção. Elegeram Boudiaf para dirigir a preparação do desencadear da luta armada. Este deveria agregar a si mais alguns elementos que considerasse capazes, mantendo um rigoroso secretismo. Assim nasceu o "Comité dos Seis", constituído por Boudiaf, Bitat, Ben Boulaid, Didouche, Krim e Ben M'Hidi.

Durante quatro meses, estes e outros homens prepararam o início da luta armada. Dispondo de poucas armas, poucos recursos financeiros e sem grandes apoios entre os líderes nacionalistas tradicionais, depositaram absoluta confiança no apoio do povo argelino.

Enfim, escolhida a designação da nova organização política — Frente de Libertação Nacional (FLN) — e do seu braço armado — Exército de Libertação Nacional (ELN) — foi marcado o dia 1 de Novembro para desencadear a acção.

No dia 1 de Novembro de 1954 começava a guerra de libertação nacional da Argélia. O povo argelino e o Mundo tomavam conhe-

Houari Boumedienne, de chefe militar no maquis a líder incontestado da Revolução



cimento que as acções haviam sido desencadeadas por uma organização denominada FLN, que se propunha a conquista da independência total.

Poucos dias antes, no Congresso dos "maires", em Oran, François Mitter-

rand, então ministro do Interior do Governo de Mendés-France, declarava: "De qualquer maneira, eu posso afirmar, a presença francesa será mantida neste país. Nós não temos nenhuma ideia revolucionária; nós não temos a intenção de dar um salto para o desconhecido". Já depois do 1.º de Novembro, o mesmo ministro dizia: "A Argélia é a França e a França não se negoceia".

Sete anos mais tarde, a França era obrigada a aceitar o direito do povo argelino à independência. Um milhão de mortos foi o preço pago por este povo. O preço que permitiu iniciar a construção da República da Argélia Democrática e Popular.

(1) Messali, por muitos considerado como o pioneiro do nacionalismo, viria a traír a revolução argelina, opondo-se à luta armada de libertação, procurando impôr autoritariamente as suas teses. A sua actividade, a partir do início da década de 50, caracterizou-se pela prática do "culto da personalidade", acarretando enormes prejuízos ao movimento de libertação do povo argelino.

(2) O PCA era, comparado com o PPA, um partido fraco. Integrado por muitos franceses residentes na Argélia, teve frequentemente uma posição pouco clara e com hesitações, sobre a questão da independência. Mais tarde, no período do pós-guerra, participou com outras formações em acções unitárias, sobretudo contra a repressão que as autoridades coloniais faziam abater sobre os militantes argelinos. Após o início da guerra de libertação nacional, o PCA dissolveu, na prática, a sua organização, aconselhando os militantes comunistas a integrem as fileiras da FLN.

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Consolidação da linha progressista?



O processo santomense à luz dos últimos acontecimentos que levaram à expulsão e posterior prisão do ex-primeiro-ministro Miguel Trovoada.

Luis Moita

A opinião pública internacional dispõe de pouca informação acerca de S. Tomé e Príncipe, essa antiga colônia portuguesa que foi entreposto de escravos, mais tarde verdadeiro paraíso para os proprietários das plantações de cacau e café, e hoje pequeno país africano de 80 mil habitantes distribuídos por duas ilhas, situadas em plena linha do Equador, no Golfo da Guiné. Todavia, o país dispõe de uma localização estratégica relativamente importante, como ficou comprovado pelo seu papel de "porta-aviões fixo" por altura da guerra do Biafra (então o regime ditatorial português apoiava os secessionistas biafrenses contra a Nigéria). De qualquer maneira, não se pode dizer que não mereça atenção o que se passa na história recente de S. Tomé e Príncipe, nestes quatro anos e meio de independência (proclamada em 12 de Julho de 1975), período onde não tem faltado a efervescência própria de um processo político de forte impacto social.

Um dos últimos acontecimentos que agitaram a opinião pública foi a prisão, em Setembro passado, de Miguel Trovoada, membro do Governo, antigo Primeiro-Ministro, dirigente histórico do CLSTP (Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe); primeiro núcleo nacionalista que daria origem ao MLSTP (Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe). Os insólitos pormenores da sua prisão foram então conhecidos: aproveitando um intervalo da reunião do Conselho Coordenador do MLSTP onde foi sujeito a forte contestação, Miguel

Trovoada resolve pedir asilo político à Embaixada Portuguesa. Numa decisão que levantou em Portugal grande controvérsia, a Embaixada nega-lhe asilo e facilita-lhe a passagem para a subdelegação das Nações Unidas em S. Tomé. Dessa representação diplomática será dias mais tarde, retirado pelas forças de segurança que o prenderam, enquanto ainda decorriam as conversações sobre a sua situação.

Entretanto o Conselho Coordenador decretava a sua expulsão das fileiras do MLSTP, formulando con-

tra ele algumas acusações específicas: "conivência na tentativa de desestabilização do país; conhecimento da tentativa de assassinato do Presidente do MLSTP; aliciamento com vista à criação de divisionismo; não cumprimento das tarefas que lhe foram confiadas pelo MLSTP e pelo Governo; fuga constante das responsabilidades".

CLIVAGENS DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA

Estas medidas de expulsão e prisão contra Miguel Trovoada culminaram um



Miguel Trovoada



Manuel Pinto da Costa (à direita) com Agostinho Neto, dois obreiros da aproximação militante angolano-santomense

processo de crescente marginalização política, já manifesta na sua exoneração de Primeiro-Ministro, cargo que foi assumido pelo Presidente da República, Manuel Pinto da Costa. Semelhante marginalização deve-se certamente a clivagens de orientação política no interior dos dirigentes do MLSTP, na linha de outros factos anteriores como foram a demissão do antigo Ministro da Saúde, Carlos Graça, defensor da aproximação com o Gabão e hoje residente em Libreville, ou a prisão de José Fret, ex-comissário Político do MLSTP, que foi julgado e absolvido, ao mesmo tempo que outros quadros intermédios eram condenados por conspiração contra o Presidente. Foi agora a vez de explodir a contradição entre Miguel Trovoada e a direcção do MLSTP, podendo afirmar-se que ele se situaria numa linha de tendência pró-oci-

dental em política externa, com as implicações daí decorrentes em política interna.

Seja como for, um facto é certo: a resolução das sucessivas contradições e dissidências em S. Tomé e Príncipe tem sido acompanhada de uma crescente aproximação dos países que optaram pela via socialista, particularmente Angola e Cuba. Quando, em 1977 e 78, a segurança do país esteve ameaçada, a sua defesa foi reforçada por um contingente angolano das FAPLA e por militares das FARP da Guiné-Bissau. São pois muito estreitas as ligações entre S. Tomé e Príncipe e Angola, enquanto se tem intensificado a cooperação técnica cubana em sectores nevrálgicos que vão desde o Plano à Educação.

Verifica-se assim uma evolução do regime santomense no sentido do afastamento dos dirigentes ti-

dos por "moderados" e pró-ocidentais e da predominância de uma linha política de firmeza interna e de aliança privilegiada com os países que se reclamam do socialismo. Tal evolução é claramente liderada pela figura do Presidente Manuel Pinto da Costa e apoiada pela generalidade dos dirigentes do MLSTP.

Simplemente uma orientação política deste tipo gera inevitáveis contradições sociais, quanto mais não seja porque põe em causa os privilégios de certas camadas da população, camadas essas que não perdem as oportunidades para fomentar ou aproveitar as manifestações de descontentamento popular.

OPOSIÇÃO AO RECEN- CEAMENTO

Foi provavelmente isso que se passou por ocasião dos graves incidentes ocorridos pouco antes da prisão

de Miguel Trovoada, à volta da operação de recenseamento. Marcado para 16 de Agosto de 1979, domingo em que toda a população deveria ficar nas suas casas, o recenseamento não pôde completar-se na ilha de S. Tomé em virtude de uma movimentação popular de contestação que atingiu uma certa amplitude.

Quais as raízes dessa contestação? Historicamente existe na população santomense uma aversão ao recenseamento devido às suas características durante a época colonial: ele era essencialmente um acto de controle administrativo e de conotação repressiva, com incidências na aplicação dos impostos e no controle dos trabalhadores contratados vindos de outras colónias — Angola, Moçambique e sobretudo Cabo Verde. Daí a fácil especulação em torno dos objectivos do primeiro recenseamento após a independência, não obstante o esforço de explicação oficial que apontava como finalidades principais a melhoria das condições sócio-económicas do povo, a inventariação dos recursos humanos e das necessidades sociais, e a necessidade de planificação dos serviços públicos, como o abastecimento.

A referida movimentação popular não só impediu levar o censo ao seu termo, como se traduziu em diversas manifestações de descontentamento, a propósito da falta de géneros, do custo de vida e da generalidade das condições de existência. Embora se possa dizer que existam algumas razões objectivas quanto às

VAMOS TODOS PRODUZIR CHEGOU A GRAVANA

A gravana chegou e toda a gente já sabe o que tem a fazer.
Cada camarada deve ter no seu quintal uma



horta com tomate, couve, cenoura, alface, feijão, nabo, etc.
É muito fácil: todos já sabem.



Mexemos a terra com enxada, molhamos com água, depois vamos a mexer.
Até e bom estrumar a terra para produzir mais.



A faz-se depois o viveiro. Depois de um certo espaço de tempo faz-se a transplantação em canteiros próprios e já está.

Não se esqueçam de regar todas as manhãs e apor água quando for necessário.
Não tenham receio: camaradas, é bom ter uma horta no seu quintal porque assim evita certas despesas.

Camaradas!
Chegou gravana. Portanto estamos no tempo para plantar hortaliças.



O que é que vamos fazer se não há sementes a vender nas lojas?



Vamos todos ao
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA OU REFORMA AGRÁRIA



Jornal mural: forma didáctica de comunicação

dificuldades da população, não há dúvida de que o descontentamento foi empolado e explorado por agitadores que aproveitaram essas mesmas dificuldades para contestar o regime.

A própria sessão extraordinária do Conselho Coordenador do MLSTP em que foi expulso Miguel Trovoada, reconheceu que havia anomalias, do topo à base, e lançou um movimento de "constante e permanente crítica e autocrítica ao nível de todos os escalões da Organização", extensivo "a todos os sectores da actividade nacional".

A PESADA ESTRUTURA HERDADA DO COLONIALISMO

Estes e outros factos apontam porventura para uma realidade mais vasta, que é a da fase que S. Tomé e Príncipe agora atravessa, como aliás os outros países africanos que se libertaram do colonialismo português. Passados que foram alguns anos a seguir à independência, sente-se agora — melhor do que no período de arranque inicial — o peso das estruturas herdadas e das distorções sociais criadas pela ocupação colonial.

O caso de S. Tomé e Príncipe é bem característico a esse respeito, na medida em que a sociedade santomense está marcada por vícios estruturais que desvirtuam todo o sistema produtivo e a economia nacional. Basta dizer que mais de 90 por cento do território do país era ocupado por Roças, esses grandes latifúndios coloniais por onde se estendiam as plantações das culturas dominantes: o café e sobretudo o cacau. A maior parte dos ricos proprietários vivia em Lisboa, onde usufruía grandes lucros à custa da exploração de mão-de-obra em condições de quase escravidão, recrutada nas outras colónias, já que a maioria dos santomenses se recusava a trabalhar nas Roças. O grosso dos naturais de S. Tomé e Príncipe vivia da pesca e da agricul-

tura de subsistência, aproveitando aliás os exuberantes recursos naturais das ilhas, a par das actividades dos comerciantes e artesões.

O país atingiu assim a independência política com uma estrutura agrícola viciada nas suas raízes, com a produção inteiramente virada para a exportação, sem qualquer equipamento industrial que não fosse o das Roças. O regime de monocultura agravava extraordinariamente a dependência económica do país, pois que as exportações de cacau representam 98 por cento da exportação global, sendo que a maior parte do cacau é vendido a um único comprador tradicional: a Holanda. Se pensarmos no envelhecimento das plantações, nas incertezas climáticas e nas flutuações dos preços do cacau

nas cotações internacionais, podemos ficar com uma ideia acerca da fragilidade da economia santomense.

Daí que se impunha uma verdadeira luta pela independência económica. Coerentemente, o MLSTP tem

combate nessa direcção, iniciado com a histórica decisão de nacionalizar as Roças poucos meses depois da independência, precisamente em 30 de Setembro de 1975. A partir daí iniciou-se um novo processo político e social caracterizado pelo facto de o Estado deter o controle da quase totalidade da estrutura produtiva do país, ao mesmo tempo que eram humanizadas as relações de trabalho e se instituíam salários mínimos para os trabalhadores agrícolas.



Monocultura de cacau, necessária reconversão de uma herança do colonialismo

A PLANIFICAÇÃO TOR- NOU-SE POSSÍVEL

Por outro lado, a nacionalização das Roças veio permitir um salto qualitativo fundamental no sistema económico, representado pela crescente capacidade de planificação. Já em 1978 foi elaborado um importante Plano Agro-pecuário onde eram propostas metas de produção para cada produto em cada uma das empresas agrícolas nacionalizadas. Estatísticas mensais actualizadas davam conta dos diferentes níveis de cumprimento do Plano, incluindo uma análise cuidadosa dos factores que levaram ao não cumprimento sempre que ele se verificou. É verdade que a pequena dimensão do país facilita um trabalho deste género, mas não é menos verdade que a sua materialização representa um fundamental passo em frente no caminho da colocação da economia ao serviço das necessidades colectivas, além de significar uma capacidade

técnica que não é muito frequente.

Mais ambiciosamente ainda, para 1979 vigorou um Plano já não limitado ao sector agro-pecuário, mas abrangendo o conjunto da actividade económica do país, cujos resultados ainda não são conhecidos mas que terá certamente constituído um instrumento positivo em ordem à aproximação dos objectivos gerais, que são a racionalização e a diversificação das culturas, assim como o aumento da produção e da produtividade.

REVITALIZAÇÃO DA VANGUARDA POLÍTICA

Este curto apontamento permite situar num quadro mais global os acontecimentos inicialmente referidos, como foram a prisão de Miguel Trovoada e a contestação popular ao recenseamento. Apesar das evidentes dificuldades da actual fase do processo santomense, apesar das carências sociais e das dependên-

cias económicas, apesar mesmo das contrariedades na produção de cacau provocadas por uma relativa seca, o país segue um rumo firmemente traçado, gozando até de uma certa prosperidade em comparação com outros países africanos.

Por entre as inevitáveis contradições do momento, o MLSTP tem continuado a assumir as suas responsabilidades e no último Conselho Coordenador propôs-se proceder a uma profunda reestruturação da sua própria orgânica e lançar uma ampla campanha de rectificação "através da qual se irá corrigir os erros, melhorar os métodos de trabalho, afastar da organização os elementos nocivos e identificar os verdadeiros representantes das massas trabalhadoras". Esta futura revitalização da vanguarda política do povo santomense representa mais uma esperança no caminho da construção de um novo tipo de sociedade em S. Tomé e Príncipe.



Operário da construção, pegar no futuro com as mãos

ZIMBABWE

Rumo à independência

A assinatura do acordo final da Conferência constitucional sobre o Zimbabwe vem coroar catorze anos de luta contra o regime ilegal, racista e minoritário da Rodésia do Sul.

Etevaldo Hipólito



Robert Mugabe

Joshua Nkomo

ESTE combate diário, árduo e tenaz, não foi, porém, travado apenas contra um punhado de colonos rebeldes apegados a um sonho impossível. Teve também como alvo, muitas vezes confundido com os dirigentes de Salisbury, tal a natureza e profundidade dos seus vínculos, governos e países capi-

talistas e empresas transnacionais empenhados em não largar mão de um território bastante rico.

Embora não contendo no seu subsolo o volume e a diversificação de recursos como os existentes, por exemplo, em Angola ou na Namíbia, o Zimbabwe oferece, no entanto, o suficiente para que a África do

Sul, os EUA, a Grã-Bretanha, a Alemanha Federal e o Canadá se sintam "motivados" para, de uma forma ou de outra, se envolverem no conflito, ao lado de Ian Smith.

No livro "a Questão Rodésiana", publicado em 1977, o Centro de Estudos Africanos da Universidade de Maputo alinhava alguns

dados, que definem o quadro já clássico de uma economia dominada e dependente. Aí se constatava que o amianto, o carvão, cobalto, cobre, crómio, as esmeraldas, o ferro, o níquel e o ouro são explorados por empresas cujas matrizes se encontram em alguns desses países que anteriormente citámos. As mais conhecidas, de entre elas, são: a Union Carbide (EUA), Rio Tinto ZINC (GB), a Anglo-American (África do Sul), Lonrho (GB), Falconbridge (Canadá). Segundo a mesma publicação, o valor da produção mineira cresceu de 53,5 milhões de rands, em 1964, para 206,7 milhões de rands, em 1975/76, tendo-se verificado um aumento gradual da participação no Produto Nacional. Outro facto a demonstrar a importância do sector relaciona-se com o volume de investimentos norte-americano. Em 1967, dos 56 milhões de dólares aplicados pelos EUA no território, 50 milhões dirigiram-se para a indústria mineira. Além destes países — todos eles, à excepção da África do Sul, membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas — deve-se juntar a Holanda, a Suíça e o Japão, que praticamente dominam sectores como o petróleo, tabaco, alimentos para lactentes e automóveis, tendo, por outro lado, uma presença bastante forte em outras áreas da economia.

Actuando directamente ou através de terceiros, não foram poucas as empresas que continuaram operando na Rodésia apesar do bloqueio decretado pela ONU em 1966. Esta actuação patenteava o apoio que lhes

era oferecido pelas classes dirigentes das nações capitalistas onde se encontravam as suas matrizes. E não foram poucas as vezes em que, de forma dramática, os vínculos existentes entre a minoria de colonos rebeldes e estes centros se tornaram claros. Equipamento bélico ligeiro e pesado foi recolhido pelo zimbabweanos e seus aliados nos recontros que marcaram o processo de independência. Aviões mirage, helicópteros, aparelhos de reconhecimento, carros blindados e outros materiais de fabricação norte-americana, alemã federal ou francesa eram utilizados em massacres tanto no interior da Rodésia, como nos territórios dos países vizinhos. Como também não deixou de funcionar outro tipo de mercado infame, o de homens a soldo para matar. Os interesses em jogo nunca permitiram que nos Estados Unidos ou na Inglaterra, por exemplo, fossem eliminadas as actividades de propaganda e recrutamento de mercenários.

“VITÓRIA DO POVO DO ZIMBABWE”

Um aspecto importante do desenlace das conversações em Lancaster House está na vitória do povo zimbabweano sobre o governo saído do “acordo interno”, assinado em 1978, entre Smith, Muzorewa, Sitole e Chirau. Ao mesmo tempo que através da nomeação de ministros negros os colonos tentaram dar uma nova imagem do regime, procuravam igualmente reter em suas mãos os pontos chave do aparelho de Estado. Com direito a veto num Parlamento onde

detinham 28 dos 100 assentos, aos colonos brancos foi-lhes atribuído o controlo directo do exército, da polícia, dos tribunais e dos serviços públicos.

Em seguida a este compromisso, que nada mais fez que sancionar o poder exercido pela “Frente Rodésiana”, de Ian Smith, em todos os domínios, tem lugar em Abril de 1979 eleições para um governo de maioria. Ao mesmo tempo que denuncia a fraude, a “Frente Patriótica” intensifica a luta contra o regime de Smith-Muzorewa, realizando acções de vulto na própria capital. Os resultados agora obtidos em Londres, significam, neste particular, o fracasso de uma minoria reaccionária — integrada por brancos e negros — de superar um sistema em crise.

TERMOS DO ACORDO

Eram dez horas em Londres, quando numa cerimónia de quatro minutos, Robert Mugabe e Joshua Nkomo, pela “Frente Patriótica” do Zimbabwe, o Bispo Abel Muzorewa e Silas Mundwarara, representando o lado rodésiano, Lord Carrington e Ian Gilmore, em nome do Governo britânico, firmaram os protocolos do Acordo Geral e do Acordo de Cessar-fogo. O acto foi presenciado pela Primeira-Ministra, sra. Thatcher, acompanhada por todo o seu Gabinete, pelo Secretário-Geral da Commonwealth, Shridat Ramphal, observadores de Moçambique, Zâmbia, Tanzânia e Botswana, além de embaixadores dos países membros do Mercado Comum europeu. Carrington declarou na ocasião que

ZIMBABWE

MOÇAMBIQUE

Scale

ZANU's Operational Designations:

- Northern Province - 1
- Central Province - 2
- Southern Province - 3



"para o povo da Rodésia e para todos os países vizinhos, a assinatura dos acordos hoje significa o fim da guerra que causou imensos sacrifícios e sofrimentos".

As conversações que culminaram com a assinatura do acordo tiveram início no passado dia 10 de Setembro do ano transato. Anteriormente, porém, em 1976, tinha havido um intento de conferência abraçando as partes envolvidas no conflito. Realizada em Genebra, ela fracassou por não se ter podido chegar a um acordo quanto a quem deveria assumir o poder durante o período de transição para um governo de maioria. Durante quatro meses os debates foram entremeados com agressões contra a Zâmbia e Moçambique, registando-se nessa altura os maiores desaires já verificados na área militar para o governo de Salisbury. À medida que as

conversações progrediam, os dissabores no campo de batalha vinham-se juntar aos revezes políticos e uma coisa se tornava bem visível: mesmo depois de incorporar no seu seio dirigentes negros, mesmo depois de recorrer ao recrutamento massivo de mercenários, o regime liderado por Ian Smith continuava tão inviável como antes.

O primeiro dos acordos firmados sintetiza a plataforma alcançada e o segundo refere-se especificamente à questão do cessar-fogo. O texto assinado em primeiro lugar explicita os compromissos assumidos pelos dirigentes:

- a) Aceitar a autoridade do Governador nomeado por Londres.
- b) Aplicar a Constituição de Independência.
- c) Comprometer-se com os arranjos sobre a transição.
- d) Aplicar o cessar-fogo.

e) Desenvolver uma campanha eleitoral de forma pacífica.

f) Não recorrer à força na resolução de problemas políticos.

g) Aceitar os resultados das eleições, levando quaisquer forças sobre a sua autoridade a fazer o mesmo.

Ficou também estipulado que o dia 28 de Dezembro seria a data fixada para o total cessar-fogo e que, por outro lado, a 4 de Janeiro deveriam já estar estacionadas e acomodadas todas as tropas.

O PROCESSO ELEITORAL

No dia 21 de Dezembro, o governador britânico da Rodésia do Sul, Lorde Soames, punha termo a um decreto que há 19 anos interditava o funcionamento da ZANU e da ZAPU. Uma vez reconhecidas legalmente pela potência colonizadora, foi-lhes assegurado o

direito de realizar reuniões de cunho político e concorrer a eleições. Desta forma, superada em princípio uma etapa da luta armada para a obtenção da independência, o Zimbabwe começou a escrever, ao mergulhar na campanha eleitoral, uma dos mais delicados capítulos da sua história. De diversas fontes já surgiram manifestações de preocupação quanto ao seu desenrolar, e mesmo restrições quanto ao inevitável desenlace. Tanto o bispo Muzorewa como o general Peter Walls, responsável máximo pelas operações de Salibúria, já defenderam a sua posição quanto a uma vitória eleitoral da Frente Patriótica. Para consagrar nas urnas um êxito já desenhado no campo de batalha seria o "desastre", significaria a "guerra civil". A África do Sul também não escondeu as suas pretensões de influenciar directamente o pleito com possibilidade de uma intervenção armada.

Em entrevista concedida em Maputo, no passado dia 26 de Dezembro, Robert Mugabe, co-presidente da Frente Patriótica, apontava para as dificuldades que poderiam surgir e comprometer as eleições.

"A primeira, declarava ele, é o perigo que existe de elementos como as forças rodesianas e sul africanas interferirem no processo eleitoral. A segunda, são as dificuldades legais. O governador foi autorizado a emendar uma lei do tempo, "unilateral Declaration of independence", mas parece que estas emendas não nos vão permitir que façamos uma campanha livre ou que tenhamos absoluta liberdade de movimento para as

Morreu o Comandante Josiah Tongogara



No passado dia 26 de Dezembro morreu num acidente de viação na República Popular de Moçambique o comandante Josiah Tongogara, responsável pelo Departamento de Defesa da ZANU e comandante do seu braço armado, as ZANLA (Zimbabwe African National Army). A sua biografia é a vida e luta do povo zimbabueano dos últimos 25 anos, de tal modo ele a incarnou e a assumiu. Nascido em Salukwe, no Zimbabwe, em 1940, desde muito cedo que se integra no movimento nacionalista; com 14 anos apenas começa a colaborar com a Liga da Juventude.

Perseguido pelas autoridades coloniais refugia-se na então colónia britânica da Rodésia do Norte - hoje Zâmbia - onde se inscreve como membro da ZAPU. Com 23 anos, juntamente com o Presidente Robert Mugabe, o comandante Tongogara faz parte do grupo de militantes que em 1963 decide criar a ZANU. No ano seguinte ele ocupa o lugar de secretário da ZANU no distrito de Lusaka, Zâmbia.

Defendendo que o povo do Zimbabwe se devia organizar militarmente para derrubar o colonialismo, Josiah Tongogara parte para a Tanzânia em 1965, onde recebe treino militar em Tumbi, durante nove meses. Após o que segue para a República Popular da China a fim de se especializar. De regresso à Zâmbia, é responsabilizado pelo Sector de Segurança do Partido e de preparar a primeira ofensiva militar. Em 1967 tem o primeiro contacto de fogo com o inimigo na área de Binga.

Como chefe operacional organiza a partir de fins de 1970 as forças da ZANLA para reactivarem a luta armada no interior da Rodésia, utilizando como retaguarda de apoio as áreas libertadas pelas Forças Populares de Libertação de Moçambique na província de Tete. Em 1972, é aberta a Frente de Nordeste pelo ZANLA tendo então desempenhado papel de grande importância não só no comando das operações como na mobilização do povo para a luta.

Com a libertação de Moçambique criam-se novas condições para intensificar a luta armada no Zimbabwe. Em Dezembro de 1976, juntamente com Jason Moyo, então vice-presidente da ZAPU, o comandante Tongogara discute formas de complementar as actividades de guerrilha da ZAPU e da ZANU.

Nesse mesmo ano reorganiza o comando operacional das ZANLA por forma a estender a luta armada a mais zonas do país. A luta cresce rapidamente no interior do país e, em meados de 1978, Salibúria encontrava-se já completamente cercada pelas guerrilhas. Em Outubro desse ano, ele participa na preparação e supervisão do plano de ataques aos tanques de combustível da capital rodesiana, operação que desmobiliza e abala decisivamente o regime ilegal e racista de Ian Smith.

Poucos dias antes da sua morte, o comandante Josiah Tongogara desempenharia igualmente papel de grande relevo durante a Conferência de Lancaster House, onde participaria na qualidade de Chefe de Comando Operacional Conjunto da Frente Patriótica.

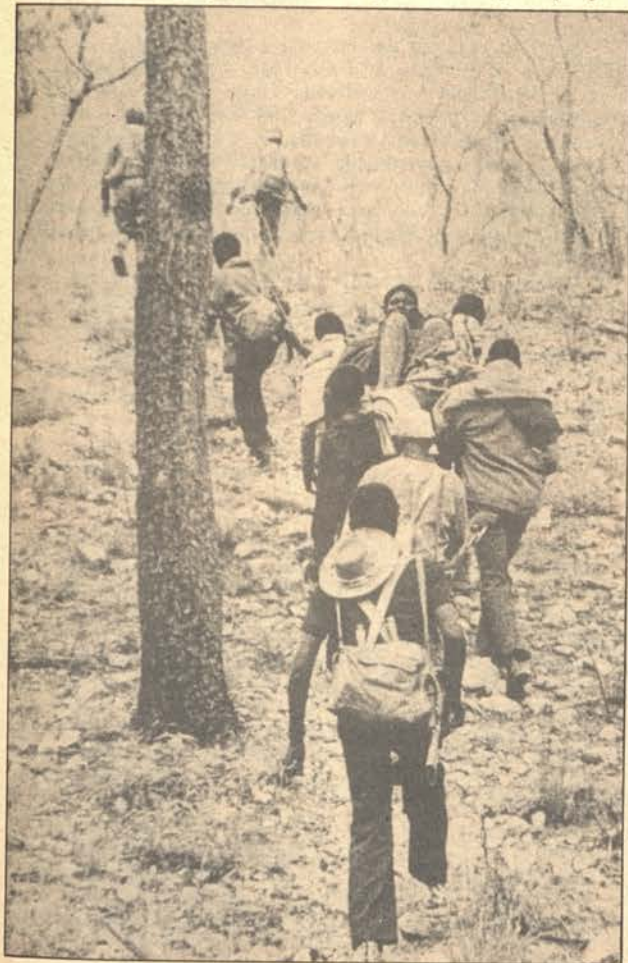
eleições. Existe uma lei que proíbe reuniões a não ser que estejam autorizadas, e para isso tem que se pedir permissão à polícia. A polícia requer um certo tempo para medir as circunstâncias e aprovar ou não os encontros. Existe também a questão do movimento, se vai ser livre ou não, se as pessoas vão ser proibidas de entrarem em certas áreas. Existem todos estes aspectos legais que podem muito bem ser utilizados pelo lado rodésiano para inibir uma livre campanha da nossa parte e um livre movimento por parte do

povo." que ele preside, e a Zapu, presidida por Nkomo, iriam participar no processo eleitoral. Os dois movimentos estudavam possibilidades como a concretização de uma aliança ou a formação de uma coligação. Segundo declarou, apesar de que nada estivesse ainda definido, o certo, porém, é que a Frente Patriótica não será destruída, embora a ideia de se formar um só partido não esteja em questão.

Um dos problemas que se coloca para a marcha normal da consulta popular é apresentado pelo próprio

prazo apresentado para a sua realização. Dois meses após o cessar-fogo, que entrou em vigor no dia 28 de Dezembro, milhares de zimbabwuanos deverão acorrer às urnas. Há sérias dúvidas de que mais de 200 000 refugiados, dos quais mais de 150 000 se encontram em Moçambique, possam ser transportados dos países vizinhos, instalados, orientados, assistidos e treinados para participarem efectivamente no pleito. Estas etapas para serem cumpridas exigem que se imponha e implante em todo o país uma estrutura; num território onde, para a população negra, a mais directamente envolvida na questão, praticamente não existe um sistema de documentação individual.

O tom reticente quanto à realização de eleições foi sublinhado pelo presidente Kenneth Kaunda, depois de saudar, em declarações prestadas à revista *Der Spiegel*, da Alemanha Federal, o acordo de Lancasterhouse. Kaunda afirmou que se o pleito não se encaminhasse de forma correcta e se chegasse a ser instalado um fantoche em Salisbúria, a questão da Rodésia não estaria resolvida. Acrescentou ademais, que caso se concretizassem as ameaças Sul-Africanas de intervenção ele solicitaria o apoio de países amigos. Por sua vez, apesar de apresentar algumas restrições a partes dos textos rubricados, o Conselho Mundial das Igrejas manifestou o seu regozinho pela assinatura dos documentos formalizando a Paz. O CMI, por outro lado, mostrou-se preocupado, pela possibilidade de um golpe de estado antes de eleições livres.



A Conferência de Lancaster House representou uma vitória da luta armada

A possibilidade de fraude eleitoral, à semelhança das eleições de Abril de 1979, ameaças de agressão pela África do Sul, o papel bastante apagado das forças da Commonwealth estacionadas na Rodésia e a não aceitação por parte de Smith/Muzorewa, de uma vitória eleitoral da Frente Patriótica, todos estes elementos, indicam a existência de sérios empecilhos à concretização dos acordos logrados em Londres. A própria Grã-Bretanha contribui para isto ao ignorar, segundo observou Mugabe, determinados compromissos assumidos. Lord Carrington havia afirmado que imediatamente após a instalação do Governo britânico na Rodésia se procederia à retirada de quaisquer tropas estrangeiras porventura ainda no país. O compromisso abrangia as forças sul-africanas que vieram em socorro de Ian Smith e permaneceram para apoiar o bispo Muzorewa. Estes efectivos — sublinhou Mugabe — não só permaneceram, como estão sendo reforçados em homens e equipamentos.

A CONFERÊNCIA DE LONDRES É UMA CONSEQUÊNCIA DA LUTA ARMADA

Apesar das preocupações manifestadas com os problemas imediatos que a realização de eleições acarreta, a assinatura dos acordos em Londres significou tanto para os zimbabwianos como para os povos vizinhos, uma grande vitória na luta comum contra a presença das forças imperialistas na região e pela implantação de um novo sistema social. Uma vitória

que marcou profundamente os países da linha de frente — constituída por Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia. A medida que a luta se intensificava e crescia igualmente o volume de agressões contra os seus territó-

rios, estes países encontravam formas de manter a coesão, superando as manobras desencadeadas pelo inimigo comum — o imperialismo. Igual posição era mantida com relação às respectivas populações. No caso particular de Moçambi-

«Sir» Soames não joga limpo



A pouco mais de um mês das eleições de 27 e 29 de Fevereiro no Zimbabue, as infracções aos acordos pensamente alcançados em Lancaster House tomam um cariz preocupante. O primeiro responsável desta situação é o governador britânico em Salisbúria, sir Christopher Soames, cuja escandalosa parcialidade em relação às forças colaboracionistas de Muzorewa indica que o governo de Londres não está disposto a aceitar que o povo do Zimbabue escolha livremente os seus dirigentes e a via política do seu futuro Estado.

O desrespeito dos acordos vão ao ponto de permitir a presença em território rodésiano de tropas sul-africanas depois de Pretória ter ameaçado intervir no país vizinho caso se verifiquem aí "perturbações à ordem". E todos sabemos como é fácil provocar essas perturbações sobretudo se as eleições não forem favoráveis aos interesses norte-americanos, ingleses e sul-africanos.

Mais de 50 pessoas morreram nos últimos dias nos confrontos provocados pela polícia e tropas do regime de Ian Smith, que com o consentimento Lord Soames saíram dos quartelamentos onde deviam estar confinados.

Contrariamente ao estabelecido em Londres permanecem ainda hoje nas prisões rodésianas 15 mil presos políticos, enquanto as autoridades britânicas se recusam a receber mais de 220 mil refugiados que se encontram na Zâmbia, Moçambique e Botswana alegando "incapacidade de lhes prestar assistência". A todas estas violações da letra e do espírito de Lancaster House somam-se recusa sistemática na autorização de entrada de centenas de militantes da ZANU, e a obrigação imposta à organização de Robert Mugabe para alterar o seu símbolo — uma espingarda cruzada com uma enxada — que as autoridades inglesas consideram "perigoso" para a ordem pública.

Resta esperar que os protestos das forças patrióticas do Zimbabue por tal situação ilegal a que se juntam os dos países da Linha da Frente, da Organização de Unidade Africana, dos países da Commonwealth e dos próprios deputados trabalhistas ingleses, conduzam o governo da senhora Thatcher e sir Christopher Soames a honrar os compromissos que assumiram perante a comunidade internacional.

que, cujo partido — Frelimo — começou a apoiar a luta dos nacionalistas do Zimbabwe ainda quando conduzia o seu próprio combate contra o colonialismo português, formou-se a consciência de que nenhum moçambicano era verdadeiramente livre enquanto os Zimbabweanos vivessem dominados e segregados.

No discurso de abertura da quinta sessão da Assembleia Popular, no dia 20 de Dezembro, o presidente Samora Machel apresentou um balanço da situação vivida nestes anos de luta. Através das zonas libertadas os combatentes zimbabweanos abriram novas frentes contra o inimigo. Este facto levou a que o governo português concluísse com Salisbúria acordos de cooperação na área militar. Tropas rodesianas passaram a operar dentro de Moçambique. Em 1976, a 3 de Março, antes mesmo de completar um ano de independência, os dirigentes moçambicanos anunciaram a aplicação das sanções contra a Rodésia do Sul. Além de ter de enfrentar

uma forte campanha imperialista, segundo a qual havia sido declarado guerra contra o regime ilegal e desta forma abria caminho para a internacionalização do conflito, o país tornou-se alvo prioritário daqueles cujos interesses estavam representados em Salisbúria. Procurava-se uma confrontação directa e aberta. As perdas em vidas humanas foram muitas altas, tanto ocasionadas pelos massacres realizados nos campos de refugiados como nos ataques desfechados contra moçambicanos. Neste caso particular, entre os nacionais as baixas verificadas foram de 1338 mortos, 1538 feridos e 751 pessoas raptadas. Nas províncias mais atingidas (Manica, Tete, Gaza e Sofala), os prejuízos em bens, equipamentos e infraestruturas chegam a um milhão e quinhentos mil contos. Este total refere-se à destruição de veículos, embarcações, mercadorias, barragens, centros de comunicação, pontes e outros itens economicamente importantes. Por outro lado, há também os prejuízos decorrentes da resolução 253, de 29

de Maio de 1968, do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O relatório do Conselho económico e social da ONU indica que a perda global ascenderia a mais de 550 milhões de dólares.

A assinatura dos acordos na Grã-Bretanha coroa uma resistência iniciada contra o domínio colonial, muito antes de 1965, ano em que Ian Smith declara unilateralmente a independência. Ela expressa o reconhecimento pelas vitórias alcançadas pela Frente Patriótica nas frentes militar e política. Traduz, ainda, uma realidade importante — a unidade que os países da linha de frente pacientemente forjaram, a partir do momento em que assumiram o compromisso de apoiar a luta dos zimbabweanos sublevados. Uma primeira fase da luta já foi superada e a coesão alcançada nesta experiência comum deverá cimentar as bases para que venham a ser estabelecidas relações políticas e económicas capazes de, como arma, contribuir efectivamente para liquidar o subdesenvolvimento, atingindo-o em suas próprias raízes. A vitória da Frente Patriótica significa a possibilidade de surgimento de um estado de novo tipo, esperado por todos e fadado a ocasionar profundas repercussões na África, como acentuou o comité central da Frelimo; a constituição de um Zimbabwe democrático, pacífico, estável e unido representa um factor decisivo para a estabilidade da região e para o reforço dos povos que, na zona, estão engajados no combate pelo desenvolvimento económico e o progresso social.



Cerca de 220 mil refugiados zimbabwanos continuam ainda impedidos de entrar legalmente no seu país



pretende completar
a sua colecção dos

cadernos do
terceiro mundo ?

dirija-se, por carta, à
TRICONTINENTAL EDITORA, LDA.
Rua Pinheiro Chagas, 41-2.º Dt.
1000 LISBOA

ou pessoalmente a uma das seguintes livrarias

- CDL — Livraria Popular de Angra — Rua D. Amélia, 78-80 *Angra do Heroísmo*
- Livraria Popular de Beja — Rua Mértola, 89 *Beja*
- Interlivro — Terreiro da Erva, 6 *Coimbra*
- Livraria Bento Jesus Caraça — R. Alcárcova de Baixo, 13 *Évora*
- Livraria Populr de Faro — R. 1.º de Dezembro, 13 *Faro*
- Interlivro — R. Pedro Nunes, 9-A *Lisboa*
- CDL — Av. Santos Dumont, 57-C *Lisboa*
- Livraria Popular dos Olivais — R. Cidade Quelimane, 3-C *Lisboa*
- Livraria 18 de janeiro — R. Antónia Campos Júnior, 18 *Mãinha Grande*
- Livraria Avante — R. de Aviz, 26 *Porto*
- Livraria Caminho — R. Pedro de Santarém, 41 *Santarém*
- Livraria Mundo Novo — Av. da República *Setúbal*
- Livraria Popular de Viana — R. da Picota, 38-40 *Viana do Castelo*
- Livraria Soeiro Pereira Gomes — R. Serpa Pinto, 77 *Vila Franca de Xira*

ou
Opinião — R. Nova da Trindade, 24 *Lisboa*

ANGOLA

Unidade Afrolatino-americana contra o racismo e as ditaduras



*Ampla participação popular nas jornadas de solidariedade,
inspiradas ainda pelo dr. Agostinho Neto.*

*Delegados de 36 países e numerosas organizações
denunciaram os vínculos entre o racismo, as ditaduras
e o imperialismo*

ENTRE 15 e 19 de Dezembro último, Luanda foi cenário de um importante encontro: as Jornadas de Solidariedade com os povos afro-latino-americanos. Seus temas centrais: esclarecimento sobre o racismo na África Austral e sobre as ditaduras de orientação fascista na América Latina. Tratam-se, de facto, de fenómenos de singular importância internacional, já que tanto os regimes de minoria como as ditaduras do cone sul da América Latina estreitam vínculos entre si em virtude das suas semelhanças ideológicas, e a não existirem contradições naquela região do continente americano já estes governos teriam selado a Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS). Ou seja, uma aliança político-militar destinada a preservar os interesses ocidentais (como se esses povos pertencessem ao ocidente e não ao Terceiro Mundo) nessa zona de valor estratégico mundial, e que ao mesmo tempo consolidasse os referidos regimes reaccionários subscretores.

Foi pois esse o tema geopolítico do encontro; encontro que foi inspirado ainda pelo dr. Agostinho Neto. As idéias do falecido líder africano e dos dirigentes da Revolução angolana consistiu em concretizar um encontro tendente a promover a consciência entre os povos para este problema, de modo a unir as forças progressistas destes países interessados em enfrentá-los. E embora pareça natural que os povos e as organizações progressistas de África e da América Latina coordenem a sua acção com vista a defender os

seus interesses, o facto é que a incomunicabilidade entre ambos os continentes — como aliás entre todas as regiões do Terceiro Mundo —, derivada da independência e subdesenvolvimento, impediu ou dificultou até agora tão elementar resposta.

As jornadas destinaram-se a romper esta incomunicabilidade e a convertê-la em solidariedade activa e eficaz. Que o resultado será positivo demonstra-o o alto grau de participações conseguido: 36 delegações de

pontos do país e incluíram tanto exposições culturais e desportivas como actos e debates políticos; foi possível, assim, uma presença popular directa, para além da directa, que acompanhava as Jornadas pelos órgãos de comunicação social. Estima-se que assistiram aos diferentes actos cerca de 150 mil angolanos, que tomaram assim contacto directo com realidades longínquas, como o folclore e arte do Uruguai, a sua história, a resistência do seu povo ante a ditadura.



países (incluindo participantes da Ásia e do Médio Oriente, como os vietnamitas e os palestinianos), 10 organizações internacionais e dezenas de organismos sindicais, políticos e juvenis. Num total de 130 delegados. Dado que serve para apreciar o intercâmbio de experiências e informações produzido entre representantes dos diferentes países, assim como no início de contactos que se projectarão no futuro.

Mas talvez o aspecto mais significativo foi dado pela participação directa do povo angolano nas jornadas, já que estas se desenvolveram em diversos

Foi precisamente esse pequeno país sul-americano — o Uruguai — juntamente com o anfitrião — Angola — os principais animadores deste encontro. Para os trabalhos preparatórios foi marcante a contribuição da importante brigada uruguaia a que coopera em Angola em diversos âmbitos, que secundou o governo de Angola e o Partido do Trabalho — MPLA neste grande esforço de organização.

Desde o seu começo organizativo que as jornadas tiveram pois um cariz autenticamente afro-latino-americano. Foi também a delegação uruguaia a mais numerosa, encabeçada pelo

mensagem
de



José Eduardo dos Santos

A 15 de Dezembro, na sessão de abertura das Jornadas, o Presidente do MPLA- Partido do Trabalho e da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, pronunciou o discurso inaugural, afirmando que o principal arquitecto daquela conferência havia sido o falecido guia da Revolução angolana, Agostinho Neto, e que ela reflectia as principais preocupações dos povos que ainda lutam contra o imperialismo.

Inspirando-se nos ensinamentos e orientações do Presidente Neto — acrescentou o chefe do Estado — o povo angolano continua a levantar bem alto a bandeira do internacionalismo e da solidariedade na luta contra o imperialismo e contra todas as formas de colonialismo e de neocolonialismo.

O presidente angolano salientou que a acção dos povos de África, Ásia e América Latina só é possível através da unidade e solidariedade de todas as forças anti-imperialistas, com vistas a acelerar a sua completa libertação.

O Chefe do Estado exortou os participantes das Jornadas a orientar os seus trabalhos dentro dos ideais da libertação, da clareza de princípios e da definição correcta do inimigo, assim como na definição de objectivos com vistas à aplicação dos critérios progressistas.

Depois de alertar os presentes sobre a situação existente na África Austral, caracterizada pelas constantes manobras do imperialismo contra os Estados africanos progressistas, através de agressões físicas, infiltrações de agentes e da utilização dos regimes minoritários para desestabilizar a vida económica e a situação militar, o Presidente destacou que as jornadas de solidariedade afro-latino-americana permitirão uma maior informação sobre a situação dos povos ainda em luta pela libertação. Possibilitarão ainda o intercâmbio de experiências sobre o combate comum contra o imperialismo, o *apartheid* o sionismo e o racismo, devendo dar lugar a um programa de acção comum para a continuação da luta anti-imperialista.

“Com a união de todas as forças amantes da paz — afirmou a concluir José Eduardo dos Santos — sairá reforçada nestas jornadas a solidariedade com os povos em luta contra os desígnios do imperialismo e outras formas de dominação”.

Primeiro Secretário do Partido Comunista e dirigentes da Frente Ampla, sindicalistas, intelectuais, artistas. Outros membros latino-americanos com participação destacada foram o Partido Comunista de Cuba, a Unidade Popular do Chile, a Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua, o Partido Revolucionário Democrático do Panamá, o Partido Revolucionário Institucional do México.

Tão alto nível de participação foi motivado pelo desejo de aproximação à Revolução angolana e à realidade africana. O empenho assumido pelo Partido e pelo governo anfitrião levou a Luanda a presença de líderes representativos de países libertados e de movimentos que lutam ainda pela sua independência no continente. Foi o caso de Moçambique, Guiné-Bissau, República Malgache, a SWAPO da Namíbia (delegação encabeçada pelo seu presidente Sam Nujoma), a Frente Patriótica do Zimbábue, o Congresso Nacional Africano da África do Sul, a Frente Polisário, entre outros. Se bem que a semana se tenha iniciado em Luanda com um discurso do Presidente José Eduardo dos Santos (ver caixa), a que se seguiu uma intensa programação diária, foi no entanto na cidade de Lubango, na província de Huila, a mil quilómetros a Sul de Luanda, que se realizou um dos actos mais importantes das jornadas.

Foi nessa região que recentemente o regime racista de Pretória fez intensos bombardeamentos, e ao visitarem as áreas afectadas trinta delegados puderam

comprovar visualmente como com tais agressões se procuram afectar objectivos civis; fábricas e edifícios destruídos, estradas dinamitadas, assassinatos de numerosos civis. Em Lubango foi inaugurada uma exposição sobre o racismo, e a sessão central, onde intervieram Arismendi, Nujoima e um dirigente local, foi presenciada por cerca de quinze mil pessoas. À luz desta experiência a nível nacional, os delegados puderam compreender por que razão as bombas de Pretória não conseguem fazer dobrar a Revolução angolana: devido à capacidade de organização e de mobilização da vanguarda do povo, o MPLA — Partido do Trabalho.

Outro modo de tocar a realidade e de encontro com o povo foram as visitas realizadas pelos delegados a fábricas e centros de trabalho.

No plano político as delegações estruturaram os seus debates através de três comissões: a política, a sindical e a juvenil. No encerramento das jornadas foi

aprovada a "Declaração de Luanda", um extenso documento que sintetiza os pontos de uma ampla coincidência de pontos de vista e que confirma o que o Presidente Eduardo dos Santos afirmou no seu discurso inaugural: "Hoje é perfeitamente acessível a compreensão de que a luta de libertação de África, Europa, América e Ásia se integra num todo".

A "Declaração de Luanda" descreve a situação na África Austral e denuncia a aliança entre os regimes racistas de Pretória e de Israel. Associa, por isso, os focos de tensão criados pelo imperialismo na África Austral e no Médio Oriente e reafirma o apoio à luta do povo palestino conduzida pela OLP. Denuncia que por detrás dos regimes de minoria branca actuam as cinco potências ocidentais, com o fim de impedir a independência dos povos africanos, e, em particular, as manobras da Grã-Bretanha em relação ao Zimbábue. Saúda as conquistas democráticas na América Latina e alerta para a atentati-

va de constituição da OTAS por parte das ditaduras militares. Saúda o triunfo da Revolução nicaraguense e dedica um extenso capítulo à descrição da situação no Uruguai.

Por fim, a "Declaração de Luanda" assinala a importância da crescente cooperação entre os povos da África e da América Latina, fazendo suas as palavras do dr. Agostinho Neto: "Para a unidade, o que é determinante é a ideologia e não a geografia". Em declaração especial os delegados renderam homenagem a "Agostinho Neto, Presidente de Angola, fundador da Nação e principal artífice das jornadas... a sua morte constituiu uma grande perda para todos os povos amantes da paz e para todos os combatentes anti-imperialistas, democratas e revolucionários de todo o mundo. O seu exemplo é um guia na luta pelo reforço da unidade e da solidariedade entre os povos". O texto termina com a palavra de ordem da Revolução angolana: "A luta continua. A vitória é certa".

Lê — Assina — Divulga

FAROL DAS ILHAS

(Quinzenário)

A voz democrática das Regiões Autónomas

Assinatura anual 200\$00
Sede: Rua Mãe de Água, 13-2.º Fte.
1200 Lisboa



NICARÁGUA



O projecto da CIA

Philip Agee (*)

Uma chamada de alerta sobre os planos de desestabilização e sobre as formas de os contrariar



HÀ meses atrás, quando os sandinistas demonstraram que podiam levar a cabo a sua ofensiva final contra a Guarda Nacional de Somoza foi formado um grupo de trabalho no seio do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos para estudar o desenvolvimento dos acontecimentos na Nicarágua. Integravam-no, funcionários dos Departamentos de Estado e da Defesa, da CIA, da NSA (National Security Agency, a agência de informações do Departamento de Defesa), e muito seguramente representantes de outros organismos. Penso que além disso, e com toda a certeza, a CIA criou no seio do seu Directório de Operações uma *Nicaragua task force* para prever a possível evolução militar, as consequências políticas de uma vitória sandinista e as probabilidades de êxito de diferentes iniciativas diplomáticas e militares dos Estados Unidos.

A partir do triunfo sandinista de Julho passado, o trabalho destes "nicaraguólogos" cresceu certamente em volume e importância, cabendo-lhes agora a tarefa adicional de prepararem intervenções clandestinas contra a revolução nicaraguense.

O objectivo é evitar o estabelecimento de instituições socialistas na Nicarágua, a radicalização da revolução e uma política externa antinorte-americana em relação a problemas militares e geopolíticos, incluindo todo o apoio nicaraguense a movimentos revolucionários em El Salvador, Honduras e na Guatemala. As palavras chave associadas a estes objectivos

serão — tal como em Portugal de 1975 — "moderação" e "pluralismo". A serem impostos estes objectivos, não haveria alinhamento internacional da Nicarágua com Cuba e com outros movimentos radicais e permitir-se-ia a penetração interna por parte de instituições influenciadas pelos Estados Unidos, na área das finanças, do sindicalismo, dos meios de comunicação, da cultura e em outros sectores.

O QUE QUER SABER A CIA?

Para poder actuar, a CIA necessita conhecer com precisão a estrutura de poder, as relações entre os elementos da organização política sandinista, o Governo de Reconstrução Nacional, os serviços militares e de segurança, os Comités de Defesa Sandinistas e as organizações de massas dos trabalhadores, camponeses, mulheres, jovens e estudantes. A CIA e as outras agências "especializadas" tratarão de nelas identificar inimigos e amigos. Quem são os "moderados", actuais ou potenciais? Quem são os socialistas, os comunistas, marxistas, radicais ou pro-cubanos? Quais os meios de comunicação ou os jornalistas com que podem contar para se opor às políticas radicais? Quais são as diferentes propostas políticas em estudo na Nicarágua e como se dividem as posições em torno delas? Particular importância têm os debates internos sobre a tolerância da oposição, a organização política, críticas dos meios de comunicação e futuras eleições.

Os programas da CIA pa-

ra recolha de informação secreta sobre a Nicarágua começaram obviamente antes da vitória sandinista. Para além da base da CIA na embaixada norte-americana em Manágua, funcionários em muitos outros lugares ou instituições — como no Pacto Andino, em San José, Panamá, México, Nova Iorque, Washington e Miami — têm como função dedicarem-se a actividades de informação e espionagem relativas à Nicarágua.

Além disso, continua a desenvolver-se um activo programa de recrutamento de espões dentro do movimento revolucionário e do governo. A CIA pode ter instalado microfones em departamentos governamentais de importância chave em Manágua, durante os últimos dias de Somoza, assim como o poderá ter feito em embaixadas da Nicarágua em certos países. Isso seria fácil, dada a íntima relação da CIA com os somozistas (o oficial da CIA que me substituiu em Montevideo, em 1966, tinha sido transferido de Manágua, onde passou muitos anos treinando a guarda pessoal do presidente).

Também pode ser recolhida informação graças aos tradicionais esforços da CIA em infiltrar-se em partidos e movimentos políticos internos e internacionais: nas estruturas social-democratas e democratas-cristãs, partidos comunistas, organizações sindicais pro-ocidentais e em muitas outras, cujas delegações viajam frequentemente para a Nicarágua. A CIA pode infiltrar os seus espões nestes movimentos ou pode procurar manietar os visitantes honestos que relatam o seu regresso.

DESESTABILIZAÇÃO

Nos próximos meses, a CIA preparará planos de intervenção clandestina, que serão submetidos à consideração do Conselho de Segurança Nacional. Se a direcção revolucionária da Nicarágua emprende programas que se julguem atentatórios dos interesses norte-americanos, as opções provavelmente incluirão elementos similares aos programas de desestabilização já aplicados nos anos 70 no Chile, Angola, Portugal e na Jamaica.

O objectivo político imediato será dividir a direcção sandinista, criando uma

"causa" internacional com peso emotivo para isolar os radicais, apresentando-os falsamente como aliados de interesses cubanos e soviéticos e contrários aos valores liberais ocidentais. Fornecendo apoio monetário e propagandístico aos "moderados" e a outros sectores que prestem obediência aos desejos norte-americanos; elevar-se-á a estatura nacional e internacional daqueles líderes que se venham a opor às políticas mais "radicais". Propaganda local e internacional, documentos falsificados e outras provocações, utilização das divergências históricas dentro do movimento

sandinista, tudo isso pode vir a ser utilizado para dividir a direcção política. Procurar-se-á debilitar a revolução fomentando novos desacordos ou ressuscitando os do passado. Traçando uma linha divisória entre "radicais", "comunistas", etc., e os "moderados", far-se-ão esforços para alinhar governos e grupos internacionais contra os primeiros e a favor dos segundos.

Greves em sectores chave, promovidas por sindicatos locais ou internacionais apoiados pela CIA podem bloquear a reconstrução e criar um clima de tensão. Podendo-se mesmo promover diferendos entre o governo nicaraguense e os governos amigos que apoiaram a luta anti-somozista.

LA SOBERANIA
DE UN PUEBLO
NO SE DISCUTE SE
DESCIENDE CON LAS
ARMAS EN LAS MANOS
F.S.L.N.

Estabelecida uma "causa" — sobretudo através de uma campanha simplista, que pinte os factos "pretos ou brancos" — procurar-se-á promover a desilusão popular com respeito à revolução.

Um meio a ser utilizado é a redução de ajuda, como também foram eficazes noutros países os elementos conservadores da Igreja Católica. Associar os radicais com Cuba e com a União Soviética, pode igualmente dar bons resultados nestes sectores.

Pontos-chaves para construir uma "causa" podem ser uma exigência internacional de eleições "livres", com facilidades para que a oposição se organize. " regresso aos quartéis.", pode ser outro desses elementos, assim como a "traição da revolução" por uma suposta "substituição de uma ditadura por outra". Os Comités de Defesa Sandinista serão acusados como novo aparelho policial. E a haver eleições e portanto campanha eleitoral, a CIA pode canalizar enormes somas de dinheiro para mãos dos seus candidatos ou partidos favoritos.

Um clima de tensão, medo e incerteza pode também contribuir para a fuga de capitais, agravamento das condições económicas, levando ao êxodo de profissionais e de outros membros da classe média aterrorizada. Podendo ser entendidas operações para estimular deserções e criar refugiados, que depois serão explorados pela imprensa internacional. Actos

de violência, como assassinatos e atentados à bomba contribuiriam para criar o clima desejado. A CIA poderá recorrer ainda às forças militares de El Salvador, Honduras e Guatemala — os seus aliados mais próximos na região — para provocar incidentes fronteiriços e ainda maior tensão.

UM ESFORÇO DE "EQUIPA"

A CIA não actuará sózinha na Nicarágua. Ela necessitará da participação de organismos não governamentais. Representantes estado-unidenses em instituições de crédito internacionais, assim como no Export-Import Bank, receberão instruções no sentido de evitar empréstimos. Diplomatas e militares norte-americanos — para além dos da CIA — procurarão influenciar dirigentes de outros países. Empresários norte-americanos com interesses na Nicarágua, poderão demorar nos seus investimentos e atrasar a criação de novos empregos. A imprensa norte-americana terá seguramente uma participação importante nas campanhas de propaganda.

Dados os perigos e as dificuldades que implica procurar desestabilizar a Nicarágua, uma pergunta se poderá colocar desde já: dará a Casa Branca luz verde à CIA?

Embora neste momento pareça absurdo, os futuros acontecimentos podem levar a que a Nicarágua se torne num ponto impor-

tante na campanha presidencial norte-americana de 1980. Nesse caso, como ocorreu com Cuba há vinte anos, os candidatos temerosos de se verem derrotados podem procurar uma "causa" internacional para criarem uma imagem de força ante o eleitorado. A "crise" sobre a presença de tropas soviéticas em Cuba demonstrou o perigo que esta técnica de criar falsas polémicas encerra para a Nicarágua.

Para derrotar os esforços da CIA em desestabilizar a Nicarágua, devem-se desenvolver contra-planos, enquanto a CIA estuda os seus. Os serviços de segurança sandinistas deveriam conhecer quem são os agentes da CIA em cada país onde a Nicarágua possui missões diplomáticas, assim, como aqueles que actuam na sua própria capital, Manágua. Os agentes com missões antinicaraguenses devem ser identificados. Devem construir-se defesas apropriadas para minimizar o esforço desses agentes para infiltrar e corromper a revolução. Particular atenção merecem as eventuais provocações destinadas a causar divisões no seio da direcção revolucionária e minar a confiança que esta goza junto das massas populares. Até lá, o fortalecimento das organizações políticas revolucionárias, uma maior consciência dos perigos, permitirá que as operações de desestabilização sejam identificadas, compreendidas e neutralizadas antes que cheguem a efectivar-se.

Copyright a Covert-Action Publications, Inc., P. O. Box 50 272, Washington DC 20 004; do Covert-Action Information Bulletin n.º 6. O autor é um ex-agente da CIA, conhecido pelo seu livro «Diário da CIA», tendo além disso denunciado em múltiplos artigos e conferências as actividades daquela Agência

EL SALVADOR

Depois do golpe de Estado



*Catedral de São Salvador: em 13 meses,
19 vezes ocupada.*

Um processo «democratizador» cheio de contradições que atravessam as próprias Forças Armadas. A meta fundamental, porém, é de travar a todo o custo o movimento popular.

Rafael António Vives

NA noite de 14 para 15 de Outubro passado, o General Carlos Humberto Romero e os seus colaboradores não dormiram, não porque lhes mordesse a consciência pelos massacres efectuados diversas vezes em San Salvador, mas porque esperavam um golpe de estado. De manhã, quando pensavam já ter passado a ameaça, surgiu o movimento militar. Desta vez, os promotores não eram os esperados durante a noite, mas um grupo de oficiais de baixa graduação, que desejavam restabelecer a imagem da "Força Armada" salvadorenha, os componentes da chamada "Juventude Militar".

O objectivo destes oficiais confundiu-se, todavia, com o de outros golpistas e, como nenhum sector tinha a hegemonia no exército, realizaram-se negociações e o resultado foi o consenso entre as diferentes facções que depositaram a sua confiança nos coronéis Jaime Abdul Gutierrez e Arnólido Majano. Segundo a FAPU (Frente de Acção Popular Unificada), o primeiro é agente da CIA e o segundo um representante da "Juventude Militar", mas sem ver com muita clareza a necessidade de se vincular ao movimento popular, defensor da institucionalidade, mas não manobrado pelo imperialismo.

Majano defende em primeiro lugar a instituição armada, antes de actuar contra o sector fascista remanescente no exército e no governo. Por esta razão, os altos oficiais do regime deposto puderam sair livremente do país, incluindo o antigo director da Guarda Nacional, que se dizia estar

detido, para já não falar do General Romero, que saiu sem dificuldades, no próprio dia do golpe. No novo governo, convivem, portanto, o sector fascista, o democrático e o pró-imperialista.

ANTECEDENTES DO GOLPE

Os antecedentes e os motivos do golpe vão desde a política económica promovida pelo governo de Romero, de apoio à oligarquia nacional, fundamentalmente a financeira, e ao imperialismo, passando pela violação das mais elementares liberdades democráticas, até à repressão sistemática e sangrenta do movimento popular. O massacre perpetrado a 8 de Maio deste ano, nas escadarias da Catedral de São Salvador, foi o ponto culminante da repressão. De facto, foram praticamente fuzilados os manifestantes do Bloco Popular Revolucionário (BPR), que ocupavam a igreja, provocando 24 mortos. Nos meses anteriores ao golpe, o movimento popular tinha-se manifestado por diferentes formas e com grande força, vivificado pelo triunfo do povo nicaraguense. Chegou a chamar-se-lhe insurreição armada.

Os protagonistas da luta contra Romero foram principalmente as frentes de massas, como a Frente de Acção Popular Unificada (FAPU), fundada em 1974, o Bloco Popular Revolucionário (BRP), criado em 1975, as Ligas Populares 28 de Fevereiro (LP-28), fundadas em 1977; as organizações armadas, como as Forças Populares de Libertação "Farabundo Martí"

(FPL), criadas em 1971, o Exército Revolucionário do Povo (ERP), constituído em 1972 e as Forças Armadas da Resistência Nacional (FARN), que surgiram em 1975. A luta dos sindicatos agrupados em numerosas Federações e na Confederação Unitária dos Trabalhadores Salvadorenhos (CUTS), deu também o seu contributo para a transformação da situação de opressão que vivia o país. A denúncia permanente da repressão e da injustiça, feita pelo sector da igreja católica encabeçado pelo Arcebispo de San Salvador, Oscar Arnulfo Romero, foi a voz do povo, quando não se podia expressar por outros meios. Os cinco sacerdotes da diocese de Monsenhor Romero, assassinados nos últimos dois anos, por organizações para-militares direitistas e corpos repressivos, selaram o compromisso desse sector da igreja com o povo.

OBJECTIVO DE ABERTURA

Logo depois do triunfo do povo nicaraguense, os Estados Unidos, preocupados com a sua repercussão nos demais países centro-americanos e especialmente em El Salvador, enviaram dois embaixadores especiais, para negociar com o ditador Romero: Viron Vaky e Williams Bodler. Um representava o Departamento de Estado e o outro o Pentágono. As propostas que fizeram foram as seguintes: primeiro, renúncia de Romero e convocação de eleições presidenciais; segundo, agudização da repressão e enfraquecimento do movimento po-



Enterro das vítimas do massacre de Agosto diante da catedral.

pular, pela via do genocídio.

Romero, face à impossibilidade de pôr em prática a segunda alternativa, tentou realizar uma manobra, a que chamou "abertura democrática", convocando para tanto um "Foro Nacional", para discutir as soluções da crise política. O ditador ficou praticamente só, já que nessa iniciativa não participaram os sectores populares, os sindicatos, os partidos políticos da oposição, a Igreja e as universidades. Ao contrário, organizou-se um "foro Popular", onde estiveram presente os partidos da oposição, as centrais sindicais, as LP-28 e a FAPU através de uma Federação sindical, num total de 17 organizações políticas e sindicais.

O Foro Popular ergueu uma plataforma comum, que significou um primeiro

passo para a construção de uma frente democrática antifascista, factor que preocupou ainda mais o governo e os Estados Unidos, pelas possibilidades que tinha de agrupar sectores democráticos e revolucionários, e representando a imensa maioria do povo organizado. Este foi também um dos elementos que precipitou os acontecimentos. Por outro lado, na Assembleia Geral da OEA, devia ser ouvido o relatório da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, que condenava o governo de Romero como violador das mais elementares liberdades políticas. Havia, portanto, que impedir que o regime de Romero se sentasse no banco dos réus.

REACÇÃO AO GOLPE

Na madrugada do dia seguinte ao golpe, o Exército

Revolucionário do Povo (ERP) e as Ligas Populares 28 de Fevereiro (LP-28) ocuparam algumas cidades da periferia de San Salvador, com o objectivo de "não fazer passar despercebida esta manobra do imperialismo"... e com o fim de evitar a todo o custo a desmobilização popular". Os corpos repressivos, actuando conjuntamente, desalojaram com tanques os ocupantes das cidades. Em San Marcos, a violência da repressão causou inúmeras baixas entre populares e revolucionários.

A 16 de Outubro, os sectores democráticos do exército, representados pelo coronel Majano, chamaram o Foro Popular para dialogar. Este concordou, e depois de várias discussões entre os seus integrantes, nomeadamente a Democracia Cristã, que procurava à viva força estar representa-



a rua é o centro da luta política

da na Junta, deu finalmente o seu apoio à "Junta Revolucionária de Governo" e nomeou um representante, na condição de que fossem aceites algumas Propostas como: liberdade irrestrita para os presos políticos; investigação da situação dos desaparecidos; fim do estado de sítio; aprofundamento das relações diplomáticas com os povos da Nicarágua e Panamá; reconhecimento do diálogo e do direito de participação na solução dos problemas nacionais para as organizações populares existentes; regresso, com garantias, de todos os exilados; participação na composição do gabinete, Supremo Tribunal de Justiça e órgãos de poder local. Todos estes pontos foram aceites e o Foro Popular nomeou o Dr. Guillermo Manuel Un-

go, do Movimento Nacional Revolucionário (MNR) como seu representante na Junta. O Dr. Ungo participou já na recente reunião de partidos anti-imperialistas, em Oaxaca, no México.

Os primeiros dias do novo governo foram de instabilidade e de falta de poder real, a tal ponto que os corpos repressivos (Guarda Nacional, Polícia Nacional e Polícia Fiscal) puderam desalojar as fábricas ocupadas pelos operários em greve, desde antes do golpe, e reprimir manifestações organizadas pelas Frentes de massas. Cerca de 200 mortos foi o saldo das manifestações dos dias 16, 19, 22, 29 e 31 de Outubro.

As contradições entre o compromisso da Junta com o Foro Popular e o apoio deste àquela, em momentos em que se reprimia

cruelmente, levou a que as LP-28 e a FAPU — representada por uma Federação sindical — se retirassem do Foro Popular.

DEBILIDADE DOS DEMOCRATAS NA JUNTA

Na Junta, convivem os sectores fascistas, que actuavam abertamente no governo de Romero, com sectores democráticos. Estes últimos carecem de força para desalojar os primeiros, sendo que as organizações mais combativas lhe retiraram o seu apoio, pois consideraram que actuaram nas costas do povo. É assim que continuam a existir os corpos repressivos e os organismos especializados na repressão, que não foram libertados os presos políticos e que não se esclareceu o paradeiro dos desaparecidos.

A 6 de Novembro, foi assinado o documento final das negociações entre o Bloco Popular Revolucionário (BPR) e a Junta, que punha em liberdade os ministros do Trabalho e da Economia, que o BPR mantinha como reféns. No dito documento, o governo comprometeu-se a estudar as reivindicações do BPR e a solucionar alguns conflitos de trabalho. Nos dias seguintes, o governo acordou na dissolução da Organização Democrática Nacionalista (ORDEN), paramilitar de extrema-direita com cerca de 80 mil membros; baixou em 40 por cento os preços dos cereais básicos (arroz, feijão e milho); restabeleceu os preços dos bilhetes de autocarros inter-provinciais, que vigoravam no início do ano; criou uma comissão investigadora da situação dos preços e desaparecidos e prometeu castigar os responsáveis, tendo-se mesmo mostrado disposto a pedir a extradition dos antigos governantes.

AS PERSPECTIVAS

O Movimento popular organizado, as organizações revolucionárias e o Partido Comunista reconhecem que o golpe representou uma manobra para impedir o desenvolvimento do movimento popular. A actual "Junta Revolucionária de Governo", com as suas medidas de carácter reformista, pretende estancar a luta de classes. O apoio brindado pela Democracia Cristã ao novo governo evidencia as suas intenções de se aproveitar das eleições para se converter em governo, no âmbito da estratégia de "abertura democrática", promovida pelo Departamento de Estado norte-americano. Mas a situação em El Salvador não é propícia a manobras imperialistas, e o movimento po-

pular e a esquerda salvadorenha têm consciência da necessidade de uma alteração profunda, que não pode ser substituída por pequenas reformas ou ofertas de duvidoso cumprimento.

A habilidade de que deverão dar provas os revolucionários salvadorenhos, para enfrentar esta nova situação, depende dos avanços do movimento popular. A lamentável dispersão das organizações revolucionárias é um factor negativo para a possibilidade de vitória do povo. O desafio de continuar a lutar pela unidade com os sectores democráticos reunidos no Foro Popular é uma necessidade táctica para o movimento popular. A última palavra neste processo, iniciado em El Salvador a 15 de Outubro, será dada pelo povo e pelas suas organizações mais combativas.



manifestação em frente do Palácio do Governo

é inevitável a guerra civil?

Salvador Samoya anunciando

a adesão aos
guerrilheiros



Três meses após o derrube do ditador Carlos Romero todos parecem estar de acordo em El Salvador: o confronto aberto entre as forças populares e a oligarquia já começou.

Carlos Pinto Santos

A deterioração política vivida em El Salvador nas últimas semanas, onde a demissão do governo surge como factor saliente, levou o país a uma situação de pré-guerra civil. Isto mesmo declarou o arcebispo de São Salvador, monsenhor Oscar Romero na homilia de 13 de Janeiro ao denunciar a intensificação por parte da oligarquia salvadorenha na organização das suas forças dentro dessa perspectiva.

A heterogenidade das forças políticas representadas no governo e a constante interferência dos altos comandos militares (verdadeiros donos do país desde há 47 anos) levaram ao malogro da plataforma conseguida em Outubro entre a Junta e o sector democrático que a apoiava, rompendo um equilíbrio que nunca chegou a existir na realidade.

A actual crise política está forçosamente ligada ao desenrolar dos últimos acontecimentos e ao crescendo de violência (calcu-

la-se em mais de 300 o número de mortos registados após o golpe de Estado) verificado em El Salvador.

Depois dos confrontos de Outubro e da ocupação do Ministério do Trabalho pelo Bloco Popular Revolucionário, as Forças Armadas de Libertação Farabundo Martí, raptam em fins de Novembro o embaixador da África do Sul, ainda hoje sequestrado.

A 10 de Dezembro, mulheres da alta burguesia e da classe média de São Salvador tentam uma "manifestação de panelas" à chilena exigindo "ordem e disciplina" e apelidam de "comunista" Guillermo Ungo, representante do Foro Popular na Junta. Os choques que se registam entre manifestantes e polícia ocasionam mais sete mortos.

A meados de Dezembro, são 25 camponeses e militantes da Liga Popular 28 de Fevereiro que caem nos confrontos com as forças da repressão durante a

ocupação de um rancho no norte do país por exigirem aumentos salariais e regalias de carácter social.

ULTIMATUM ÀS FORÇAS ARMADAS

A 30 de Dezembro, os ministros do sector democrático dirigem às Forças Armadas um documento-ultimato onde denunciam a viragem à direita que se estava a operar, com saneamentos de militares e civis favoráveis ao processo de democratização, o facto do "comando militar influir nas decisões políticas", ao contrário do que fora prometido a seguir à queda de Romero. Exigem que todos os altos comandos das Forças Armadas passem para a jurisdição da Junta Revolucionária de Governo e a detenção do general de reserva Carlos Alberto Medrano, candidato a ditador n.º 1 com ligações à organização fascista e mafiosa "União Guerreira Branca", responsável por inúmeros assassinatos de

militantes de esquerda. Ponto igualmente importante no ultimato, em que a Junta Militar cederá dias depois, é a demissão do representante do alto patronato na Junta, Mario Andino. Pedem ainda que a polícia e o exército não procedam pela força ao desalojamento das fábricas, herdades e empresas privadas ou oficiais ocupadas por trabalhadores e onde imperam as leis da oligarquia.

O documento assinado por 25 ministros, vice-ministros e altos funcionários, termina advertindo os chefes militares de que a não aceitação das questões referidas é susceptível "de voltar a manchar com sangue as Forças Armadas numa guerra civil que nos destruirá a todos".

Face ao anúncio oficial da recusa do ultimato pelo Conselho Permanente das Forças Armadas, nove ministros e outros membros do governo apresentam a renúncia a 3 de Janeiro. Guillermo Ungo solidariza-se com os ministros apre-

sentando por sua vez a demissão do cargo que ocupava na Junta.

Enquanto as tentativas para a formação de novo governo fracassam, com o próprio Partido Cristão Democrata a exigir dos comandos militares a satisfação das principais reivindicações apresentadas, o ministro da Educação demissionário, Salvador Samoya, surge, a 8 de Janeiro, numa conferência de imprensa escoltado por militantes armados das Forças de Libertação Populares e anuncia a sua passagem à clandestinidade e a adesão aos guerrilheiros, considerando que "o único caminho para a resolução dos problemas nacionais é a luta armada". Aqueles que "na sua boa fé acreditam que poderá ser evitada uma guerra civil não compreendem que o país está em guerra, que o povo está a lutar contra os seus agressores" declara Samoya.

Está criada a psicose da guerra civil. Organizações guerrilheiras como o Bloco Popular Revolucionário, a

Frente de Acção Popular Unificada, a Liga Popular 28 de Fevereiro e a União Democrática Nacionalista, a que está vinculado o Partido Comunista, anunciam a criação de um organismo coordenador de acção revolucionária, considerando que a oligarquia fechou de vez a via pacífica para a revolução. Multiplicam-se de imediato os comités de autodefesa de massas e estrutura-se as milícias populares, primeiro passo para a constituição do Exército Popular.

A situação está assim clarificada. Os campos estão extremados e o confronto, todos estão de acordo neste aspecto, parece inevitável. Se as variadíssimas forças políticas populares em presença conseguirem institucionalizar uma unidade de acção, tendo por base de acordo as questões fundamentais, tal como a alcançaram as suas congéneres na vizinha Nicarágua, poderá afirmar-se que a revolução está em marcha em El Salvador.



Mais de 300 mortos após o derrube de Romero

HONDURAS

As difíceis relações com a Nicarágua



Enquanto o povo hondurenho continua aderindo à vitória popular da vizinha Nicarágua, os sectores oficiais, os proprietários dos meios de comunicação e a Imprensa privada padecem de uma injustificada «psicose sandinista».

O Governo das Honduras protege oficialmente os criminosos de guerra da ex-Guarda Nacional, que alimentam a formação de um eixo militar contra-revolucionário.

Terence Dobson (*)

EM 23 de Julho de 1979, um conciso comunicado da Secretaria da Imprensa da Junta Militar que ocupa a presidência nas Honduras expressou perante a opinião pública que o Governo das Forças Armadas tinha "tomado a decisão de continuar as relações normais com a vizinha República da Nicarágua", com base no "estrito apego aos postulados, normas e princípios do Direito Internacional, à não intervenção nos estados e nos assuntos internos dos mesmos, ao respeito pelos direitos humanos, à convicção pacífica, à boa-fé entre as nações".

Só que três dias antes numa reportagem realizada pelo diário "O Mercurio" do Chile, o general Policarpo Paz García, presidente da Junta Militar, declarava que: a situação da Nicarágua "pode afectar a paz exemplar que reina no nosso país" e que além do mais "preocupa muito os hondurenhos". Consultado sobre se a instauração de um regime sandinista poderia influir nas Honduras, o general respondeu: "se tomarmos em conta que há uma espécie de fraternidade universal da subversão, o risco dos regimes democráticos e estáveis é permanente. Esperemos que os nicaraguenses resolvam os seus problemas internos e que não estabeleçam modelos de exportação".

Finalmente, em 12 de Setembro, dois dias depois de uma rápida e misteriosa visita do embaixador William Bowler a Tegucigalpa, reuniram-se na alfândega fronteiriça de El Guasaule as Juntas do Governo das Honduras e Nicarágua, no primeiro encontro oficial

depois do derrube de Anastasio Somoza.

A delegação hondurenha era formada pelo general Policarpo Paz García, o comandante da Força Aérea, um membro do triunvirato militar, coronel Domingo Cruz Alvarez, o ministro das Relações Exteriores, Eliseo Perez Cadalso, o ministro da Justiça e outros

funcionários de menor relevo. Pela Nicarágua assistiram Alfonso Robelo e Moisés Hassán, membros da Junta de Reconstrução Nacional, o comandante Tomás Borge, ministro do Interior, outros delegados do Gabinete e do Exército Popular Sandinista.

No final da entrevista — que durou uma hora e meia — foi emitido um comunicado conjunto onde se afirmava que ambas as delegações "expuseram a analisaram com cordialidade e franqueza, problemas de interesse comum, e expressaram a sua melhor disposição para encontrar soluções justas dentro de um clima de respeito, amizade e cooperação e que como resultado das conversações se aceitou continuar a aprofundar algumas questões e alargar os intercâmbios a todos os níveis governamentais, a fim de consolidar e desenvolver os vínculos da tradicional fraternidade entre os povos hondurenho e nicaraguense".

Até aqui a linguagem oficial das delegações foi compreensivelmente diplomática, no entanto, a realidade e alguns factos posteriores, menos protocolares, foram bastante distintos.

MR. WILLIAM BOWLER NAS HONDURAS

Segundo informações extra-oficiais que pudemos recolher nas Honduras, o representante norte-americano, sr. Bowler, fez referência a duas questões básicas.

Em primeiro lugar o sr. Bowler esclareceu que na óptica governamental dos Estados Unidos, o processo revolucionário que vive a Nicarágua "não é comunista nem ante sala do comunismo", necessita sim de "apoio dos sectores democráticos para evitar que por causa da cegueira dos anti-comunistas se radicalize como aconteceu em Cuba".

Em segundo lugar — e por derivação — o embaixador especial disse que "seria um erro do Governo militar das Honduras fazer causa comum num bloco do Norte com a Guatemala e El Salvador" contra a nova Nicarágua.

O conhecido articulista Jack Anderson, num artigo publicado no *The Miami Herald*, em 16 de Setembro de 1979, adiantou como possíveis algumas linhas sobre esta questão:

"Se os nossos estrategas políticos estimularem os passos da Junta em direcção à democracia, os Estados Unidos terminarão ganhando com a troca", sustentava este jornalista. Mas acrescentava que, se pelo contrário, "eles estimulam os generais hondurenhos — como fizeram com Somoza — a acreditar que qualquer oposição é inspirada pelo comunismo e deve ser abafada, os Estados Unidos emergirão uma vez mais como o detestado campeão que quer manter o status

quo ditatorial". E, continuando, Anderson, acrescentava: "com o apoio da administração Carter e com os espectro de uma queda tipo Nicarágua como aliante adicional, a Junta Militar hondurenha pode ser persuadida a cumprir a sua promessa de eleições livres".

E possivelmente também poderia ser persuadida — como acrescentaria qualquer analista imparcial — a tentar determinado tipo de aliança militar anti-sandinista com os seus reaccionários vizinhos da Guatemala e El Salvador.

O BLOCO NORTE E A PSICOSE SANDINISTA

Anteriormente à visita do sr. William Bowlder e a menos de um mês da vitória sandinista em Julho de 1979, falando sobre as Honduras, único país que se estende ao longo da fronteira norte nicaraguense e cuja população e organizações populares estão impregnadas de um sólido sentimento antissomozista, em Setembro de 1979, o então secretário de Estado adjunto para Assuntos Inter-americanos Viron Vacky, declarou perante uma subcomissão da Câmara de Representantes dos Estados Unidos:

"Notamos comovidos a sensibilidade demonstrada pelo seu governo perante os problemas sociais e o seu comprometimento em estabelecer um regime constitucional para o próximo ano. O País tem um papel central na preservação da paz regional perante a possibilidade de invasões e penetrações de revolucionários nicaraguenses (...)

Honduras é essencial no processo centro-americano".

Seguidamente, referindo-se à Nicarágua, Vacky assinalou: "Encorajaremos a Nicarágua assim como os seus vizinhos a controlar as tensões de maneira que se conjure a eventualidade de possíveis envolvimento nos assuntos internos dos mesmos".

Por esta mesma ocasião chegava misteriosamente a Tegucigalpa o embaixador plenipotenciário William Bowlder, cujo verdadeiro cargo antes de ocupar o lugar de Viron Vicky era o de director do gabinete de Informação e Investigação do Departamento de Estado. O alto funcionário, que alcançara notoriedade ao ocupar-se das negociações para uma solução "pacífica" entre a frente sandinista e Somoza, encontrou-se no mais completo herme-

tismo com os membros da Junta e o Ministro das Relações Exteriores, os quais, omitindo os regras protocolares deslocaram-se à residência particular da embaixatriz dos Estados Unidos.

Os temas tratados pelo sr. William Bowlder com o Triunvirato Militar e o referido ministro não passaram para a opinião pública. No dia seguinte, o embaixador efectuou outra reunião igualmente fechada com o ministro da Defesa Nacional e Segurança Pública das Honduras, tendo declarado à imprensa local que "a Junta de reconstrução da Nicarágua é um Governo amigo com o qual procuramos estabelecer as melhores relações" e que as Forças Armadas hondurenhas não se envolveriam em "movimentos contra um governo que acaba de tomar posse na irmã República da Nicarágua" (diário





O medo do contágio aflige a hierarquia militar hondurenha.

Tempo, San Pedro Sula, 10 de Agosto de 1979).

Estas afirmações contrastavam notoriamente com as que o mesmo coronel declarou em Setembro de 1978, enquanto a insurreição popular na Nicarágua era ferozmente reprimida pela Guarda Nacional Somozista, disse então que: "mesmo contra a vontade do governo interessado era necessário fazer ver ao general Somoza a necessidade do Conselho de Defesa Centro-americano intervir no seu País".

Poucos dias depois o coronel Landa voltou a ser mencionado pela imprensa local em relação à atitude do deputado guatemalteco Roberto Aléjos, do direita Partido Revolucionário, o que exortou o Congresso do seu País a "subscrever um pacto tripartido de de-

fesa militar entre a Guatemala, El Salvador e Honduras, a fim de que os três exércitos garantissem a soberania e integridade nacionais" numa directa alusão à Nicarágua.

Por esta ocasião, ao ser interrogado por um jornalista acerca da pressuposta formação de um "Triângulo do Norte" o ministro da Defesa limitou-se a responder: "não sei onde foram buscar isso. Eu não sei de nada, não posso falar". (diário A Tribuna, Tegucigalpa, 16 de Agosto de 1979).

No entanto, havia outra pessoa que, ao que parece sabia e podia falar. Uma semana depois o ex-embaixador hondurenho e ex-membro da Comissão de Política Exterior do Ministério das Relações Exteriores, Roberto Perdomo Paredes,

denunciou publicamente que os governos de El Salvador e Guatemala pensavam utilizar as Honduras como "ponta de lança" numa eventual invasão militar à Nicarágua. Comentando a pretensão, o deputado Roberto Aléjos Perdomo Paredes acentuou que "isto significa uma armadilha para o nosso país".

Neste sentido, o ex-funcionário asseverou: "os governos da região confrontam graves problemas internos de ordem política e estão extremamente preocupados por causa da nova situação que se criou na Nicarágua, e por conseguinte, estão a tentar envolver o país numa frente comum contra a nação vizinha. De maneira que no caso improvável mas não rejeitável — de estes regimes antidemocráticos, e repressivos quererem empreender uma acção contra a Nicarágua, procurariam contar com os Honduras, pela sua posição geográfica ideal e estabelecer a ponta de lança em território nacional".

Continuando, advertiu que "aos hondurenhos caberia a pior parte, ao estarem colidindo com a Nicarágua", enquanto que os outros países envolvidos estariam "a pudente distância do teatro de operações" e seriam "simples observadores" uma vez que com os graves problemas internos que enfrentam não poderiam mobilizar os seus exércitos, porque ao fazê-lo os movimentos de insurreição aproveitariam a conjuntura para derrubar de uma vez por todas estes governos".

Como contrapartida o ex-embaixador Perdomo Paredes sugeriu que a "po-

lítica que convém às Honduras é a de ser consequente com as simpatias do nosso povo pelo governo da Nicarágua” e aconselhou o estabelecimento de “uma ponte de amizade, de compreensão e mútuo respeito”.

(É necessário esclarecer que a situação mudou consideravelmente a partir do golpe militar que derrubou o general Carlos Humberto Romero em El Salvador, já que os membros da nova Junta declararam as suas intenções amistosas para com a Nicarágua).

A posição do veterano diplomata coincidia, indirectamente, com a sustentada por Fernando Ladizábel, presidente da poderosa Federação Nacional de Agricultores e Ganadeiros das Honduras (FENAGH), que contrariamente à posição que poderia esperar-se do dirigente máximo deste tipo de identidade, comentou astuciosamente que “a empresa privada hondurenha padecia de uma grave psicose sandinista”.

O presidente da FENAGH afirmou que “os empresários pensam que os sandinistas que derrubaram na Nicarágua o general Somoza vão vir para este país e a sua psicose não os deixa dedicarem-se ao trabalho.

Os sandinistas estão muito ocupados a remendar o caos que têm entre mãos para poderem lançar-se numa aventura bélica contra as Honduras”, concluiu o dirigente ganadeiro numa tomada de posição que tendo em conta de quem vem, merece ser citada.



Subúrbios de Tegucigalpa.

PROTECCÃO A CRIMINOSOS DE GUERRA

O estado de relações entre o governo de Honduras e a Nicarágua, tem vindo a agravar-se como consequência da aberta e total ajuda que o regime militar oferece aos membros da ex-Guarda Nacional somozista que fugiram para território hondurenho, o que contrasta diametralmente com a atitude oficial em relação aos refugiados nicaraguenses na época em que Anastásio Somoza estava no poder.

Naquela época, famílias de humildes camponeses que chegavam às Honduras escapando da acção genocida da Guarda Nacional e da aviação militar, eram amontoadas em verdadeiros campos de concentração, sendo-lhes proibido sair deles, pois eram rigorosamente vigiadas, ao que se deve acrescentar as deploráveis condições sanitárias e alimentares. Agora, em troca, os ex-guardas gozam de amplas prerrogativas que incluem assistência médica nos centros médicos do exército hondurenho.

Se a tudo isto se acres-

centar que várias vezes ficou demonstrada a colaboração de altos funcionários civis do governo na fomentação de uma contra-revolução anti-sandinista, compreender-se-á as medidas de prevenção das novas autoridades nicaraguenses. Assim sendo, e apesar das declarações oficiais, a hostilidade do regime castrense parece vir aumentando dia a dia.

Dois factos e na exacta dimensão do assunto. Por um lado, o presidente do Comité de Ajuda aos Refugiados Nicaraguenses (CARN) é nada menos que um alto funcionário do governo militar, o coronel Cristóbal Diaz, ministro da Justiça, o que implica desde o início uma tomada de posição, já que, o referido oficial não está à frente da Instituição a título pessoal, mas como representante e ligação às Forças Armadas hondurenhas.

Em princípios de Novembro o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), depois de profundas deliberações em Genebra, negou o estatuto de refugiados aos ex-membros da Guarda Nacional somozista, atribuindo-lhes o de “destituídos”, pois de acordo com decla-

rações de representantes do novo Governo da Nicarágua os ex-militares não são perseguidos e podem retornar se assim o desejarem, salvo, obviamente, no caso dos criminosos de guerra. No entanto, a ACNUR declarou que continuará oferecendo ajuda material (alimentação, roupa e assistência médica) por um tempo limitado, que ainda está por fixar, mas que não se prolongará para além do primeiro semestre de 1980.

No início de Novembro de 1979, ao ser conhecida a atitude do Alto Comissário, o governo das Forças Armadas das Honduras designou uma comissão interministerial (Justiça, Relações Exteriores e Defesa) para se ocupar do caso.

Nessa mesma altura, o coronel Cristobal Díaz anunciou programas de aptidão destinados aos ex-guardas nacionais, organizados pelo Centro de Desenvolvimento Industrial e o Instituto de Formação Profissional (INFOP), tendo declarado à imprensa hondurenha: "queremos que cada um dos nossos irmãos refugiados se possam integrar e valorizar por si na vida nacional" (diário *Tiempo e La Prensa*, 5 de Novembro de 1979).

Paralelamente e como contrapartida o embaixador da nova Nicarágua nas Honduras, Ricardo Wheelock Román — um prestigiado intelectual que abandonou a comodidade da cátedra no México e se tornou combatente da Frente Sandinista de Libertação Nacional — era objecto de repetidas provocações por parte das autoridades hondurenhas, a par de uma bem montada campanha de

"perseguição" exercida unanimemente por todos os meios de comunicação social do país.

Para resumir e concluir esta crónica bastará mencionar alguns dos insultos oficiais dirigidos ao embaixador Wheelock.

Em primeiro lugar o diplomata Eliseo Perez Caddalzo manifestou publicamente em várias ocasiões o seu "profundo desagrado e mau-estar" pelo facto deste representante diplomático nicaraguense o ter visitado vestindo uma "guayabera" "em vez do fato e gravata como ordena o protocolo". Este acontecimento poderia juntar-se a uma antologia do humor tropical, caso se não verificassem represálias. Com efeito, passaram dois meses sobre a nomeação de Ricardo Wheelock sem que o Ministério das Relações Exteriores das Honduras o convidasse a apresentar credenciais. A isto dever-se-á acrescentar que com uma intenção claramente provocatória foi-lhe ordenado que se apresentasse neste ministério quando precisamente, se deslocava ao seu país com a finalidade de informar o governo sobre a delicada situação em que se encontrava. Finalmente, e apesar das repetidas solicitações de Wheelock, de protecção armada à embaixada, por causa das várias ameaças de morte à sua pessoa, o governo das Honduras nunca lhe forneceu.

Simultaneamente, o representante diplomático era objecto de constantes detensões por parte da polícia, chegando a sua residência particular a ser cercada por mais de cinquenta polícias e civis armados, os

quais permaneceram cerca de uma hora insultando os "filhos da puta comunistas".

A calma de Wheelock Román e do pessoal nicaraguense da Embaixada, juntamente com a tardia intervenção do "titular das Informações Militar", evitou que o incidente degenerasse em massacre.

Até aqui factos. Ficam flutuando no ar várias interrogações e especulações a que só poderão responder os responsáveis pela política hondurenha. As possíveis respostas certamente não serão alheios os funcionários da CIA adstritos sob cobertura legal à Embaixada estadunidense em Tegucigalpa, nem os governos "amigos" empenhados em que as Honduras se convertam — aberta e dissimuladamente — na base natural da contra-revolução anti-sandinista.

Finalmente, talvez não seja de mais lembrar as palavras do comandante Tomás Borge, ministro do Interior da Nicarágua, o qual referindo-se às provocações do governo militar das Honduras, que se traduziram em incidentes militares fronteiriços, afirmou:

"Tentaremos evitar por todos os meios um confronto com os nossos vizinhos. Mas em caso de perigo para a nossa revolução, não ficaremos de braços cruzados: não os tememos e aqui os esperamos".

(1) Jornalista jamaicano, coordenador da área caribenha da Central de Informações Jornalísticas sobre Ásia, África e América Latina (CIAAAL). O trabalho que publicamos é produto da observação directa do autor, nas Honduras, país que visitou em Outubro de 1979.

JAMAICA

luta pela soberania nacional

*Ao propor uma integração económica regional
ou lançando um projecto de educação para todos,
o país caribenho procura introduzir as bases
da libertação económica e social.*

Beatriz Bissio



Upton Robotham e Dennis Williams

A Jamaica está a viver uma das experiências políticas mais interessantes na área caribenha. Para as suas reivindicações nacionalistas e de vanguarda, conseguiu já o apoio dos povos latino-americanos e a simpatia de muitas nações de todo o Mundo.

Apesar das limitações de uma economia dependente do mercado norte-americano, o governo do Partido Nacional do Povo, encabeçado pelo primeiro-ministro Michael Manley, deu passos significativos na defesa da soberania nacional, na procura de uma justiça social e no campo da integração regional.

Durante a sua estadia no México, o ministro da Educação e membro do Parlamento jamaicano, Dr. Upton Robotham, e o jovem economista Dennis Williams, que desempenha um cargo de eleição popular, a nível municipal, e é acessor do Governo no *Jamaica Bauxite Institute*, concederam uma entrevista exclusiva à nossa editora-adjunta, na qual abordam a problemática das suas áreas.

ENTREVISTA COM UPTON ROBOTHAM

"A educação gratuita é uma das mais importantes vitórias do Governo, desde 1974. Agora, desde a primária até à Universidade, toda a educação é livre. Outro-
ra, particularmente o acesso à Universidade, era um privilégio da classe alta, sendo necessário pagar por ela.

Para criar uma sociedade de Justiça, é um bom ponto de partida declarar a educação gratuita, de modo que todos possam desenvolver ao máximo as suas potencialidades."

Em geral, este tipo de decisão afecta principalmente as escolas primárias privadas, que reúnem, em comparação, uma maior quantidade de alunos; se bem que as universidades tenham, qualitativamente, mais possibilidades de ganhar uma posição de privilégio, ao formar os quadros da classe dirigente. Como se deu o processo na Jamaica? Houve reacções adversas à medida?

Na Jamaica existia um importante número de escolas privadas. Já na época colonial, as escolas primárias estavam nas mãos da Igreja, católica e anglicana. O governo ajudava-as financeiramente, para manter as escolas. Actualmente continuam a ser propriedade da Igreja.

Com a declaração da gratuidade do ensino, conseguiu-se que as escolas recebessem maior assistência. Isto é, um apoio total do Governo. Este elabora os currículos, paga aos professores e mantém as escolas. Todavia, ainda há certa assistência que provém da Igreja, mas é pequena.

Por outro lado, o Governo tem um certo número de representantes no sector da educação, tal como a Igreja. O nosso ob-

jectivo é chegar a uma etapa superior de democratização, na qual os professores, os estudantes e outros membros do *staff* também tenham participação na direcção das escolas.

O importante é que a educação — inclusivé a nível secundário — que antes carecia de toda a instrução técnica, se desenvolva, agora, de acordo com as necessidades do país. Sabemos que são necessários mais estudantes técnicos, pelo que se introduziu, a nível secundário, um sistema que é combinação do anterior com o das pré-vocacionais.

Na Jamaica, a educação regular esteve sempre vinculada a certas elites. Actualmente, estamos introduzindo outro tipo de escola secundária porque pretendemos que a possibilidade de graduação não seja um privilégio da classe alta, mas que as pessoas de escassos recursos tenham também acesso à mesma educação. Por limitações de ordem económica não pudémos ainda completar este projecto.

CAMPANHA CONTRA O ANALFABETISMO

Outro esforço importante foi levado a cabo no campo do analfabetismo. Até 1972, 40 por cento da população era analfabeta. Actualmente, o projecto de alfabetização massiva de adultos está sendo desenvolvido por uma fundação, a JAMAAL (Jamaica Movement for Advance Adult Literacy).

Até ao momento, aproximadamente um quarto de milhão de pessoas foram alfabetizadas. Com os anos, temos melhorado o nosso programa, em cinco níveis diferentes. Ao terminar o quinto nível, os graduados fazem alguns exames finais. Além disso, um mês é especialmente de-

dicado à irradiação do analfabetismo. Também neste sentido, cada estação de rádio e de televisão tem, diariamente, programas a cargo do Governo e do partido do Governo.

Quem desenvolveu essa campanha? Professores voluntários?

O programa iniciou-se sobretudo com voluntários, centralizados nas zonas rurais e nas pequenas povoações. As escolas ou os centros comunais foram utilizados para dar as aulas. Agora, o pessoal está contratado a tempo inteiro, além de que contamos também com um importante número de voluntários.

Tratava-se exclusivamente de uma campanha de alfabetização, ou procurava-se também, de alguma maneira, politizar as pessoas?

Um aspecto muito importante do trabalho da JAMAAL, apesar de não intencional, é que o trabalho de alfabetização nos ajudou muito na campanha desenvolvida pelo nosso partido, de educação política do povo, para que as massas compreendessem mais claramente a política nacional e internacional.

Sem exagerar, poderia dizer que, hoje, o povo jamaicano é um dos mais politizados de toda a área ocidental. E isso ajudou-nos a enfrentar as pressões internacionais — também as nacionais. A nossa gente pode agora entender porque razão actuamos de uma determinada maneira, conhecemos as pressões que sobre nós se exercem e as razões dessas pressões. Têm consciência dos esforços que realizamos.

PRESERVAR OS VALORES AFRICANOS

Decerto que a Jamaica não é uma excepção e sofre a influência da mensagem massificante dos meios de comunicação de massas, tendente a desfigurar a nossa cultura. Qual é a sua opinião a este propósito?

A influência da cultura norte-americana tem, no nosso país, efeitos diferentes. E também certas características específicas pelo nosso passado de colónia britânica.

Na classe alta há uma maior abertura a essa influência. Um sector da classe média adopta os valores da burguesia. Outro sector, que tem a sua origem na classe trabalhadora, tem valores culturais de origem africana. Quase 90 por cento do nos-

so povo tem origem africana. Eles têm intenção de preservar esses valores, que se mantiveram desde a época da escravatura. E o Governo, através do Ministério da Cultura e Informação, deve manter esses valores.

Um dos aspectos da cultura jamaicana que despertou ultimamente com muita força é a música popular, e em especial o *REGGAE*. Esta música é essencialmente da classe trabalhadora, e fala-nos dos seus sofrimentos, dos seus sacrifícios. O *REGGAE* espalhou-se por todo o mundo, particularmente nos Estados Unidos, Europa Ocidental e Oriental, União Soviética e, por certo, em todo o Caribe, através de cantores internacionais, como Bob Marley, Peter Tosh, a Third World Band (Banda do Terceiro Mundo) e muitos outros grupos.

Consideramos este acontecimento positivo, pois o público recebe o *REGGAE* como uma manifestação jamaicana por natureza, como uma forma de pretexto contra o *establishment*, contra os privilégios, uma música e uma forma de expressão cultural nascida da classe trabalhadora, especialmente do sector da classe operária sem ocupação. Dos que não têm nenhuma esperança no sistema actual e que encontram nesta música popular uma forma de expressão.

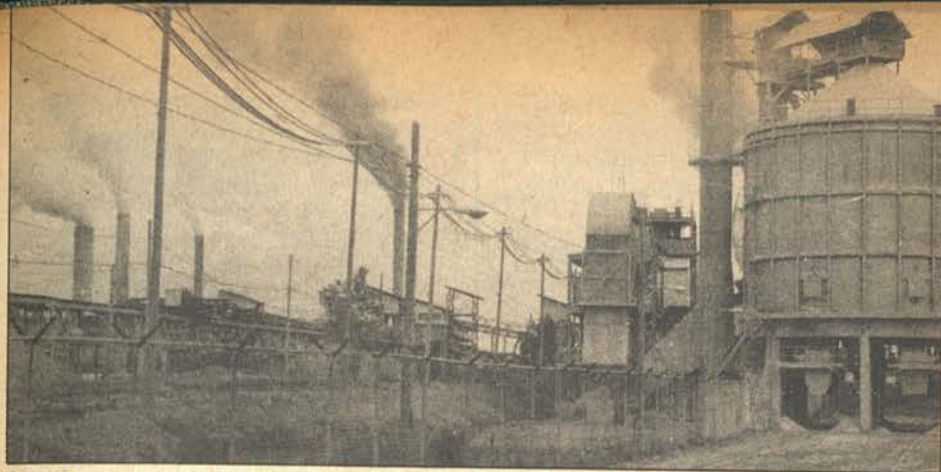
Sem dúvida, o *REGGAE* está vinculada a uma nova consciência política, muitas das suas letras têm mensagens políticas profundas. Na campanha eleitoral do nosso partido em 1966-67, colocou-se um ênfase especial na difusão da música popular, na sua mensagem de mudança e de protesto contra o actual sistema. Na Jamaica, a música é o meio mais efectivo para fazer com que as pessoas estejam unidas.

A BAUXITE E AS TRANSNACIONAIS

DR. Dennis Williams, a bauxite é uma das principais fontes de divisas da Jamaica. Contudo, as transnacionais dominam o mercado e a comercialização em todas as suas etapas. Como é a relação entre o seu Governo e as transnacionais?

Neste momento, a Jamaica é o segundo produtor mundial de bauxite. A Austrália é o primeiro.

A bauxite tem três etapas fundamentais no seu processamento, para se obter



Bauxite: sector estratégico que representa 80% das divisas do país

o alumínio: a primeira é a extracção da bauxite da mina; a segunda, a refinação até se obter um pó branco, o óxido de alumínio, e a terceira, o processo electro-lítico para obter o alumínio puro.

Na Jamaica, a metade da bauxite extraída das minas é exportada como matéria-prima, sem ser processada. A outra metade é submetida ao processamento industrial, para se obter o alumínio.

A limitação que nós temos no processamento industrial é a falta de fontes de energia, que a Jamaica, ao carecer de fontes próprias, tem de extrair do petróleo importado do exterior. Da energia consumida no nosso país, 97 por cento sai do petróleo importado.

E, com os actuais preços do petróleo, uma indústria processadora de bauxite, que utiliza petróleo importado não é competitiva com outras, que utilizam gás natural ou carvão, ou mesmo energia hidroeléctrica.

Essa é a nossa limitação para realizarmos todo o processo industrial.

Actualmente, a bauxite contribui com 75 a 80 por cento das divisas que o País recebe do seu comércio externo. É um sector estratégico da economia. Qualquer coisa que ocorra na indústria da bauxite, afecta toda a Nação.

Esse produto é comprado por cinco companhias, quatro norte-americanas e uma canadiana. Nos primeiros anos de desenvolvimento da bauxite, a Jamaica sabia muito pouco. Como em outros países latino-americanos, em relação a outras matérias-primas, desconhecia-se na Jamaica a tecnologia do processamento industrial da bauxite. Quando as transnacionais começaram a negociar os acordos com o Governo, não estavam a pagar pra-

ticamente nada. Cada vez que se assinava um novo acordo, em pouco tempo, se olhássemos para trás, comprovávamos invariavelmente que estávamos a ganhar menos do que antes.

Com a inflação e o aumento do custo dos produtos importados, o valor real dos lucros da bauxite diminuía.

Em 1972, o People's National Party ganhou as eleições e Michael Manley foi nomeado primeiro-ministro. Desde então, tem-se consciência de que a bauxite representa um sector estratégico e que o Governo deve ter a esse respeito uma política clara.

Criou-se, então, a Comissão da Bauxite, para examinar todo o problema. Foi da iniciativa da Jamaica contactar os outros países produtores, que nasceu a Associação Internacional da Bauxite (IBA). Imediatamente após a fundação desta Associação, ocorreu a subida acentuada dos preços do petróleo, em 1973, e então não se pôde chegar a um acordo com as transnacionais. Nessa altura, o Governo decidiu aplicar um imposto à produção, que foi um passo revolucionário na história dos impostos pagos pelas transnacionais, já que vincula o preço que o produtor recebe da bauxite ao preço do produto final, que é o metal alumínio.

Elaborou-se uma fórmula pela qual as companhias pagam os 7,5 por cento do preço médio do metal no mercado norte-americano. E isso significa que como o preço do alumínio tem estado subindo — e com grande velocidade nos últimos cinco anos — quando passou de 25 centavos de dólar por libra, em 1962-63, para 70 centavos em 1979, então, por este método de fixação da taxa de impostos, também foi aumentando.

Posteriormente, a República Dominicana e outros países como Surinam e Haiti também adoptaram este tipo de imposto, ligado ao valor do produto final no mercado.

Desde que se criou o imposto, em 1974, temos tido problemas com as transnacionais. Todavia, as companhias sempre declararam lucros *record*, particularmente nos dois últimos anos. Mas não estão satisfeitas. Nunca estão.

Tivemos problemas em 1975 e 1976, quando o PNP reafirmou o seu ideal socialista e houve, por parte da CIA e de outras agências de informação, sérias intenções de desestabilizar o Governo. Tivemos muitos indícios claros disso: violência na rua, violência entre a juventude, violência entre os desempregados, provocações armadas, inclusive intentos sérios de sabotar a produção. Também isto teve reflexos na indústria da bauxite, cuja produção baixou substancialmente nos anos 75 e 76. Essa baixa da produção deveu-se à recessão económica nos Estados Unidos e, em geral, nos países de economia de mercado, com a qual houve uma queda na procura da bauxite e do alumínio. Mas também houve claros aspectos políticos: explosões misteriosas nalgumas fábricas, e uma injustificada inquietação industrial.

Desde então temos seguido o problema muito de perto. O nosso Instituto Jamaicano da Bauxite estreitou as suas relações com os trabalhadores e tê-mo-los informado de tudo relativamente a essa indústria e às pressões que recebemos.

NO PLANO INTERNACIONAL

Na cotação do mercado internacional também jogam aspectos políticos. Como se reflectem no caso da bauxite?

Efectivamente, não se trata somente de um problema económico. A Jamaica, por exemplo, está muito próximo do principal mercado, os Estados Unidos, temos filões de altíssima qualidade e a nossa bauxite é uma das mais fáceis de extrair em todo o Mundo, porque está à superfície e não requer nenhum esforço sério no processo mineiro. A infra-estrutura interna de transportes está altamente desenvolvida e isso reduz os custos de produção.

No entanto, ultimamente, as companhias estão-se a mudar para o Brasil, onde

o Governo concede generosos incentivos fiscais às companhias.

E essa política fiscal afecta os preços no mercado internacional, porque está a permitir que as corporações transnacionais levem o mineral por menos do seu valor real. Assim se procura depreciar a cotação no mercado, prejudicando países como a Jamaica, que perdem competitividade.

De que modo esta situação afecta a política de preços do Governo jamaicano?

Nós baseamo-nos, para a fixação dos preços, em questões puramente económicas. Temos a evidência técnica e estamos certos que o preço que estamos pedindo pode ser suportado pelas corporações. Nunca elevamos os preços de forma irracional, por razões políticas, sem ter em conta as justificações económicas. E tudo isto, apesar do nosso país ter sofrido muito directamente a política destas corporações.

O preço de transferência entre a filial da Jamaica e uma nos Estados Unidos é o dobro do que nós estamos pedindo. No mercado mundial aberto o preço é muito superior ao que nós fixámos.

A situação não é igual nos casos de outras matérias-primas como o ferro. Porquê?

Efectivamente, o caso da bauxite não é igual ao do ferro ou de outros metais. Tem uma dificuldade particular: a de que não se comercializa abertamente no mercado mundial, pois que todo o processo de produção está nas mãos das companhias transnacionais, verdadeiros monopólios que dominam todo o processo.

Elas compram a bauxite na Jamaica a um preço, e vendem-na a outro preço na filial da mesma companhia nos Estados Unidos.

COMPRAR TERRAS PARA PRODUZIR

As pressões que a Jamaica está a receber das transnacionais suscitaram internacionalmente um sentimento de solidariedade convosco. Como está a situação agora? Falou-se que as corporações ameaçavam fechar indústrias...

Estiveram a pensar fazer algo de semelhante. Contudo, para além de um aumento dos impostos, o Governo tomou a decisão de comprar terras das companhias, e também acções.

No nosso País, o problema da terra é muito importante. Temos uma superfície cultivável muito limitada, pelo que as pressões pela terra são grandes. E, historicamente, as companhias transnacionais foram-se apoderando dos melhores terrenos, chegando uma delas a assenhorear-se de, aproximadamente, 7 por cento do total de terra cultivável do País. Compravam enormes extensões — muito mais do que necessitavam — e depois vendiam-nas em parcelas. Se algumas delas tinham alumínio, por se tratar de um espaço tão reduzido, a sua exploração não resultava rentável para nenhuma outra companhia. A exploração tornava-se anti-económica. Desta maneira, as transnacionais usavam o seu poder económico para bloquear o futuro desenvolvimento dessa indústria.

A resposta do Governo foi a de catalogar as terras de acordo com critérios de exploração do mineral num prazo de quarenta anos: as terras que vão ser utilizadas para exploração mineira nos cinco e dez anos seguintes não se tocam. Mas a terra que não vai ser necessária para as minas nos próximos vinte anos é tomada pelo Governo, que a põe a produzir para a agricultura. Estamos a instalar nelas camponeses, no pressuposto de que não podem levantar ali estruturas permanentes. Mas, sim, podem explorar a terra por um período específico de tempo para produzir alimentos para o País.

E o controle das acções?

Estamos empenhados em obter o controle de 51 por cento de operações mineiras e uma porção menor do processo de refinação, actualmente nas mãos das transnacionais. As corporações foram instruídas para responder a esta solicitação exigindo, em contrapartida, a redução dos impostos. Em boa verdade, não há justificação económica alguma para reduzir os impostos, embora a haja para modificar a forma como esse imposto é calculado.

O preço da energia afectou o processamento do alumínio. E, como para fixar o nosso imposto, nós tomamos em conta o preço do produto final, então a inflação nos preços — pelo aumento do preço da energia — também aumenta o preço da bauxite.

Como está a situação actualmente?

Concluimos novos acordos com as transnacionais. Todavia, estamos certos

de que a solução final dos problemas da Jamaica depende de várias coisas, para lá das soluções parciais que consigamos atingir quando enfrentamos os monopólios.

Primeiro: nós dependemos em larga escala do mercado norte-americano para as nossas exportações de bauxite. Como consequência, as flutuações cíclicas, que são intrínsecas a uma economia de mercado e ao capitalismo, afectam seriamente a Jamaica. Por esse motivo, pensamos que devemos diversificar os nossos mercados: ter clientes de países de economia planificada, clientes de outras áreas geográficas, de forma a se um mercado em particular se vê afectado, não nos vermos obrigados a sofrer as consequências.

Segundo: pensamos que se deve aumentar a produção para aumentar os lucros da Jamaica. Neste sentido, o Governo está a fazer um esforço para que as fontes de energia da região (petróleo, gás natural) e a bauxite possam ser operados de forma racional e conjunta. Isto é, que países como a Jamaica, Venezuela, Trinidad-Tobago e outros, possamos fazer, por nós próprios, todo o processo de extracção, produção e refinação da bauxite. Que possamos, igualmente, fazer a fundição do metal. Alguns desses países têm gás natural e queimam-no. É lógico, então, que pensemos em combinar os nossos recursos na área latino-americana para fortalecer as nossas economias, para montar todos os mecanismos necessários para que as nossas matérias-primas possam ser processadas sob o nosso controlo, em benefício dos nossos povos.

Visitaram o México por ocasião da Conferência de Oaxaca, de que o Partido Nacional do Povo é um dos fundadores. Têm alguma ligação estas iniciativas a nível económico, que o Governo da Jamaica propõe, com o facto de se ter aproximado de uma instância política como a de Oaxaca?

Para nós, o encontro de Oaxaca foi de grande importância porque não se podem instrumentar os acordos económicos que nós propomos, se antes não chegamos, com os outros Governos, a uma coincidência política. Trata-se de elaborar primeiro, em conjunto, uma estratégia comum para solucionar problemas que também nos são comuns, e isso passa por avaliação da situação e uma coincidência sobre qual é o caminho a seguir.

PORTO RICO

Pela independência!

Uma importante Conferência internacional reitera a legitimidade da luta anticolonial do povo boricua.

Cristina Canoura

Pouco mais de um mês depois de terem sido libertados os presos políticos mais antigos do continente, realizou-se na Cidade do México, de 30 de Novembro a 2 de Dezembro últimos, a II Conferência Internacional de Solidariedade com a Independência de Porto Rico. Mais de 700 delegados de cerca de uma centena de países, organizações internacionais e regionais e di-

versas forças políticas e sociais analisaram a importância estratégica global do domínio colonial dos Estados Unidos sobre Porto Rico, a luta independentista, as suas perspectivas e as exigências da solidariedade internacional.

Natalio Vázquez Pallares, Presidente do Comité Mexicano à II Conferência e

do Comité Internacional Preparatório, deu por abertas as sessões. Um vasto **presidium**, encabeçado por Lolita Lebrón, Rafael Cancel, Irvin Flores e Oscar Collazo, os quatro patriotas porto-riquenhos libertados após 30 anos de detenção em prisões norte-americanas, dirigiu o plenário no primeiro dia da Conferência.

“As causas pelas quais Porto Rico exige a sua independência são exactamente iguais — agravadas pelo tempo e a despropor-



ção — às que levaram os patriotas norte-americanos a emancipar-se. Negar, pois, o direito dos patriotas porto-riquenhos à sua independência, e, logicamente, a ilegítimar a sua nobre causa, equivale e negar os princípios morais e jurídicos que estiveram na origem de todas as nações independentes a partir do século XVIII. É uma visão ridícula da História, o que de um ponto de vista ético equivale a dizer: Lincoln, Washington, Jefferson e todos os libertadores norte-americanos devem ser baixados do seu pedestal para serem condenados, em modo e norte-americano juízo póstumo, como terroristas, guerrilheiros, subversivos... Porquê? Quais são as diferenças objectivas num e noutro caso? Não existem", afirmou Natalio Vásquez Pallares no discurso de abertura.

A presença da Nicarágua libertada na pessoa do Comandante Mauricio Valenzuela, arrancou dos delegados participantes e do público que enchia o salão Los Candiles do Hotel do Prado, o grito solidário com a Pátria de Sandino, libertada após 45 anos de sangrenta ditadura.

"A nossa intenção, ao estar presente nesta importante Conferência, é de dar o nosso apoio ao povo de Porto Rico para alcançar a sua independência plena. Porém, apesar de nos sentirmos orgulhosos do acolhimento e do apoio com que nos brindam como representantes do povo nicaraguense, não queremos que a nossa presença aqui desvie a atenção do problema que hoje, neste lugar, nos congrega. Somos um país pobre, e a melhor aju-

Resoluções da Conferência Internacional

A Conferência decide convidar todas as organizações nacionais e internacionais que apoiam a luta pela independência de Porto Rico a fim de formar um Comité Internacional de Solidariedade com a independência de Porto Rico.

Organizar um *bureau* Internacional de Informação com sede na cidade de Nova Iorque, que terá como funções dar continuidade e seguimento aos acordos desta II Conferência Internacional.

Incrementar a luta pela libertação dos presos políticos porto-riquenhos, 11 dos quais se encontram detidos em cárceres norte-americanos.

Tomar as medidas necessárias para ampliar, massificar e aprofundar a solidariedade com a justa luta do povo de Porto Rico.

Considerar desde já medidas de emergência, incluindo convocatórias especiais de reuniões ou Conferências no caso dos Estados Unidos tentar pôr em execução falsas consultas, plebiscito ou outros planos concretos para anexar Porto Rico como Estado.

Adoptar como guias de acção os acordos que foram adoptados pela Assembleia Geral das Nações Unidas e pelo Movimento dos Não-Alinhados sobre Porto Rico, assim como dar seguimento aos mesmos.

Porto Rico conquistará a sua independência mediante o conjunto de formas de luta que o povo e suas organizações determinem... O inimigo que os opõe é perigoso e forte. Com o apoio solidário dos povos do mundo reafirmamos agora: todos venceremos. Será a vitória dos povos contra os inimigos dos povos, pela acção sacrificada, tenaz e heróica dos porto-riquenhos e com o nosso apoio, estímulo e ajuda Porto Rico será livre, soberano e independente.

Ratificar a semana anterior a 23 de Setembro (...) como jornada internacional para desenvolver as mais diversas actividades a nível mundial que mobilizem a opinião pública a favor da independência desta nação irmã.



Lolita Lebrón, toda uma vida passada nos cárceres norte-americanos apenas por querer a independência para o seu povo

da que podemos dar a Porto Rico pela sua libertação é continuar a lutar na nossa pátria para consolidar a revolução", afirmou Mauricio Valenzuela.

Estiveram representados na Conferência mais de 50 países da América Latina e do Caribe, Ásia, África e Europa e uma vasta delegação dos Estados Unidos, encabeçada por Angela Davis, membro do Comité Central e candidata à vice-presidência para as eleições de 1980 pelo Partido Comunista dos EUA. "Os porto-riquenhos têm de alcançar por si mesmos a sua independência, mas necessitam do apoio e da solidariedade dos povos e organizações democráticas de todo o mundo. Sabemos que à medida que avançar a sua luta também avançará a luta do povo dos Estados Unidos", declarou aquela militante em conferência de imprensa.

Reafirmando este conceito, Eneida Vazquez, presidente do Conselho Porto-riquenho da Paz e do Comité Nacional de Apoio à

II Conferência, em nome da delegação do seu país, afirmou: "A comunidade internacional, todos vós como parte dela, também é protagonista deste processo e isso por quatro razões fundamentais: primeiro, porque nenhum povo na história da luta contra o colonialismo se libertou exclusivamente na base dos seus próprios esforços. Em segundo lugar porque a luta contra o colonialismo é um dever moral e político dos homens e mulheres que no mundo lutam pela libertação, a paz, a igualdade e a justiça. Em terceiro lugar, porque a luta contra o colonialismo não é senão uma das diversas lutas que se travam contra o imperialismo no mundo, face às várias formas que ele assume em distintos contextos históricos e nacionais. Finalmente, devemos recordar que a luta contra o colonialismo é um compromisso jurídico da Comunidade Internacional, tal como foi consignado na Carta Constitucional da Organização das Nações Unidas, princí-

pio que se viu fortalecido mediante a resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral da ONU.

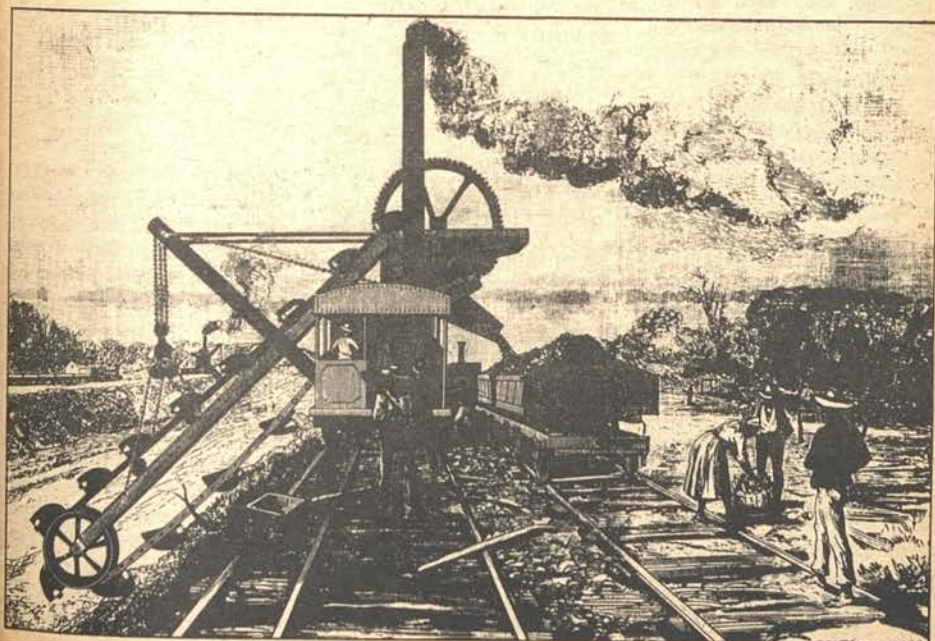
Ao cabo de três dias de intensos trabalhos foi aprovada por unanimidade a "Declaração do México". Nela foi acordado um plano de acção "para tornar mais efectivo o amplo consenso de vontades em solidariedade com a justa causa do povo porto-riquenho, que se situa nas primeiras filas da luta contra o imperialismo".

Foi igualmente aprovada uma mensagem para a Secretaria Geral das Nações Unidas, pela independência e autodeterminação de Porto Rico e onde se reclama da Assembleia Geral da ONU a ratificação da Declaração de 15 de Agosto de 1979 do Comité Especial de Descolonização, que continua a assumir plena jurisdição sobre o caso colonial de Porto Rico, de acordo com o mandato da Resolução 1514 (XV) que condenou a continuidade do colonialismo na ilha.

PANAMÁ

Crise no processo panamiano?

Desde o primeiro de Outubro, desapareceu o enclave que os EUA mantinham na zona do canal. O Panamá tem agora o seu canal, pelo qual lutou 76 anos, e com ele deu-se no país o início de uma nova era: uma era de conflitos e definições, de crises e de confrontações entre classes.



O primeiro de Outubro representou uma confirmação incontestável de que a luta pela soberania sobre a zona do canal foi uma "religião", que uniu todos os panamianos. Todos quiseram entrar na zona e, segundo parece, conseguiram-no.

A partir das 00.00 horas de segunda-feira, quando o ribombar dos canhões e o fogo de artifício anunciavam a entrada em vigor dos tratados Torrijos-Carter, iniciou-se um fluxo contínuo de gente até à zona, que só terminaria quando me deram o "OK" no material enviado via IPS de San José.

Oligarcas e mendigos, banqueiros e bancários, liberais e comunistas, ultras de todas as cores, maioritariamente aqueles que formam a base de apoio deste processo — os torrijistas de distinta extracção social, — estiveram lá. A ser verdade o cálculo, esteve mobilizada nesse dia cerca de um quinto da população do país, e mais de metade da população da capital.

Sete dias depois, na terça-feira seguinte, os professores decretavam uma greve absoluta e total em todo o país e realizavam uma marcha sem precedentes na cidade. Bem organizados e disciplinados, professores, estudantes, médicos e enfermeiras (estes últimos também em greve), em número de 20 mil, percorreram as ruas centrais da cidade, recebendo o apoio maioritário da população.

Temos aqui dois símbolos: dum lado, sim, houve uma bandeira unificadora, do outro, rompeu-se a frente de massas que, até então, monoliticamente este

processo, iniciado a 11 de Outubro de 1968.

Para certos sectores da opinião pública, o momento actual constitui um sintoma de que o processo entrou em crise, de tal modo que já não se pode falar apenas de crise económica, mas também de crise política e crise de confiança.

Os dirigentes do governo desmentem a existência da crise, admitindo que há apenas dificuldades superáveis, tanto na ordem política como económica. Dizem, além disso, que o governo se sairá bem deste mau momento, porque tem um forte apoio popular, o da Guarda Nacional, e que já se tornaram visíveis os sintomas da recuperação económica.

A nível de massas, a realidade parece demonstrar que há uma enorme polarização de forças, entre os que apoiam e os que são contrários a este processo. No campo objectivo, evidencia-se, paralelamente, que, para além dos reflexos da crise que afecta a economia do dólar, o modelo panamiano de desenvolvimento parece ter-se esgotado. Isto acarreta, como exigência imediata, a adopção de novas definições.

Em Abril de 1970, dois anos após o início do processo torrijista, foi posta em marcha a denominada estratégia para o desenvolvimento nacional 1970-80, que contém as linhas gerais que orientaram o primeiro plano quinquenal, e que dirigem ainda a consecução do segundo.

OS OBJECTIVOS

Através dela, pretendiam os seus autores "assegurar um crescimento económico

e social, que facilite o melhoramento da qualidade de vida do povo, corrija as distorções presentes e fortaleça a independência política e económica do Panamá".

Para alcançar tais fins, propuseram-se os seguintes objectivos:

1. Aumento da riqueza nacional e diversificação das exportações;
2. Integração nacional das regiões do país;
3. Integração social do Panamá;
4. Desenvolvimento e fortalecimento institucional, e
5. Fortalecimento da motivação e da personalidade nacional.

Reverendo alguns aspectos desta estratégia, verifica-se que, no campo da educação, de 1968 a 1977, houve um aumento de 88,9 por cento no número do pessoal docente, que passou de 11 503 para 21 739. O número de escolas passou de 1851 para 2640, um aumento, portanto, de 42,6 por cento. O número total de matrículas — 279 526 em 1968 — atingiu os 521 042 em 77, aumentando, assim, 86,4 por cento. Na Universidade, o número de matrículas sofreu um acréscimo de 180 por cento, passando de 11 548 alunos em 68, para 32 335 em 1977.

Segundo o relatório apresentado pelo presidente da República à Assembleia Nacional, o governo destinou este ano à educação 90 milhões de dólares, o que representa 33 por cento do orçamento nacional, e coloca o Panamá entre os países que mais investem na educação.

Na área da electrificação, foram construídas as cen-

trais hidro-eléctricas de Bayano, Estrella, Los Valles e Fortuna, o que incrementou em 190 por cento a capacidade eléctrica instalada no país, hoje de 258 vátios por pessoa. Por outro lado, construíram-se cerca de três mil quilómetros de linha de distribuição eléctrica, aumentando em 423,4 por cento o existente em 1968.

Os serviços de saúde foram completados com a assistência sanitária e soluções ao nível do abastecimento de água e de habitação. A população beneficiada com água potável atinge, em 1977, 1 483 090 pessoas e, apesar de, no decénio anterior, terem sido construídas pouco mais de nove mil casas, entre 68-77, foram edificadas 28 687 habitações.

Como 37 por cento dos bens e serviços consumidos no Panamá são importados, a estratégia põe a tónica no desenvolvimento, para a exportação dos principais recursos naturais, como é o caso dos minerais, recursos pesqueiros e agrários e a posição geográfica.

COMÉRCIO EXTERNO

Em 1968, o único produto agrícola realmente importante para a balança comercial panamiana era a banana, que permitiu uma receita de 53 milhões de dólares. Outros produtos eram os camarões — 9,7 milhões; o açúcar — 4,6; o cacau — 0,2 e outros — 7,4 milhões.

Em 1977, a banana continua a ser o principal produto de exportação, embora já não represente os 60 por cento das receitas, como acontecia anteriormente. Registou-se uma receita de 30 milhões pela exportação

de camarões, 21,9 quanto ao açúcar, 2,1 quanto ao cacau, e 54,3 quanto aos restantes, que inclui cereais, carne, frutas, etc., num total de 243,1 milhões de dólares, ao longo do período.

A produção de cana-de-açúcar estava limitada, em 1968, a pouco mais de 900 mil toneladas, produzidas por uns dois engenhos privados, mal bastando para satisfazer a procura interna. A partir de 1974, com dois engenhos do Estado já em plena actividade, a produção praticamente duplica, para alcançar, em 1974, mais de 3 milhões de toneladas, o que permitiu a produção de 165 milhões de toneladas métricas de açúcar. Isto fez elevar a entrada de divisas, pela exportação de açúcar, de 4,6 milhões de dólares, em 1968, para 21,9 milhões em 1977.

O decénio produziu também uma melhoria considerável em outros sectores importantes da economia: a produção de azeite e de farinha de peixe quadruplicou, para atingir, em 1977, 44 milhões de quilos. A exportação de derivados de petróleo passou a ocupar o primeiro lugar nas exportações do país, com 68,3 milhões de dólares em 1977, contra 18,9 em 1968.

Na área rural, foram criadas 208 organizações de camponeses e 61 juntas agrárias. Assim se obteve a auto-suficiência na produção de cereais e produtos hortícolas. A produção leiteira subiu de 69,2 milhões de litros (1968) para 84,7, em 1977. O mais importante neste aspecto é, no entanto, que o montante do crédito agropecuário cresceu 562,2 por cento neste

mesmo período, alcançando os 154 milhões em 1977.

No campo do desenvolvimento e fortalecimento institucional, o maior êxito obtido foi a consolidação do poder popular, representado na Assembleia Nacional dos 505 corregimientos, que caracterizam a democracia panamiana. Além do sucesso das juntas comunais na administração dos bairros, criaram-se novas instituições para melhorar a actividade do Estado. Assim, surgiram os novos ministérios do Comércio e Indústrias, do Trabalho e Bem-Estar social, do Desenvolvimento Agropecuário e da Planificação e Política Económica, que não existiam antes de 68.

Complementarmente, criaram-se instituições como o Banco Hipotecário Nacional, a Corporação Financeira Nacional, o Instituto de Comércio Agropecuário, o Instituto Nacional de Telecomunicações, a Direcção de Aeronáutica Civil, a Direcção Portuária Nacional, a Comissão Bancária Nacional e o Banco de Desenvolvimento Agropecuário. Recentemente, criou-se a Direcção do Canal, organismo panamiano encarregado da execução dos tratados Torrijos-Carter.

O maior ênfase da estratégia reside, no entanto, na exploração dos recursos naturais para a exportação. Reafirmando a concepção de país de trânsito e serviços, dirige-se a atenção para o desenvolvimento de um centro financeiro na cidade do Panamá. Em resultado, os depósitos, no valor de 393,6 milhões, distribuídos por 12 bancos, que existiam em 1968, passa-

ram para 16 327 milhões em 1977, distribuídos por 83 bancos. Neste período, registou-se um crescimento de 591,7 por cento no número de instituições bancárias, e de 4048,1 por cento nos activos totais.

Ó CANAL E OS PARTIDOS

Governantes e governados, no Panamá, estão de acordo que o maior êxito alcançado para a descolonização do país, foi a consecução dos tratados Torrijos-Carter. O Panamá conseguiu, com esses tratados, a mais espectacular vitória diplomática da América Latina, nas suas relações com os Estados Unidos.

Em 1968, o complexo da zona do canal rendeu aproximadamente 75 milhões de dólares à economia panamiana por via indirecta, ou seja, em soldos, salários, e outros rendimentos. Segundo as previsões da equipa que negociou os tratados, o fisco panamiano poderá conseguir, entre 1970 e o ano 2000, rendimentos directos avaliados em mais de mil milhões.

Os cálculos mais recentes indicam que a incorporação da zona do canal na economia do país deverá provocar um impacto inicial de cerca de 20 por cento no orçamento do governo central, entendendo-se especificamente os rendimentos pela participação do Panamá na portagem aos barcos que cruzam o canal, e 25 milhões em anualidades que receberá da nova administradora da via inter-oceânica.

Entrarão também os rendimentos provenientes do funcionamento dos portos de Balboa (Pacífico) e Cris-

tóbal (Atlântico), dos diques secos para reparação de barcos na área de Balboa, do porto de contentores do Atlântico, do abastecimento de víveres e combustíveis, a uma média de 14 mil barcos, que cruzam anualmente o canal.

Há que levar também em consideração o impacto que terá sobre a economia panamiana a incorporação duma população de cerca de 40 mil pessoas, que vivem no que foi antes um enclave colonial.

No aspecto subjectivo, além de criar o poder popular, que tem a sua máxima expressão na Assembleia dos 505 representantes, o processo ditou, há menos de um ano, novas regras de jogo político, para normalizar a vida dos partidos.

Os dirigentes do processo tomaram a iniciativa de aglutinar a sua base de apoio no Partido Revolucionário Democrático (PRD), tendo conseguido a adesão de 150 mil pessoas, com o objectivo de atingir a quota mínima de 30 mil aderentes, exigida pelo Tribunal Eleitoral. Quanto ao Partido Frente Ampla (FRAMPO), de acordo com o processo, e dito à sua esquerda, conseguiu apenas os 30 mil necessários.

O Partido do Povo, dos comunistas, aceitou as regras do jogo, mas preferiu adiar a procura de aderentes, limitando-se a inscrever-se como partido em formação. De igual modo procedeu o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, de tendência trotskista.

Os liberais (Partido Liberal), apesar de estarem divididos, conseguiram inscrever-se com 40 mil aderen-

tes. Os liberais que compõem o partido que por mais tempo governou este país, no passado, têm sectores que, não só apiam, como integram o actual governo. Se considerarmos o PRD no centro, os liberais estão imediatamente à direita.

Os panamenistas (Partido Panamenista), liderado pelo ex-presidente, três vezes deposto, Arnulfo Arias, recusaram-se simplesmente a aceitar as novas regras do jogo, argumentando serem impostas por um governo que não reconhecem como legítimo. Assim fizeram também os diminutos e reaccionários Partido Democrata-Cristão e Partido Social-Democrata, assim como os minúsculos grupos da ultra-esquerda e direita, como o "Dios y Panama" (a versão crioula dos fascistas "Patria y Libertad" chilena), os trotskistas e maoistas.

Correspondendo ao apelo do panamenismo, liberais e ultras de esquerda e direita formaram uma Frente de Oposição (FRENO), que agita as bandeiras do civismo, do retorno à democracia representativa tradicional e do liberalismo económico.

O DESEMPREGO

Todavia, apesar de todos os êxitos alcançados na realização dos objectivos colocados pela estratégia para o desenvolvimento 1970-80, o processo não conseguiu satisfazer plenamente as aspirações a uma maior participação e a um pleno emprego das massas populares.

As medidas paliativas, como um plano de emergência para incorporar no



O Presidente Royo

trabalho cerca de 20 mil pessoas, com um salário mínimo de 100 dólares mensais, não surtiram o efeito desejado, sendo que, agora, o Estado já não tem fontes donde possa sacar recursos para manter essa massa de desempregados.

O governo argumenta que a crise económica mundial, particularmente o encarecimento do custo do petróleo, a que se junta o imobilismo dos investimentos nacionais, impediram o êxito dos planos de desenvolvimento.

A oposição, por seu turno, encontra na base de desempregados e sub-empregados (há dados que indicam que o desemprego e o sub-emprego atingem 40 por cento da força de trabalho) um campo propício para a consolidação de uma base de apoio para os seus próprios intentos de subversão no processo, inclusive da queda do governo.

O entusiástico apoio popular dado à marcha que os professores realizaram na terça-feira, 9 de Outubro, na capital, serviu de pretexto para a oposição convocar uma paragem geral em todo o país, com claros propósitos de subverter a ordem.

Na quinta-feira, 11 de Outubro, ao completar-se o 11.º aniversário do início do processo, o Presidente Aristides Royo explicou que, satisfazer as reivindicações dos professores, significaria elevar em 52,7 por

cênto o orçamento nacional e o investimento específico no sector da educação, com evidente prejuízo para os demais sectores.

De seguida, os sectores ou populares que apoiam o processo, como os sindicatos e centrais operárias, Partido Comunista e Confederação das organizações camponesas, lançaram a palavra-de-ordem "empresa parada, empresa tomada".

A mobilização de grande parte dos trabalhadores contra a greve, o grande esforço do governo e do PRD junto das bases do poder popular, e o descontentamento dos pais de família com a greve que se arrasta há mais de 30 dias, levou ao fracasso da pretendida greve nacional. Mas não impediu que o país estivesse cerca de duas semanas mergulhado em grande perplexidade.

Assim, tornou-se evidente a capacidade de mobilização, ou de aproveitamento do descontentamento popular, por parte dos grupos da oposição. Ficou claro quem estava alimentando a subversão, quando a Câmara de Comércio e Agricultura deu o seu apoio integral à greve dos professores e à paragem nacional, tendo inclusivamente financiado o movimento daqueles.

Por outro lado, ficou também claro que, se o governo naquele momento conseguiu mobilizar as massas para deter uma paragem de intenções golpistas, já não conseguiu deter todo o processo de desestabilização. O desenvolvimento obtido nos dez ou onze anos do processo não resolveu os problemas fundamentais das grandes massas e, mais do que isso, o

êxito dos tratados tão-pouco satisfaz as aspirações de libertação das massas, pois permanecem bases militares e o fantasma da intervenção.

A ausência do general Omar Torrijos nos actos realizados no dia 1 de Outubro, quando entraram em vigor os tratados de descolonização, aparece agora como a própria constatação dessa frustração. Numa mensagem ao Presidente López Portillo, do México, Torrijos diz, em tom nostálgico, que o século XXI (data do final dos tratados) está longe, e mais longe ainda a libertação sem tutelas.

As massas querem mudança. Mas a oposição, a democracia representativa tradicional e fundamentalmente, o liberalismo económico, são a mudança que é oferecida. Se não houver nenhuma outra proposta que possa preencher a ânsia de subversão e expectativa que se encontra nas massas, parece estar comprovado que elas chegarão ao carro conduzido pela oposição. Este é o grave risco que atravessa o momento histórico vivido pelo Panamá.

A solução, e segundo parece, assim o entendeu o general Torrijos, deixando-o implícito na mensagem a López Portillo, é dar às massas uma nova esperança. No entanto, há que ver quanto tempo pode resistir o processo, pois parece que a administração Royo não pode ir mais além do que a consolidação dos objectivos, ainda não plenamente realizados, apontados na estratégia para o desenvolvimento 1970-80. Este é o impasse do momento actual.

BOLÍVIA

a derrota dos golpistas



Como um grande movimento popular encabeçado pelos operários desalojou do poder os putchistas militares

Eduardo Medina

AS 2.30 horas do dia 1 de Novembro de 1979, um coronel golpista decidiu interromper o singular processo democrático que se tinha iniciado na Bolívia, a partir de 1977. O militar não levou em conta que, hoje, na Bolívia, existem condições objectivas e subjectivas contrárias às aventuras castrenses, que se criaram fun-

damentalmente através do poder alcançado pelo movimento operário e popular, aceleradamente organizado depois de sete anos de férrea ditadura do General Hugo Banzar Suarez (1971-1978).

Na Bolívia, à luz da experiência histórica, há dois polos de poder indiscutíveis. Por um lado, as forças armadas e, por outro, o

movimento operário. Desde há décadas que ambas vivem medindo constantemente forças. O movimento operário foi derrotado quase sempre no campo militar (salvo agora, e mais cabalmente em 1952, quando o proletariado, tomando a iniciativa, converteu um golpe de estado de tendência nacionalista numa insurreição popular,

que terminou com a destruição do exército), mas que, em todo o momento de crise, esteve nas trincheiras, para o bom ou para o mal, como vanguarda das lutas sociais.

As Forças Armadas, por seu lado, defenderam estruturalmente (salvo algumas exceções personificadas em militares nacionalistas e democráticos, que acabaram por ser abandonados pelos seus camaradas de armas) o status quo. Antes de 1952, o poder oligárquico, depois os projectos da débil burguesia dependente inspirada pela "matriz".

Ambas as forças se mediram, durante os 16 dias de Novembro. O movimento operário e popular demonstrou organização e coesão, através da Central Operária Boliviana. O movimento militar, pelo contrário, esteve dividido, o que constituiu um factor importante para a vitória democrática. Os confrontos foram desiguais no plano militar. Os golpistas contaram com tanques e aviões para enfrentar o movimento popular, que lhes resistiu com barricadas de pedras. Produto da luta desigual foi o saldo final de duas centenas de mortos, todos do campo popular, mas que selaram a vitória da resistência civil e a retirada dos golpistas.

Na chuvosa noite do 16 de Novembro, o coronel golpista abandonou o Palácio do Governo pela "porta do cavalo", enquanto entrava, pela porta principal, Lidia Gueiler, indicada como Presidente Constitucional interina, símbolo, nessa noite, duma heróica e inédita resistência popular na América Latina que, enca-

beçada pelos operários, desejou do poder os militares.

Foram 16 dias em que a longa luta do proletariado boliviano sintetizou o papel que a história lhe reservou: ser a força dirigente, motriz e principal da resistência. Atrás do movimento operário organizado, alinharam-se nesta crise política, os sectores revolucionários, progressistas e democráticos da classe média e pequena burguesia, sectores burgueses e também militares. Todos eles formaram um grande movimento de repúdio generalizado ao golpe que, "no dia de Todos os Santos" tinha consumado o coronel Alberto Natusch Busch, derubando o Presidente Constitucional interino, Walter Guevara Arze.

Os operários bolivianos frustraram assim, pela primeira vez na história continental, um golpe militar consumado, permitindo que o incipiente processo democrático retomasse o seu curso e que as forças políticas representadas no Parlamento elegeassem um Chefe de Estado, de acordo com a sucessão constitucional e com as negociações que finalmente os golpistas tiveram de aceitar, para en-



Guevara Arze, efêmero presidente constitucional

contrar uma "saída honrosa" do impasse a que tinham sido arrastadas as Forças Armadas.

Singular importância, sinal dos tempos, adquiriu nesta crise o apoio solidário internacional à frágil democracia boliviana. Ninguém, à excepção de Anwar Al Sadat, reconheceu o golpista. Pelo contrário, generalizaram-se as condenações, por parte de governos, parlamentos, partidos e povos.

UMA SEQUÊNCIA DE GOLPES

A História boliviana é frequentemente apresentada como uma colectânea anedótica de golpes militares, expressão do "atraso", "subdesenvolvimento", falta de solidez e maturidade política" e "instabilidade institucional", segundo esses compiladores simplistas de anedotas. No entanto, a história não é uma anedota, nem a História Contemporânea da Bolívia é o rescaldo de 83 revoluções por minuto. É uma contínua agudização das contradições no seio da sociedade boliviana, onde o golpe de Estado ou a rebelião dos depostos são a expressão mais cabal da luta de classes, elevada, por vezes, a instantes supremos de crise.

UMA BURGUESIA DÉBIL

O escritor boliviano Rene Zavaleta afirmou que o golpe de estado é a rotina da mudança política na Bolívia. Contraditoriamente, o processo eleitoral na Bolívia é uma alteração da maneira normal da modificação política. Em síntese, como sublinha Zavaleta, a medida da democracia na



A unidade e a força dos trabalhadores foi determinante

Bolívia nem sempre começa com o calendário eleitoral. A democracia expressa-se fundamentalmente, não quando se convocam eleições e se instalam parlamentos, mas sim quando existe liberdade para o desenvolvimento da organização do movimento operário, democracia e liberdade ganhas a pulso pelas forças proletárias. Tal é o contexto em que a Bolívia está imersa e no qual se dão as lutas políticas contemporâneas no país. Neste quadro, se desenvolveu a última crise política, que se traduziu na consumação de um golpe militar e na sua imediata neutralização por uma activa resistência civil.

Na Bolívia, a burguesia é débil e dependente e por isso incapaz de desempenhar o seu papel histórico. Esta a razão por que, neste país, a burguesia, nos momentos de crise, se refugia nos quartéis, para que o braço punitivo do Estado saia em sua defesa através de golpes militares, que travem o desenvolvimento livre e contínuo das forças populares, que desde há décadas são sujeitos de ensaios permanentes, para fazer sua a iniciativa histórica social.

Porém, o processo de desenvolvimento das forças populares nem sempre produz as condições propícias para o êxito dos golpes mi-

litares (a crise desencadeada por Natush Busch e os seus golpistas), mas sim gelam as que, como agora, permitiram ao movimento popular assumir o seu papel histórico e realizar, perante a incapacidade burguesa, tarefas próprias desta para garantir o desenvolvimento histórico. Assim se converteu em porta-estandarte da democracia, ganhou a rua, ergueu barricadas, enfrentou tanques e aviões, deu as indicações fundamentais para garantir o triunfo das negociações que levariam à rendição dos golpistas, negociou, consolidou a força política do Parlamento e, finalmente, assegurou a constituição de um governo, que não é o seu, moderado, no qual predomina o sector conservador do nacionalismo revolucionário, personificado pela corrente do ex-presidente Victor Paz Estenssoro. O movimento operário, consequente com a sua missão histórica, declarou a sua independência de classe em relação ao aparelho estatal.

O PROBLEMA DO PODER

Por que é que o movimento popular boliviano não ocupou o poder e não fez seu o governo, visto que assumiu o comando da luta nesta crise política, que terminou, pelo menos por agora, com uma vitória para a democracia?

Porque as condições não chegaram à expressão externa da crise revolucionária e porque o movimento operário e popular boliviano, apesar do seu desenvolvimento histórico como classe, não conta ainda com o instrumento idóneo

capaz de forçar o desencadeamento da crise suprema. Na frente sindical, actuou nas duas últimas décadas, a Central Operária Boliviana, que reúne diversas tendências políticas, desde o nacionalismo revolucionário progressista ao marxismo-leninismo. Mas o âmbito dum organização sindical, por revolucionária que seja, não permite ao movimento operário expressar-se em toda a sua magnitude e com toda a sua energia de classe revolucionária, como poderia manifestar-se através dum vanguarda política que, nos momentos de crise, não só lhe permitiria assumir um papel preponderante, não apenas para derimir, como constituir-se em força governamente, se as condições objectivas assim o determinassem.

Por agora, o movimento operário e popular, através da Central Operária Boliviana, limita-se a comandar as lutas democráticas, como um movimento cuja força política é decisiva para o desenlace das constantes crises. Nem outra coisa significou o seu confronto, bem sucedido, com os golpistas de Novembro, crise da qual saiu fortalecido como nunca, para continuar a desenvolver-se e a acumular forças. De facto ficou claro: o movimento operário e popular constituiu-se como um dos dois factores reais de poder, que oferecerá estabilidade à conjuntura democrática actual e fará pensar mais de uma vez os futuros golpistas.

Esta batalha pela democracia foi ganha pelo povo, mas não a guerra. Haverá muitas outras derrotas e vitórias, até que o povo possa, enfim, dar o golpe final.

PERÚ

as eleições de Maio



Como se está a definir o panorama político. Apesar dos erros e contradições, a esquerda avança.

Rafael Roncaglio

NO Peru tem-se vindo a gestar um dos movimentos mais poderosos da América do Sul. As grandes greves nacionais de 1977 e 1978, conduzidas pelo movimento sindicalista mas cristalizadas com o apoio de todas as organizações populares, inclusivé as camponesas, revelaram-se uma força capaz de paralisar o país, mesmo em situações de intensa repressão. Paralelamente, as eleições da Assembleia Constituinte deixaram claro que a esquerda supera no seu

conjunto um terço do eleitorado. Força de mobilização e força eleitoral, indicadores a não desprezar.

No entanto parece existir uma grande diferença entre esta capacidade de massas e a capacidade de aglutinação e condução por parte das direcções políticas de esquerda.

A última greve de professores, em meados de 79, marca um momento de refluxo relativamente ao movimento popular. Hoje, em plena discussão eleitoral, as direcções políticas de es-

querda, talvez não reflitam adequadamente o poder popular esboçado nos anos anteriores. A impotência para construir uma frente política unitária, as estereilizantes desavenças entre partidos e homens, a febre eleitoral, são as principais carências. Não há também uma figura política que possa actuar como catalizador e símbolo de união de massas nesta conjuntura.

AS FORÇAS EM PUGNA

À medida que se aproximam as eleições presiden-

ciais e parlamentares, convocadas para 18 de Maio, vai-se definindo aceleradamente o espectro das possíveis combinações que vão entrar no jogo. Sete grandes correntes de opinião surgem como protagonistas principais. Da direita à Esquerda elas são: O Partido Popular Cristão (PPC) Acção Popular (AP), o Partido Aprista Peruano (PAP), o "velasquismo", a chamada "esquerda responsável", as formações políticas que se reclamam do pensamento maoísta e os trotskistas.

O Partido Popular Cristão, do ex-alcaide de Lima, Luís Bedoya Reyes, apareceu na vida política há pouco mais de uma década, como cisão da ala direita da Democracia Cristã. Ain-

de recursos económicos tão grandes quanto escassa é a sua elaboração no debate ideológico e político. A sua votação deve diminuir com a participação da Acção Popular nos próximos actos eleitorais, mas os seus parlamentares farão tudo para alcançar uma aliança parlamentar com o objectivo de definir o próximo presidente da República no seio das câmaras, uma vez que, como parece, nenhum dos candidatos presidenciais obterá 36 por cento da votação, constitucionalmente exigido para ser proclamado.

A Acção Popular, do ex-presidente Fernando Belaúnde Terry, pode considerar-se a corrente de direita mais próxima, nas suas

consiste no inegável carisma pessoal do arquitecto Belaúnde, que iniciou uma bem sucedida campanha eleitoral por todo o país. A sua força porfia, de facto, em ser a carta da direita capaz de verbalizar problemas e expectativas das aldeias abandonadas. O PPC e AP são assim duas variações da política direita e anacrónica. O entendimento entre eles não só seria absolutamente natural, como inclusivamente, permitir-lhes-ia alcançar o famoso 36 por cento da votação geral.

Os estrategas da Acção Popular destacam, inclusivamente, o facto de que estes partidos não terem presença, interesse nem possibilidades de desenvolvimento nas organizações sindicais e populares. Parecem assim insinuar à esquerda que eles não constituem o perigo. Que eles são preferíveis aos bandos de choque do APRA.

Entretanto, no Partido Aprista Peruano, uma forte discussão entre a linha de Villanueva, que considera viável um entendimento com o que ele denomina a "esquerda responsável", e a linha furibundamente anti-comunista de Andrés Townsend, marca todos os seus actos. Tendo obtido mais de 35 por cento dos votos o ano passado, o APRA terá de chegar aos 36 por cento para não ser travada a sua ascensão ao poder por uma colisão antiaprista no Parlamento. A candidatura de Armando Villanueva, abertamente apoiada pelos partidos social democratas e pela Internacional Socialista — a qual pôs certas reticências devido à notória coincidência do partido Aprista com a do



Nas ruas de Lima pagam-se os juros do FMI

da que agora estabeleça vínculos com os Partido Social/Cristão da Alemanha e da Venezuela, a sua mensagem e estilo correspondem à política mais tradicional: ausência de directrizes ideológicas, falta de vitalidade nos seus enunciados conservadores, concentração sobre o pragmatismo político e sobre a "propaganda" de uma figura habilidosa; o advogado Bedoya Reyes. O PPC obteve quase 24 por cento da votação nas eleições para a Assembleia Constituinte e é considerado um partido

origens, do populismo. Autores de peregrinas teses sintetizadas em slongans de alto valor folclórico, tais como "o Peru como doutrina" e "a mestiçagem da economia", os belaundistas conseguiram levar o seu líder à presidência da República, em 1962, agitando uma mensagem renovadora e progressista. Mas, a transacção com a **International Petroleum Company**, o entendimento com o APRA y com a velha oligarquia reduziram a nada o programa e a mensagem renovadora. Hoje, a sua única força



Genaro Ledesma, líder da FOCEP e candidato à presidência com o apoio do PSR e do PCP

Departamento de Estado norte-americano — goza também de preferências de Morales Bermúdez.

Curioso paradoxo da história o facto de um partido nascido e educado no confronto com militares acabe vislumbrado o seu acesso ao poder com o apoio de um governo militar, que pôs ao seu serviço jornais, televisão, autoridades políticas do interior e postos-chaves da administração pública.

A CORRENTE "VELASQUISTA"

À esquerda do APRA, mas sem deixar de lado a possibilidade de entendimento com esta, emerge multifacética uma corrente "velasquista", que compete ao mesmo tempo com o Partido Socialista Revolucionário (PSR) e o Partido Comunista (PC). Estes dois últimos negam definir-se como "velasquistas", mesmo quando reivindicam as reformas da época do general Velasco, que ao tempo apoiaram, patrocinaram ou participaram na sua gestão

através de alguns membros, hoje líderes do PSR. O "velasquismo", propriamente dito, caracteriza-se, por sua vez, pela recuperação da pessoa de Velasco como símbolo de acção política e na reivindicação do seu governo *in toto*.

Surgiu assim a Organização Política da Revolução Peruana (OPRP) do ex-ministro da Pesca, general Javier Tantaleán Vanini, e o MR-3, apoiado pelo ex-secretário da Imprensa de Velasco, Augusto Zimmerman Zavala. A seu lado figuram o Partido Democrata Cristão (PDC), que, sob a condução do advogado e

brilhante polemista, Héctor Cornejo Chavez, obteve o ano passado 2.37 por cento da votação, e a Frente Nacional de Trabalhadores e Camponeses (FNTC) de Roger Cáceres Velásquez, com os seus 3.86 por cento. Todas juntas, parecem esboçar, a necessidade de uma mini-frente do Centro, que possa entender-se com o APRA, com a "esquerda responsável" ou com ambos.

A "ESQUERDA RESPONSÁVEL"

Entretanto, o único embrião de frente política que já tem funcionamento real, agrupa o que Armando Villanueva chamou de "esquerda responsável", (sem que esta denominação seja assumida pelos afectados), o Partido Socialista Revolucionário, o Partido Comunista, e o Sector Independente da Frente Operária Camponesa Estudantil e Popular (FOCEP) liderada pelo velho advogado sindical e perseguido político, Genaro Ledesma Izquieta. Estes três partidos de esquerda têm em comum várias características: em primeiro lugar são dentro da esquerda forças "grandes" — o PSR obteve o ano pas-



das correntes «velasquistas» General Tantalean Vanini, uma

sado 6,62 por cento da votação, o PC 5,91 por cento e a FOCEP 12,34 por cento (nesta última votação incluiu-se a enorme influência do único líder de massas com que conta o trotskismo, Hugo Blanco). Em segundo lugar estão vinculados a grandes organizações de massas. O PC é predominante dentro da Central Geral de Trabalhadores do Peru (CGTP) e o PSR na Confederação Nacional Agrária (CNA), que são respectivamente a primeira Central operária e a maior organização camponesa do País. Em terceiro lugar, tanto o PC como o PSR recuperam, como já se disse, uma parte importante da obra de Velasco, impugnada em bloco pelo resto da esquerda.

Esta frente é assim uma Aliança natural, que parece projectar-se mais além das próximas eleições, e que há-de subsistir mesmo que para estas eleições se possa consolidar uma frente mais ampla da esquerda — como todos acham desejável.

“MAOISTAS” E TROTSKISTAS

Dentro da esquerda há também uma poderosa corrente que se auto-define como maoista, na qual não só se situam uma parte importante dos partidos que integram a Unidade Democrática Popular (que obteve 4,58 por cento dos votos o ano passado) como também um novo bloco, denominado precisamente UNIR, no qual se agrupam para a luta eleitoral algumas forças que o ano passado optaram pela abstenção. A mais importante delas, o Partido Comunista do Peru (“Patria Roja”) tem uma

importante implantação no movimento de professores. A candidatura presidencial do Dr. Alfonso Barrantes Lingán, destacado dirigente sindical e brilhante intelectual, poderia expressar estes sectores, junto com outras formações de esquerda.



Hugo Blanco, líder trotskista carismático

O trotskismo finalmente, conta com quem safu das últimas eleições convertido no líder mais carismático e mais votado da esquerda peruana: Hugo Blanco. Candidato pela lista da FOCEP, Blanco forjou o slogan “nem patrões nem generais” para indicar a sua absoluta oposição a qualquer entendimento com o PSR presidido pelo general Leonidas Rodríguez Figueroa. Deste modo, a posição de Blanco torna impossível uma unidade de toda a esquerda. A esquerda irá certamente às eleições com mais de uma lista. Com três, se se mantiverem até ao fim as candidaturas já anunciadas de Ledesma, Barrantes e Blanco. Com duas, se Barrantes chegar finalmente a um entendimento, seja com a frente PSR-PC-FOCEP, seja com o independente Blanco.

O GOVERNO, NUM BECO SEM SAÍDA?

Enquanto todas estas operações são matéria de cálculos de probabilidades e combinações, também o governo continua sem encontrar uma direcção certa e firme. Para começar, nenhum dos candidatos apresentados goza de suficiente legitimidade dentro das Forças Armadas.

Belaunde foi o homem que eles tiraram do palácio, em 3 de Outubro de 1968, e o seu triunfo seria uma espécie de desautorização global por referendun. Villanueva é casado com uma senhora nascida no Chile que, apesar de já ser peruana pela lei e pela sua vida, neste ano de comemorações bélicas * converte-se em factor pouco propício para superar o antiquíssimo anti-aprismo militar. Bedoya, cujas possibilidades de triunfo são poucas, representa uma opção patronal de estilo antigo que pode terminar por agudizar todos os conflitos sociais nesta época de crise económica. Um presidente de esquerda é mais do que gente como Moralez Bermudez pode considerar tolerável para o país. A tudo isto junta-se o desejo de entregar o poder, caso seja indispensável, em melhores condições.

Não agora, que a impopularidade do regime chegou a extremos incríveis e inimagináveis, mas em alturas em que seja conveniente adoptar algumas medidas populistas. Assim, o espectro do golpe ronda todos os dias os pesadelos dos políticos. Fortalece-se

quando Natush golpeia na Bolívia, enfraquece quando Natush cai, mas subsiste sempre ameaçador.

Ao que parece o governo preferirá um outro tipo de candidato: um independente em torno do qual se construa uma unidade sólida. A sua tentativa é personificada pelo ex-ministro dos negócios estrangeiros Carlos Garcia Bedoya, o qual, renunciando ao gabinete, para participar em política activa, acabou lançando-se numa piscina sem água. No entanto, esta pode ser cheia pela tempestade política que sem dúvida se avizinha no horizonte eleitoral.

Em suma, tudo faz pensar que o governo se mantenha alerta.

Se consegue uma forma eleitoral satisfatória para ele, as eleições seguirão o seu curso, quaisquer que sejam os problemas da designação. Se não, os militares (que cada dia precisam mais do impopular Morales) podem intervir, antes das eleições, ou, como parece mais provável, logo que fique demonstrada a "incapacidade dos civis para formar Governo estável".

Haverá sem dúvida, entre eles, quem sonhe para esta eventualidade com uma fórmula à brasileira: repressão para a esquerda e para o movimento popular, fim das "greves políticas" e co-governo das forças conservadoras civis pela via das eleições parlamentares.

UMA ESQUERDA QUE AMADURECE

Por isso mesmo, se se estabelece um governo civil durante o próximo quinquênio, ou se uma nova in-

tervenção militar interrompe o curso das eleições, as formações políticas de esquerda julgam seu dever preparar-se para qualquer eventualidade com um sólido trabalho de bases. A centralização do movimento sindical torna-se a questão mais importante na ordem do dia. A existência de Confederações, Federações e até sindicatos paralelos é um obstáculo para a esquerda e para os interesses imediatos dos trabalhadores.

Os partidos de esquerda, apesar de todas as limitações estão a superar a situação presente. É preciso entender que o movimento de massas dos últimos anos surpreendeu muitas direcções políticas, mais inclinadas entre um trabalho artesanal e em pequena escala e a previsão apocalíptica imediata sobre a ordem capitalista, que para uma acumulação em grande escala,



Mariátegui: teses que ganham actualidade

mas realista. No entanto quem reparar no que hoje são os partidos da esquerda peruana, com todas as suas deficiências, não pode negar que um amadurecer em desenvolvimento se manifesta em duas questões cruciais: a primeira é a tónica sobre a vinculação entre o trabalho político e eleito-

ral, por um lado, e o trabalho de organização de massas por outro. Se bem que nestes momentos eleitorais haja uma sobreconcentração no primeiro, a consciência geral é lúcida e autocrítica.

A segunda, é a procura intensa de uma identidade nacional da esquerda. Javier Diez Canseco, dirigente de um dos partidos da UDP declarava à pouco tempo à revista *Caretas* que o grande problema da esquerda marxista no Peru "é a dificuldade de entroncar-se num processo nacional". O PSR, por sua vez, desde o seu nascimento que se anuncia como "esquerda nacional". Todos, qualquer que seja a sua matriz, procuram hoje uma identificação nacional. E nesta procura voltam, uma vez mais, ao pensamento e à obra de Carlos Mariátegui. Meses atrás, Manuel Scorza, da FOCEP independente, falou, para escândalo de muitos, numa posição "marxista mariateguista", e anunciou a futura criação de um partido "mariateguista". O Partido Comunista, por seu lado, declara ser o mesmo Partido Socialista fundado por Mariátegui, do qual também se considera herdeiro o PSR. Não há dúvida que este consenso em torno de Mariátegui é um bom indício de inserção na história nacional concreta do Peru. Por aí, esta esquerda multifacetada e com frequência virulentamente enfrentada faz o seu próprio processo de amadurecimento.

(*) Em 1979 comemorou-se o centenário da Guerra do Pacífico na qual o Peru e a Bolívia perderam extensos territórios para o Chile.

VENEZUELA

Os rumos do MAS



Dirigente do Movimiento al Socialismo (Movimento para o Socialismo - MAS), Teodoro Petkoff define o seu partido como uma «força plebeia» e assinala que ele foi criado para lutar pelo poder

Walter Tesch

ACTUALMENTE parlamentar e um dos líderes máximos do Movimento para o Socialismo, Teodoro Petkoff é hoje um dos mais activos dirigentes da esquerda venezuelana. Nesta entrevista exclusiva para os "Cadernos do Terceiro Mundo", concedida em Caracas ao nosso correspondente Walter Tesch, Petkoff define o tipo de socialismo a que o MAS aspira, e afirma que, para o povo do seu país, se acentuarão as dificuldades nos próximos meses. Eis as suas declarações:

O MAS é hoje a terceira força eleitoral do país e o maior agrupamento político de esquerda. Derrotado em duas eleições presidenciais, atacado por uns e visto com esperança por outros, como o caracteriza bem como à esquerda, no sistema político venezuelano?

Para compreender a actual esquerda venezuelana, teríamos de considerar que aquilo que hoje existe resulta da reconstrução de uma esquerda que sofreu uma gravíssima derrota nos anos 60, quando, até 1967-68, participou num intenso pro-

cesso de luta armada contra os Governos de Acção Democrática (AD) dos presidentes Betancourt e Leoni.

A esquerda de então era, praticamente, o Partido Comunista (PC) e o Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR). Este último nasce como uma dissidência da AD em 1960. A esquerda culminou o período conflituoso virtualmente destruída, com perda de militantes, sofrendo uma derrota militar e política. As suas organizações estavam profundamente afectadas, e divorciadas das massas populares.

Os vínculos que o PC chegou a ter no sector operário, sendo a segunda força depois da AD, e o MIR que nasce como um grande partido de massas, em 1960, tudo se tinha perdido.

O MAS E A RECONSTRUÇÃO

O MAS constituiu-se formalmente em Janeiro de 1971, e iniciámos assim o longo caminho da recuperação. O PC do qual nos desligámos, envolveu-se, desde 1968, num intenso debate, fazendo o balanço do período vivido. Deste debate, que não é agora oportuno relatar, dividiram-se as águas e nós fundámos o MAS.

O MAS diferenciou-se bastante do PC, do qual provinha, e do MIR, que era um partido para-comunista, em termos de estrutura organizativa, dos seus objectivos, da sua política, e dos valores teóricos de que se servia.

Ao longo destes oito anos avançámos bastante no sentido de reconstruir a esquerda e de criar um ponto de referência revolucionário, socialista, no nosso país.

Mas, as recentes eleições mostram-nos, todavia, quanto falta percorrer. Não no sentido de reconstruir, pois ocupamos hoje no país um espaço maior do que em 1958 (queda da ditadura de Pérez Jiménez), mas no sentido de desbloquear o socialismo.

Uma preocupação do MAS, desde o seu aparecimento, foi a de vencer os diques ideológicos, no sentido estritamente marxista do termo, que existem no povo venezuelano relativamente ao socialismo. Foi nossa intenção superar as insuficiências do pensamento revolucionário, o qual não foi capaz de comunicar com o país, de abrir vias de comunicação até à consciência colectiva. Tudo isto levou não só a uma investigação de tipo formal da comunicação — como comunicarmos, como apresentar-nos — mas também uma investigação sobre os próprios valores do movimento revolucionário.

O SOCIALISMO E A DEMOCRACIA

Este processo conduziu o MAS a importantes conclusões relativamente aos problemas do socialismo e da democracia. Qual é a articulação entre democracia

e socialismo? Como se juntam estes conceitos, não somente na análise teórica, mas também na prática quotidiana e na relação com o projecto revolucionário?

Levou a conclusões importantes sobre a nossa definição a respeito dos centros mundiais de poder socialista, a nossa proclamação de autonomia relativamente a eles, e também levou a importantes definições a respeito do próprio país e das suas peculiaridades.

Naquele momento, em 1971, chegámos a algo que, por incrível que pareça, a esquerda não tinha colocado deste modo: o *descobrimento do capitalismo venezuelano*.

O PC eo MIR, moviam-se até então seguindo o critério dessa espécie de anti-imperialismo abstrato que, por outro lado, foi bandeira principal da esquerda latino-americana durante toda a sua história. Tal situação levava a colocar a luta do povo em termos de uma confrontação com o imperialismo, fazendo abstracção do país, das suas classes sociais, e dos vínculos evidentes entre o imperialismo e um capitalismo que se vai desenvolvendo no nosso próprio país, incitado não só pela penetração do capitalismo estrangeiro, mas que passa também a fazer parte do complexo de poder e da dominação de classes no país.

Sem uma confrontação com este capitalismo, o anti-imperialismo resulta uma abstracção, um fantasma. Pelo contrário, a partir dessa confrontação, o socialismo deixa de ser uma abstracção e passa a fazer parte da política real.

Também chegámos à conclusão, relativamente a um *projecto revolucionário*, no sentido de nos divorciarmos definitivamente de uma versão estatal do socialismo para privilegiar a ideia autogestionária. O desenvolvimento dos poderes autogovernativos como linha essencial de um projecto socialista. Refutando qualquer versão burocrática, paternalista e, à partida, totalitária, do ponto de vista político, do socialismo.

Assumimos a tarefa de construir um projecto revolucionário que o venezuelano comum possa encarar como uma saída, como uma solução para as calamidades do capitalismo, e não como uma ameaça.

AS ELEIÇÕES DE 1973 E 1978

Em 1973, o MAS participa pela primeira vez no processo eleitoral, no meio da incompreensão da esquerda, marcada ainda pelo extremismo da década da luta armada. A nossa participação foi classificada como "revisonismo", "claudicação" e outros estereótipos semelhantes, da fatigante linguagem da esquerda. Hoje, felizmente, o resto da esquerda abandonou aquele primitivismo relativamente às eleições.

Penso que, tal como as coisas estão, depois das eleições de 78, em que o MAS alcançou 325 mil votos (um pouco mais de 6 por cento da votação), e em que conjuntamente com outros grupos de esquerda alcança um pouco mais do que 700 mil votos, 13 por cento do total, cria-se a possibilidade de acelerar o ritmo de expansão da influência da força revolucionária na Venezuela.

Digo isto porque penso que o resultado político das eleições é muito mais favorável do que o resultado numérico. Ocorreu algo de extremamente importante: a mais importante instituição política, o parlamento, desbloqueou-se.

O PAPEL DO PARLAMENTO

Como encara o MAS a sua participação no Parlamento e nos Conselhos Municipais?

Queria primeiro precisar algumas coisas. Não sou dos que pensam que o Parlamento é o centro da vida política. No entanto, quero dizer que, na Venezuela, esta instituição que, como poder de Estado, é muito fraca, é no porém o principal cenário dessa manifestação essencial da luta de classes, que é a confrontação interpartidária.

A acção nesta instituição, articulada com as lutas de massas, com a actividade extra-parlamentar, permite eventualmente fazer ressoar naquele cenário a voz da rua e projectar, a partir de lá, a política para a rua, fortalecendo a politização das lutas populares.

Isso implica já uma tese do MAS na sua relação com o Parlamento?

De certa forma é isso. Nós não fazemos parte dessa esquerda que vê as instituições deliberativas do sistema somente

como parte dos mecanismos de dominação, e que nos contaminam se entrarmos nelas. Pelo contrário, definimos uma estratégia que comporta outras coisas: inserir-se e participar nestas instituições, actuar nelas para a expansão de uma política revolucionária, porque, ao fim e ao cabo, elas encerram, na sua constituição, vestígios da luta popular.

Poderia dizer algo mais sobre esta relação do MAS com o Parlamento e a sua posição acerca do importante papel que os Conselhos Municipais terão, como instância de poder local?

Concerteza, mas deixe-me acabar a ideia anterior. A situação apresenta-nos, antes das eleições de 1978, com um Parlamento bloqueado, visto que num período anterior a Acção Democrática (AD) tinha maioria absoluta em ambas as câmaras, reduzindo ainda mais o poder do Parlamento. O actual Parlamento, em mudança, apresenta-nos a AD e o COPEL virtualmente empatados, nenhum deles tendo a maioria e não podendo fazê-la com o resto dos parlamentares se o MAS não for incluído.

De forma que temos uma posição bastante privilegiada. O MAS é a chave do Parlamento. Para onde se inclina o MAS inclina-se qualquer maioria num período determinado. Consequentemente, esta posição privilegiada traz consigo os perigos do oportunismo ou das inibições, uma vez que, para evitar os riscos do primeiro, podemos cair no segundo caso.

Mas se esta nossa acção vencer estes dois obstáculos, poderemos certamente obter uma repercussão política muito grande no país, atribuindo ao Parlamento a condição de caixa de ressonância da voz da rua, vinculando as lutas populares à vida política.

Isto permitirá uma politização muito maior destes processos do que a que temos podido atingir até agora. Permite visualizar um crescimento maior das nossas forças.

Apesar do poder municipal estar enfraquecido e desprestigiado, é o poder que está mais próximo do povo, ocupando-se dos problemas quotidianos. À partida, não é ali que se resolvem os destinos do país, que se discute o petróleo, o ferro, etc.; mas trata-se do ambiente, do saneamento, da água, do planeamento regional, etc.

Até ao momento, os concelhos muni-



A guerrilha foi uma experiência amarga para a esquerda venezuelana

país têm estado praticamente vedados à esquerda devido ao sistema eleitoral venezuelano. Isto permitiu a vitória nos 191 conselhos pelos partidos que têm dominado o país: AD e COPEI (social-cristão).

A separação da sua eleição dará acesso a forças minoritárias. Nós atribuímos grande importância a isto, pois num país onde a corrupção é tão grande e a ineficácia tão notória, a presença de um vereador socialista, por mais pequena que seja a sua eficácia e a sua integridade, funcionará como factor de mobilização e organização popular.

Por isso, a luta por esses poderes locais é extremamente importante como preparação da conquista do poder, do ponto de vista de um projecto revolucionário como o nosso, numa estratégia que prevê um caminho até ao poder por via democrática.

Dentro do esquema de virtual bipartidarismo na Venezuela, poder-se-á estabelecer a hipótese de que a esquerda, a curto ou a médio prazo, terá condições para eleger um presidente? Que significado atribui, então, o MAS às eleições presidenciais?

A primeira vez que a esquerda lançou um candidato próprio, em 1973, definiu uma conduta e uma estratégia. Até aquele momento, a esquerda tinha sempre

participado como força adjectiva, naquelas supostas "frentes progressistas, democráticas e/ou populares", cujo eixo foram sempre forças populistas de centro-esquerda ou liberais.

Na minha opinião, ao longo dos anos, isto fez com que a esquerda se colocasse em inferioridade face aos venezuelanos. Se nunca se atreve a definir-se como opção de poder, penso que cria um condicionamento psicológico, pois o militante de esquerda sente-se a lutar por um futuro indeterminado, sente que não é um competidor real para o poder.

Nós, todavia, se adquirimos alguma consciência durante a luta armada, foi a de que somos lutadores pelo poder, que temos criado uma força política para lutar pelo poder. Quando em 1971, se organizou uma destas frentes, em que se integraram o PC, o MEP (Movimento Eleitoral do Povo) e o MIR que esteve prestes a ingressar, nós opusémo-nos a todas as pressões para o integrarmos.

O pequeno grupúsculo ia lançar o seu próprio candidato. No primeiro momento houve risos. Contudo, esse pequeno grupo, o MAS, emergiu em 1973, com uma força política relativamente considerável, superior ao agrupamento frentista.

Por isso, o lançamento de um candidato presidencial tem um significado político

co-psicológico importante, rompendo um condicionamento e um complexo.

A esquerda que se atreveu a postular-se a si própria é hoje o terceiro pólo. Muito longe dos outros dois, é certo, mas afinal, hoje na Venezuela só há a AD, o COPEI e a esquerda. E, dentro desta, o MAS é a força mais importante.

O SOCIALISMO É UM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO

Mas, em que sentido nos diferenciamos da esquerda tradicional? No sentido de definir o socialismo como um processo de democratização do país, de instaurar um Estado socialista e de fazer deste a principal alavanca de um processo de democratização. Entendemos o socialismo como a ampliação das fronteiras da democracia e da liberdade.

Não pensamos que se na economia se rompesse a propriedade capitalista não importaria então que na esfera política existisse uma ditadura brutal. Há um raciocínio que sustém que a verdadeira liberdade seria a que deriva da inexistência do capitalismo na esfera da economia.

Pelo contrário, uma apreciação verdadeiramente marxista da sociedade conduz ao entendimento de que é completamente impossível a libertação dos trabalhadores da dominação patronal, se no plano político esta emancipação não se expressa, se não existe efectivamente no país um quadro político-institucional que torne possível o exercício da liberdade.

Como exemplo, estou a falar do projecto geral, e não das contingências que nos caberia viver no momento do acesso ao poder, da maior ou menor resistência das classes dominantes, face às quais a nossa atitude terá muito que ver com a natureza da sua resistência. Estes riscos são demasiados importantes, e esta é uma diferença fundamental entre nós e o resto da esquerda.

É esta a definição do socialismo do MAS? Do socialismo à venezuelana?

Claro! É isso! É uma diferença capital, que nos leva a refutar qualquer versão de "ditadura do proletariado". Pelo contrário, estamos na busca de formas políticas de transição que não sejam estas, na compreensão de que a multiplicidade da sociedade não pode ser vulnerada.

O socialismo não pode ser entendido

como uma cultura e uma política arregimentadas pelo monopólio de um partido. Como dissemos antes, socialismo não pode significar a substituição da propriedade capitalista somente pela do Estado. Para nós, a conotação autogestionária e autogovernativa do socialismo é muito importante.

A nossa autonomia relativamente aos centros mundiais de poder socialista, também nos diferencia de outros sectores da esquerda.

Por tudo isto, o MAS quer pôr na rua um projecto que não pode diluir-se numa unidade meramente determinada por processos eleitorais.

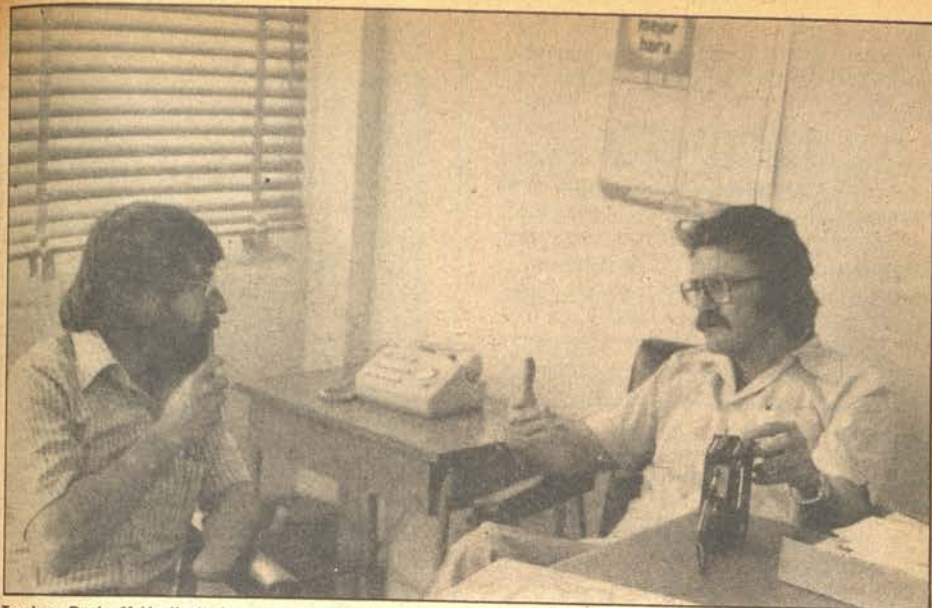
A partida, não somos alheios à necessidade de unificar as distintas forças da esquerda, como parte de um processo, no conjunto do qual se solucionem estas diferenças. Temos observado que nos últimos anos vários grupos se foram aproximando das posições do MAS. Isto compraz-nos e parece-nos muito positivo.

Mas, nesta conjuntura das eleições municipais, podemos afirmar que um processo unitário do ponto de vista eleitoral, é conveniente, pela possibilidade de ampliar a presença da esquerda nos conselhos. Se isto se transformasse em algo mais do que um passo meramente tático seria muito bom. Provavelmente, esta aproximação permitirá um melhor entendimento das políticas mútuas, limar arestas e divergências, mas não tendo ilusões exageradas a esse respeito.

Poderia dizer-nos quais são os principais problemas políticos que o país e a esquerda enfrentarão durante o actual governo do democrata-cristão Luis Herrera Campins?

Os problemas políticos no nosso país são obviamente aqueles que derivam do capitalismo peculiar que nós temos e a sua expressão política fundamental no próximo período será o exercício do poder por parte do partido social-cristão.

Entramos num período no qual a situação económica do país vai ser de dificuldades. As vacas gordas comeu-as Carlos Andrés Pérez. Agora vêm as magras para Luis Herrera. Um país petrolífero, que possui receitas colossais conheceu problemas derivados de uma má administração das receitas. A sua dívida externa é de 10 milhões de dólares e com tendência para crescer. No estilo do Xá da Pérsia, pôs-se a financiar projectos desmedi-



Teodoro Petkoff (à direita) com o nosso correspondente em Caracas, Walter Tesch.

dos, para lá da capacidade real do país, tanto para administrá-los como para digeri-los. Teve que endividar-se de tal forma que, inclusivamente, não seria estranho que a dívida crescesse, não somente para financiar os custosos programas, como para os gastos correntes.

Tudo isto terá os efeitos conhecidos sobre as reservas monetárias, o valor da moeda e o custo de vida. Já temos um processo inflacionário bastante grande para aquilo que era a Venezuela há alguns anos.

Isto significará uma acentuação das dificuldades para o cidadão comum e as classes médias relativamente à vida quotidiana: transportar-se, comer, divertir-se, etc.

Temos, pois, problemas graves; um país administrado de forma irresponsável, em que um capitalismo voraz e muito agressivo se movimentou para captar a maior parte das receitas resultantes do petróleo, criando sérias dificuldades para os sectores populares.

A INTERVENÇÃO MILITAR

Na América Latina a instabilidade vem acompanhada do incremento da repressão. Nesse sentido, que pensa o MAS sobre a possibilidade de intervenção militar?

Bem, na Venezuela, até agora, parecia poder-se evitar razoavelmente qualquer possibilidade imediata de golpe militar. Para já estamos na América Latina e num país onde a tradição dos golpes militares não é nada desconhecida, pois entre 1830 e 1958 vivemos de golpe em golpe.

Todavia, ao longo destes vinte anos deu-se um processo de integração orgânica de uma classe dominante burguesa. Há 20 anos via-se com desconfiança a democracia representativa. Hoje, eu diria que a burguesia venezuelana absorveu os valores da democracia representativa como mecanismo eficaz de dominação.

Por isso, na ausência de convulsões sérias de tipo social, não parece previsível que os militares intervenham, ou que a burguesia venezuelana sinta necessidade de criar um clima que conduza a uma intervenção militar, ao menos até onde é previsível a médio prazo.

Parece-me, pois, que o regime democrático na Venezuela, politicamente falando, parece relativamente estável. Além disso, o nosso desejo é de que se mantenha assim e que a mudança revolucionária não faça outra coisa que aprofundar e ampliar a democracia.

Com isso quer dizer que não têm uma fórmula relativamente ao acesso ao poder?

Não! Não há, nem pode haver. Necessariamente, diríamos que nos movemos

dentro de critérios de um processo, e não de um modelo pré-estabelecido, em cujo altar sacrificaríamos todas as outras considerações.

Temos uma ideia de processo, com um conjunto de valores, de fialidades e metas em nome das quais desenvolvemos este processo. Não somos uma força pragmática, não nos movimentamos somente com as contingências políticas. Obviamente, o curso do processo vai-nos dizendo de que modo deve ser ajustada a tática, de modo a adequá-la às finalidades estratégicas maras algarvias a resolver a "embrulhada"

FACE AO NOVO GOVERNO

Voltando ao cenário político, gostaria que nos definisse os riscos da oposição que o MAS desenvolverá no governo do COPEI, visto que Vicente Rangel, senador do MAS, no momento da felicitação a Herrera Campins pela vitória, declarou a sua posição de opositor.

Talvez que, para um observador estranho, esta declaração pudesse parecer desnecessária, pois uma força socialista é obviamente opositora face a um governo capitalista. No nosso caso, tratou-se de uma declaração necessária, pois nos primeiros meses do governo de Carlos Andrés Pérez, o MAS assumiu uma conduta que foi extremamente polémica. Graduámos a oposição abrindo o que poderíamos denominar uma carta de crédito ao governo.

O governo de Carlos Andrés Pérez chegou no meio de uma extensa euforia e entusiasmo populares, com um apoio político que nenhum governo tinha tido e no primeiro ano iniciou um programa reformista que parecia ter muita força. Inclusive, solicitou poderes especiais para aplicar o seu programa, e nós votámos a favor. Penso que actuámos correctamente, acompanhámos o povo na experiência, não fomos contra aquele sentimento de esperança.

No entanto, menos de um ano depois foi evidente que a tensão entre as forças populistas e social-democratas (pressionadas pela esquerda e pela sua base popular) e os grupos oligárquicos, resolveu-se a favor destes últimos, perdendo o governo de Pérez toda a inspiração reformista.

Naquele momento fizémos algo impor-

tante que foi assinalar como, numa confrontação entre o reformismo avançado e o capitalismo, nós não éramos neutrais. Por aspirarmos uma mudança revolucionária não íamos ficar indiferentes perante uma qualquer perspectiva de avanço reformista, que pudesse ser possível. Lamentavelmente, Pérez não avançou nesse sentido.

A actual situação é diferente. Herrera Campins obteve uma vitória precária. As pessoas mostram cepticismo. Não têm o Parlamento consigo. Economicamente, o futuro não parece nada favorável.

Então, nós podemos prescindir da contemplação que tivémos com Pérez e declarar abertamente que vamos para a oposição. Naturalmente, uma oposição que corresponda ao que o MAS é. Não confundimos a atitude oposicionista com o estridor, com acções desmesuradas.

Exercemos uma oposição que seja capaz, a par da crítica, apresentar uma saída não só em relação ao socialismo, como saída de tudo, como também uma solução possível no quadro da actual situação.

Não nos limitamos ao âmbito parlamentar, mas vamos também para uma acção de massas, para uma acção popular; temos uma presença significativa no movimento operário, nalgumas organizações profissionais, técnicas e no movimento estudantil. De início, entendemos que o exercício da oposição não é um acto meramente académico ou parlamentar, mas também de mobilização popular e de luta.

Contudo, afirma-se que o presidente Herrera Campins representa o sector avançado da democracia cristã...

O COPEI não é um partido com grande vigor reformista. Luis Herrera foi apresentado como uma espécie de Tomic venezuelano, a ala esquerda do social-cristianismo. Mas no COPEI não existe uma vontade de enfrentar certos poderes, como também não existiu na AD, que teria muitas mais razões, pela sua inspiração reformista mais séria.

O COPEI tem vínculos mais estreitos com a grande burguesia venezuelana e uma origem mais conservadora. Inclusive, alguns dos seus líderes estão vinculados a interesses confessionais muito retrógados.

Luis Herrera pareceria estar associado



Os rendimentos do petróleo ainda não chegaram aos «barrios» de Caracas

àquelas correntes do COPEI que fizeram suas as teses do "aggiornamento" da igreja do Vaticano II. Mas eu, francamente, sou céptico a respeito das suas possibilidades. De imediato, gostaria de poder ter êxito ao analisar certos problemas populares, ao tornar verdades todas as ideias de organização do povo. Oxalá! Isso não é mau. Mas, francamente, estou céptico.

INSATISFAÇÃO INTERNA E MODELO IDEOLÓGICO

O que poderia dizer-nos acerca do que foi publicado na Imprensa, onde se manifesta que o MAS está insatisfeito com o seu papel eleitoral?

Significa que pensávamos ter um resultado um pouco melhor. Pessoalmente aspirava que o movimento alcançasse 8 por cento da votação. Não seria uma vitória mas teria sido satisfatório. Aumentámos 100 mil votos, passámos de 5,2 para 6,1 por cento. Mas, nas condições do imenso peso da polarização do bipartidarismo, creio que ter resistido de novo à polarização, a qual triturou os partidos que saíram vivos de 1973, é um resultado importante.

Não estamos satisfeitos, mas também não estamos deprimidos, nem nos consideramos derrotados. Há um resultado insuficiente mas não negativo.

Diz-se que o MAS renuncia ao que se denominaria leninismo para a ascensão do poder. Que poderia dizer-nos a esse propósito?

Efectivamente, nós vimos construindo, através de um processo de reflexão iniciado ainda dentro do PC, uma estratégia revolucionária que não é leninista, do partido de profissionais, que seria capaz num dado momento, operando como Estado-Maior da classe operária, de fazer o assalto ao Palácio do Governo.

A situação da Venezuela não permite sequer sonhar com uma estratégia desta natureza. Pelo contrário, para nós, a ideia de uma força revolucionária é a de um partido de massas, com vínculos orgânicos com o país, de uma vanguarda revolucionária — porque afinal, todos os partidos são uma vanguarda relativamente a uma ou várias classes sociais — a nível das massas, e fortemente inseridas nelas.

Não agindo como uma espécie de director de orquestra, que diz às classes sociais qual é o seu papel na revolução: tu, classe operária, vais até ao final, mas tu, camponês, que és meio vacilante ainda, não é mais que um companheiro de viagem, e a cada qual vai-se-lhe atribuindo o seu papel.

Nós sentimo-nos como agentes de um processo histórico. Um deles, não o único. Não nos consideramos donos da revolução. Somos agentes num processo, no curso do qual diversos processos de ordem social e política, verificados em sectores sociais distintos — camadas médias, classe operária, sectores marginais, camponeses — convergem na mesma dinâmica social. Não há um "director de orquestra" que os faz actuar sinfonicamente.

Este processo social deve ter uma tradução política, tanto em processos eleitorais como não eleitorais e cujo desenlace nós não podemos prever, neste momento. Pode ter um resultado favorável ou não. Não sei qual vai ser. À partida, será um resultado, produto desta acção demassas, e na qual, na luta pelos poderes, é essencial o institucionalismo democrático.

Isto tem a ver com o facto de que a Venezuela é como é. Esta não é a sociedade da Rússia dos czares, bloqueada por

um despötismo feudal. Pelo contrário, é uma sociedade democrática, aberta, mais ou menos operante. Apesar do seu bipartidarismo, é aberta, tem um movimento sindical relativamente dinâmico, uma imprensa relativamente livre, dentro das condições de um país capitalista.

Esta é a sociedade venezuelana, e para esta sociedade é esta a nossa estratégia. Não pretendemos que seja um modelo exportável, nem que tenha de se assemelhar com qualquer outro país latino-americano. Obviamente, se houvesse aqui uma ditadura militar, a nossa estratégia seria provavelmente diferente. Mas enquanto estas condições não se alterarem, será esta a nossa estratégia.

Tanto quanto me tenho apercebido, o Partido Comunista Italiano apoiou, ou olhou com simpatia, o grupo que deu origem ao MAS.

Quando se verificou a divisão no PC venezuelano, que deu origem ao MAS, o PC italiano, por razões perfeitamente compreensíveis, que tinham relação com a sua própria política, foi um dos poucos partidos comunistas que não nos condenou nem nos excomungou. Pelo contrário, estendeu-nos a mão.

Tínhamos rompido com a "terceira internacional" e a nossa ruptura com o movimento comunista significou uma ofensiva brutal à escala internacional.

O PC italiano, que vinha trabalhando numa reflexão autónoma e abrindo um caminho nacional até ao poder, como é lógico, tinha que nos entender. Negou-se a condenar-nos e estabeleceu relações formais connosco. Também tivemos boas relações com o PC espanhol. A Roménia também não participou nesta condenação colectiva e manteve as suas relações.

Que política desenvolve o MAS relativamente ao movimento sindical?

Nestes últimos anos temos experimentado uma mudança em relação aos apoios sociais. Claro está que, quando nascemos, tínhamos uma forte componente estudantil. Eleitoralmente falando, em 1973 a nossa votação foi, em boa parte, dos sectores da classe média.

Mas, a análise dos números e das zonas eleitorais revela um fenómeno interessante; verificou-se uma deslocação, perdemos parte da nossa votação da classe média e crescemos enormemente — em relação com o nosso tamanho — nos sectores operários e populares em geral. Diria

que, o MAS é uma força plebeia, coisa que me satisfaz imenso.

Por outro lado, do ponto de vista de instituição sindical, o MAS tem uma presença relativamente significativa no movimento operário. Para dizê-lo em números, quando nascemos não tínhamos 50 membros do MAS ocupando postos em Juntas Directivas dos Sindicatos; hoje existem mais de 1500 companheiros "masistas" como dirigentes sindicais. De facto, somos a força mais importante no movimento operário, no conjunto da esquerda.

Em termos de estrutura organizativa, qual é a particularidade do MAS?

A particularidade do MAS não é a sua estrutura organizativa. Ela é piramidal; base, quadros intermédios e cúpula. O problema é como assegurar um funcionamento democrático. Tudo isto se apresenta no famoso "centrismo democrático", o qual geralmente é mais centralismo e menos democracia.

Como asseguramos então o funcionamento democrático? Através da liberdade de crítica, do debate público dos problemas e, inclusivé, das garantias a eventuais minorias.

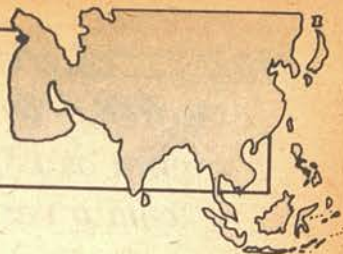
À partida, a aprendizagem é difícil e a formação autocrática aparece com frequência. Também existem problemas de outra ordem, confrontos internos, problemas pessoais, etc. Mas, no fundamental, podemos considerar satisfatórios os avanços neste campo.

Como trata o MAS, com a sua posição socialista de poder, a "questão militar"?

Nós pensamos que os venezuelanos fardados constituem uma categoria importante para o futuro do socialismo. Creio que ao longo destes anos se irá verificando um desbloqueamento de muitos deles em relação a nós e à ideia do socialismo.

No Parlamento, fazemos parte da Comissão de Segurança e Defesa onde dialogamos frequentemente com os militares, e as suas relações têm sido de respeito e cordialidade.

Na Venezuela, os militares estão-se abrindo cada vez mais à sociedade, ingressando nas carreiras paralelas às das armas, participando em cursos universitários, o que contribui para quebrar o alheamento de casta. O exército não é impenetrável: se o país se abre ao socialismo, porque razão as Forças Armadas haveriam de permanecer indiferentes ao progresso?



MUNDO ISLÂMICO

Irão-EUA: Quem semeia ventos...



colhe tempestades!

A crise iraniana é um problema extremamente grave, que se torna explosivo para os Estados Unidos pela confrontação com o vasto e efervescente conglomerado de nações islâmicas.

Mohamed Salem

O governo dos Estados Unidos da América e os meios de comunicação sob o seu controlo cometeram um novo erro de avaliação, ao caracterizar os acontecimentos do Irão como um episódio isolado, forjado pelo fanatismo, o espírito de vingança e a irresponsabilidade atribuída aos governantes iranianos ou aos seus seguidores.

A ocupação da embaixada norte-americana em Teerão foi utilizada para uma vasta campanha de desmoralização da revolução iraniana, para isolar diplomaticamente a jovem república islâmica e lançar o descrédito sobre o seu guia espiritual e político, o Ayatollah Ruthollah Khomeini.

Na verdade, por mais justas que sejam as razões de indignação nacional iraniana ante a protecção concedida pelo governo dos Estados Unidos ao derrubado ex-sha reza Pahlevi, a ocupação da embaixada e o sequestro dos diplomatas não eram os meios mais apropriados para a expressar. Além disso, tenderia a provocar a desaprovação da comunidade internacional, ainda que a grande parte desta a receba com entusiasmo ou beneplácito e siga com simpatias e esperanças os avanços da revolução iraniana.

Alega-se em favor do Irão que antes deste gesto dramático foram feitas muitas tentativas e foram tomadas múltiplas iniciativas com vista a obter dos Estados Unidos a extradição do ex-sha, o que constitui, sem dúvida, uma medida de justiça internacional.

Carter, porém, por decisão própria ou sob pressão das poderosas forças internas aliadas a Pahlevi, negou-se a todo o entendimento que reconhecesse aos iranianos o direito de julgar o despota. O que Reza Pahlevi tinha saqueado ao país e o rasto sangrento de todas as violações possíveis e imaginárias dos direitos humanos que deixara atrás de si, não foi tomado em linha de conta.

Os cem mil presos políticos durante o seu regime, os mais de 30 mil mortos, o número incalculável de exilados e torturados, não comoveram Carter, ainda que formalmente este se tenha mostrado preocupado pelos direitos humanos.

Reza Pahlevi recebeu todas as facilidades para transferir durante o último período do seu regime, para os seguros cofres dos bancos norte-americanos, cerca de vinte milhões de dólares, produto de um escandaloso roubo, que não se teria concretizado sem a

conivência do sistema financeiro controlado pelos Estados Unidos.

A extradição do ex-sha era, pois, o mínimo que o governo dos Estados Unidos podia fazer; Estados Unidos cujo apoio concedido à dinastia dos Pahlevi foi decisivo para a sua sobrevivência.

OS PRECEDENTES
NÃO AJUDAM
WASHINGTON

Ainda que a ocupação da embaixada em Teerão não se possa considerar ajustada à legalidade internacional, o facto é que o governo dos Estados Unidos carece de autoridade moral para exigir o estrito cumprimento desse tipo de normas.

Sem ir muito longe, nem recordar uma longa e conhecida história de atropelos aos direitos dos povos e dos Estados, basta citar a invasão do Cambodja — ordenada por Nixon — com o argumento de abreviar a guerra com o Vietnam, para concluir que as leis internacionais só são aplicadas pelos Estados Unidos quando servem os seus interesses. Ainda não há muito tempo, um avião soviético cheio de passageiros foi retido vários dias no aeroporto de Nova Iorque: procurava-se então forçar uma bailarina russa a exilar-se

nos Estados Unidos contra a sua vontade.

No caso das normas internacionais de extradição, Washington sempre foi muito exigente. Ainda agora — e neste caso, sim, tinha toda a razão — a Casa Branca reclama do Chile a entrega dos três militares comprometidos no assassinato, em Washington, do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros da Unidade Popular, Orlando Letellier. Esta exigência à ditadura

chilena perdeu, contudo, desde o início a sua eficácia, quando no mesmo momento em que se reclamava a extradição dos militares

chilenos, Carter apadrinhava o ex-sha e afirmava de antemão que se negaria a entregá-lo às autoridades iranianas. Dois pesos duas medidas.



UMA VIRAGEM À DIREITA

A posição da Casa Branca não é casual, na sua base existem raízes ideológicas e sólidos motivos estratégicos. O apoio ao ex-sha e as pressões a favor de uma intervenção militar no Irão podem revelar uma alteração na política externa de Carter.

Desde a derrota do Vietnam que os Estados Unidos se têm mostrado mais cautelosos no que respeita às medidas directamente intervencionistas. Ainda que sempre tenha dado apoio ao campo reaccionário e antipopular, a Casa Branca absteve-se de enviar tropas para a África Austral, manteve uma posição discreta no conflito somali-etíope e na guerra civil que teve lugar no Zaire, assim como não ousou desafiar a quase unânime oposição latino-americana a uma intervenção armada na Nicarágua.

A direita política e militar norte-americana, apoiada sobretudo no Pentágono e no complexo industrial-militar, considera essa linha de acção uma "debilidade" que, em sua opinião, está a comprometer a segurança dos Estados Unidos.

Um conhecido belicista, o ex-Secretário de Defesa e Energia, James Schlesinger, fazia há muito pouco tempo este comentário: "a estabilidade mundial está a sofrer uma erosão devido à debilidade da política e do poder norte-americanos. Os Estados Unidos estão aparentemente a renunciar às responsabilidades da liderança e do poder".

O caso do Irão constituiu para esse sector do poder norte-americano a desculpa oportuna. Devido ao volu-



me dos interesses capitalistas naquele país, sobretudo no campo do petróleo, seria assim mais fácil sensibilizar a opinião pública — no seu geral contrária à guerra depois do desastre na Indochina — a apoiar uma aventura militar na crítica região do Golfo.

A opinião pública, sensibilizada pelas campanhas sobre a presumível debilidade norte-americana, mostra-se mais propensa a aceitar os aumentos nos orçamentos do Pentágono, e segundo inquéritos de opinião entretanto realizados, Carter teria duplicado a sua popularidade durante a crise iraniana. Mas é facto que também estas atitudes condicionadas pelos *mass-media* encontram crescente resistência. Não existe propriamente o "clima" unani-

mista de Pearl Harbor, e é o próprio Senador Edward Kennedy, já em corrida para as presidenciais, que vem denunciar o crescente intervencionismo, atribuindo em última instância as razões do problema às falhas da política externa de Carter.

A SOLIDARIEDADE ISLAMICA

A evolução da chamada "crise iraniana" reservou, contudo, aos belicistas de Washington uma surpresa desagradável, desafiando claramente o intervencionismo militar. Os esforços dos Estados Unidos para localizar o problema encontraram como resposta uma verdadeira rebelião, solidária com os iranianos, que agitou esse imenso

conglomerado de quase mil milhões de habitantes do mundo islâmico. E, inclusive, entre os aliados mais fieis dos Estados Unidos, foram notórias as expressões antinorte-americanas.

Milhões de paquistaneses, cujo governo é fiel serviçal dos Estados Unidos, desceram às ruas manifestando o seu apoio aos iranianos. A embaixada yankee na capital paquistanesa foi incendiada e ocupada. O mesmo sucedeu mais tarde, em Trípoli, capital da Líbia. Na Arabia Saudita, até então incondicional "aliada" de Washington, manifestaram-se expressões de repúdio à anunciada ameaça de desembarcar *marines* na zona do Golfo. Mais de vinte mil soldados sauditas foram mobilizados para conter as iras do povo.

O Kuwait exigia entretanto do Conselho de Segurança uma solução pacífica para o problema, enquanto o Bahrein solicitava aos Estados Unidos que fechassem a base naval que a sua marinha mantém em território do arquipélago.

De Bangkok e Manila às praias do Atlântico, o Islão demonstrou a sua solidariedade militante para com o Irão, face à eventualidade de uma invasão militar e, além disso, cresceu entre as massas populares o impulso de unidade e resistência frente a qualquer tipo de opressão imperialista.

OS ERROS DO AYATOLLAH

Isso não significa que o governo do Ayatollah Kho-

meini não tenha cometido ou não esteja a cometer erros que debilitam a sua posição. O carácter teocrático do novo regime é anti-histórico. A intolerância e o sectarismo têm impedido uma solução justa para as reivindicações dos grupos étnicos — curdos, árabes e turcos — que participaram na luta de libertação contra a tirania do ex-sha. O progressista O progressivo distanciamento das correntes progressistas laicas que desde o derrube de Mossadegh já faziam oposição ao regime do sha, debilita francamente as forças da revolução. No entanto, tanto Khomeini como esses importantes sectores políticos, étnicos e religiosos têm sido hábeis em impedir que as contradições internas provoquem insanáveis



Uma vaga popular que se mantém não obstante as contradições

cisões, desejadas e fomentadas pelo inimigo.

No campo internacional não têm sido poucos os erros e os equívocos cometidos pelo novo regime. As provocações contra o Afeganistão e o Iraque — dois processos progressistas que enfrentam os mesmos inimigos do Irão — são inexplicáveis e profundamente divisionistas.

Mesmo assim, nenhum desses países, nenhum desses sectores, ainda que dissidente da imensa comunidade islâmica, assumiu qualquer tipo de atitude que provocasse o debilitamento da resistência do povo iraniano. Este é sem dúvida um facto importante que deve ser tomado em conta.

O outro "lado" não apresenta pelo menos essa homogeneidade. As reticências dos aliados europeus dos Estados Unidos em avalizar operações militares contra o Irão e a sua relutância em cortar o fluxo económico com esse país, mostraram que os interesses capitalistas não são assim tão uniformes.

A Trilateral — Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão — não vem revelando uma maior coesão neste momento de crise. Para além dos países europeus ocidentais, o outro sócio dessa "entente" económica capitalista, o Japão, capitulou rapidamente às exigências de Teerão, pagando em marcos alemães e não em dólares como até aí o petróleo que comprava ao Irão, fornecedor responsável de uma quota essencial do seu abastecimento.

É por isso que a crise do Irão pode estar a permitir ao Terceiro Mundo, pese embora as suas debilidades

e contradições, descobrir o calcanhar de Aquiles do imperialismo.

AGUIRRASANTA

O facto mais relevante do conflito é o dos Estados Unidos não terem podido de nenhuma maneira reduzir o seu alcance. Nem tão pouco conseguir que as divergências entre as diferentes seitas religiosas muçulmanas, as distintas etapas do desenvolvimento político dos seus governos, e as suas contradições internas sejam capazes de impedir a sua unidade frente às pressões norte-americanas; é transparente que ao lado dos problemas concretamente objectivos do enfrentamento Irão-EUA, e das suas especificidades, existe um pano de fundo histórico-cultural de grande peso, que acelera a mobilização da consciência islâmica contra o sistema de dominação ocidental.

Quando do seu retiro de Qom, o Ayatollah Khomeini incita o mundo islâmico à Guerra Santa, ele não pode estar senão a manejar calculadamente um instrumento de pressão em busca de uma solução justa para o escandaloso caso do apoio norte-americano a Reza Pahlevi.

Mas não existem dúvidas que a posição do Mundo Islâmico tem uma dimensão e uma profundidade que supera as contingências do actual conflito. Entre salmos corânicos e condenações a Carter inspiradas no ensinamento dos livros sagrados, Khomeini adverte sobre os perigos que uma agressão ao Irão provocaria para o mundo ocidental, não só pelo reflexo que provocaria nas nações islá-

micar, mas mesmo entre outros povos oprimidos e marginalizados do Terceiro Mundo.

Seria exagerado pensar que o Ayatollah, com uma simples exortação, pudesse decretar a Guerra Santa islâmica contra os Estados Unidos. Ele conhece objectivamente o clima dominante entre os povos islâmicos, historicamente dominados pelos grandes sistemas capitalistas.

Esses povos tomam hoje consciência da sua identidade, dos seus valores históricos e culturais e do seu poder. É uma nova realidade que ressalta de um sem número de acontecimentos e indícios, definindo um cadinho religioso, ideológico e político, no qual se consolidam as novas condições de resistência à opressão.

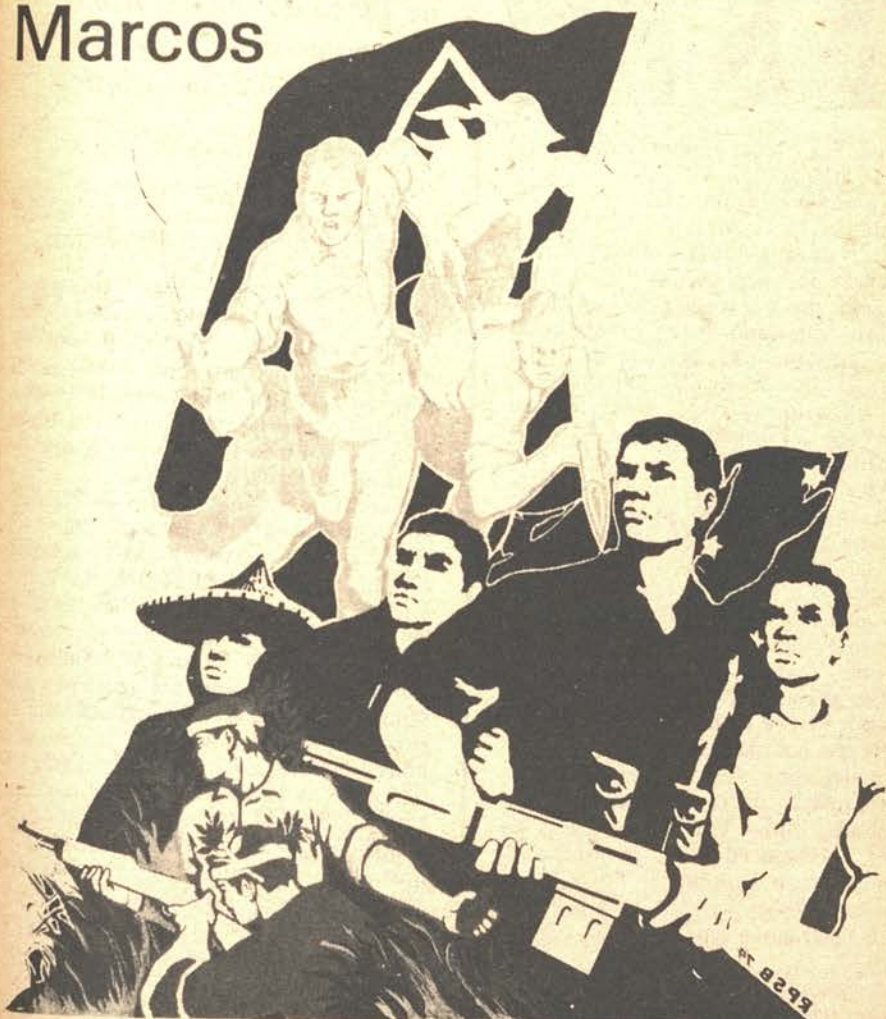
E esse é sem dúvida o sentido mais amplo e profundo da Guerra Santa a que aludem o líder iraniano e milhões de militantes islâmicos em todo o mundo.

Nas actuais condições, os Estados Unidos, e sobretudo os seus vacilantes aliados da Trilateral, não desconhecem que uma confrontação política, económica ou militar — ou as três juntas — contra o mundo islâmico, pode constituir o detonador de conflitos muito mais generalizados e difíceis. Um Vietname colossal em cujas entranhas se armazena o petróleo, e em cujas costas se cruzam as linhas vitais da geopolítica imperialista.

Washington não tardará a compreender que quem semeia ventos, colhe tempestades.

FILIPINAS

Prossegue a luta armada
contra o regime
de
Marcos





O que é a Frente Democrática Nacional das Filipinas?

A Frente Democrática das Filipinas foi fundada em 24 de Abril de 1973, com o propósito de unir todas as forças democráticas do país para derrubar Marcos e o seu regime, que é apoiado pelo imperialismo norte-americano. Nesta Frente estão integradas numerosas organizações, como o Partido Comunista Reconstruído, o Novo Exército do Povo, a organização clandestina dos trabalhadores, a organização clandestina dos pobres urbanos e os "Cristãos pela Libertação Nacional". Estas organizações estão unidas por um programa de dez pontos, que conduz o povo na guerra contra o imperialismo americano e o regime de Marcos, lutando pela independência nacional e a democracia, com o objectivo de construir o socialismo nas Filipinas.

Quais são as forças internacionais que apoiam a FDN e qual a real implantação que ela tem nas massas?

O maior apoio vem da área rural. Mais de um milhão de camponeses pobres e assalariados rurais estão organizados na Frente; recebem educação política e integram o Novo Exército do Povo. Cerca de nove milhões apoiam as acções do NEP e aguardam a entrada para a organização.

O segundo maior grupo é o dos trabalhadores na indústria — cerca de 230 mil,

Um dirigente da Frente Democrática Nacional das Filipinas, cujo nome e o rosto não divulgamos devido a óbvias razões de segurança, fala-nos da luta armada de libertação nacional empreendida pelo Novo Exército do Povo e pela Frente Muçulmana contra o regime de Marcos, ponta de lança do imperialismo norte-americano naquela região do sudeste asiático.

— que apoiam o NEP e fazem a agitação revolucionária nas cidades.

Um terceiro grupo é constituído pelos estudantes e a juventude. A FDN faz um trabalho de organização sistemático em 50 colégios e universidades.

Os pobres urbanos, actualmente ameaçados com a demolição das suas casas, formam um outro grupo da Frente. Finalmente, temos algumas centenas de padres, freiras, pastores e outro pessoal das igrejas que são membros clandestinos dos "Cristãos pela Libertação Nacional" e apoiam a FDN e a luta armada.

Fora do país os contactos da FDN começaram apenas há cerca de dois anos com a ajuda dos nossos amigos próximos, os camaradas da FRETILIN, de Timor Leste. Estamos a tentar estabelecer laços de solidariedade com os movimentos revolucionários da Indonésia, Tailândia, Bornéu e Malásia, mas até agora não passámos de um contacto superficial com alguns destes movimentos. Temos tido bons contactos com o Movimento de Libertação da Eritreia e temos amigos na Frente POLISARIO, que lutam pela independência no Sahara Ocidental. Recebemos apoio de algumas organizações progressistas de vários países da Europa, como a Holanda, Suécia, Itália e a Irlanda e estão a ser criados grupos de apoio na Inglaterra, Bélgica e Alemanha. Estes foram os primeiros passos. Esperamos que

através dos amigos e camaradas da FRELIN podemos contactar movimentos e governos revolucionários africanos, para que se solidarizem com a luta no Sudeste Asiático contra o imperialismo norte-americano que se apoia na Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

Como conjuga a luta armada com o trabalho legal e quantos homens estão empenhados na primeira?

A nossa acção consiste principalmente na luta armada no campo, onde vive 75 por cento da população. Neste momento, temos treze frentes de bases guerrilheiras com cerca de 5 mil homens integrados no NEP, apoiados por 20 mil milícias locais que lutam em 41 províncias. Por enquanto ainda não temos nenhuma zona libertada. Temos bases guerrilheiras estáveis que dificilmente serão atacadas por grupos de 30 ou 40 homens, mas facilmente penetráveis por uma unidade da Marinha ou da Força Aérea.

Estamos assim no período da guerra de guerrilha, e tentamos desenvolvê-la em todas as ilhas das Filipinas para começar a dispersar o inimigo. Só depois de termos elevado o grau de organização do campesinato e a nossa capacidade de luta poderemos, então, elevar o nível de luta armada e tentar estabelecer áreas libertadas. Neste momento, lutamos contra 260 mil soldados armados de Marcos e mais 75 mil paramilitares. Os nossos guerrilheiros e milícias têm que recorrer a uma guerra de guerrilhas muito móvel.

A agitação nas cidades é feita através de organizações de trabalhadores, estudantes, jovens e pobres urbanos, em três níveis distintos: semilegal, legal e clandestino. As organizações semilegais são as confederações dos pobres urbanos, que podem convocar reuniões, fazer comícios; não há endereços nem nomes dos membros. As organizações legais são as que estão oficialmente registadas como, por exemplo, alguns sindicatos. A Frente Unida do Trabalho dá apoio, nas cidades, às organizações de protecção dos direitos civis, organizações religiosas, aos contactos com correspondentes estrangeiros e faz segurança às manifestações para evitar os massacres. Existem também pequenos grupos de militantes armados que castigam os informadores e torturadores e protegem os movimentos de massas nas cidades. No entanto, a luta principal é no

campo, onde estão situadas as maior parte das nossas forças.

É sabido que as Filipinas e toda aquela região é a área de influência do Partido Comunista Chinês. Qual a real vinculação da FDN ao PCC, e qual o apoio concreto recebido por parte desse partido?

O Partido Comunista Reconstruído das Filipinas baseia-se na teoria (e prática) de Marx, Engels e Lenine, e também na experiência da revolução chinesa. Existem laços fraternais entre o PC das Filipinas e o PC Chinês, desde o princípio dos anos 70. Quanto ao apoio político e material, tem havido dificuldades na sua concretização, por várias razões: uma delas é o facto das Filipinas serem um arquipélago separado do continente por cerca de mil quilómetros de mar e sujeito a constantes patrulhas de Suharto, da Indonésia, e de Marcos, que fizeram um acordo em 1973 para fazerem juntos o policiamento das fronteiras.

Não pensam que o acordo entre a China e os EUA poderá levar a China a "empenhar" a luta anti-imperialista na região?

Nós compreendemos que a China tenha a sua própria estratégia, interesses e análise da situação próprias. É possível que a China, por causa das suas tentativas de aliança com os EUA e talvez com outros países, contra o que considera a iminente ameaça soviética, nos retire todo o apoio. Essa é uma das razões porque, dentro do nosso movimento, damos grande importância à auto-suficiência, a fim de podermos suprir todas as nossas necessidades materiais.

A principal fonte de ajuda material vem da reforma agrária feita pelo campesinato com a ajuda do Novo Exército do Povo. Centenas de milhares de camponeses conseguiram, com a ajuda do NEP, fazer baixar as rendas que pagavam aos proprietários das terras. Dos 60 a 70 por cento que pagavam sobre as colheitas, conseguiram uma redução para 10 ou 20 por cento. Com parte desses ganhos apoiam a luta armada. Além disso recebemos ajuda dos trabalhadores das organizações das cidades.

Sabemos, por exemplo, que o Partido Comunista Chinês olha com agrado a Associação das Nações do Sudeste Asiático, porque poderá por aí interceptar a penetração dos soviéticos na região. No entanto, o PC das Filipinas e a FDN condenam

a ASEAN por ser uma criação e instrumento do imperialismo norte-americano usado contra os povos revolucionários dos países membros da ASEAN. Para nós, o imperialismo norte-americano é o inimigo número um, contra quem lutamos nas Filipinas e se luta nos outros países da ASEAN.

Insistimos, assim, em manter uma posição independente, baseada na análise e necessidades da nossa própria luta. Temos nas Filipinas 20 bases americanas — aqui está estacionada a 7.^a Frota, — com 16 mil soldados, pelas quais o presidente Carter, em Janeiro deste ano, concordou em pagar a Marcos 500 milhões de dólares, em ajuda militar.

Estas bases são uma ameaça directa à luta do povo filipino e à de todos os povos do Sudeste Asiático. Temos, portanto, que realçar a necessidade de fechar estas bases americanas, mas sabemos que o factor decisivo é a vontade do nosso povo. Não será uma tomada de posição a nível diplomático feita por um país como a China, ou outro país, que determinará o seu encerramento.

Podemos dizer que o Presidente Marcos está forte no poder?

Marcos ainda está relativamente forte, devido ao apoio do imperialismo norte-americano e tem um bom controlo das forças armadas. Ao mesmo tempo, pode dizer-se que a luta armada nestes últimos dez anos tem vindo a avançar e que os muçulmanos, no sul das Filipinas, liderados pela Frente Muçulmana de Libertação Nacional (FMLN) estão a lutar activamente contra o regime de Marcos. Estão bem armados, são mais fortes que o NEP, têm o apoio da Líbia e são oficialmente reconhecidos como observadores na Conferência Islâmica. Esta Frente terá entre 16 mil e 30 mil soldados bem armados — não se sabe ao certo.

Por outro lado, a crise económica fez aumentar a dívida externa — passou de 2,2 biliões em 1972 para 8,3 biliões de dólares em Março de 1979. Para liquidar esta dívida, o governo de Marcos tem que pagar mais de um bilião de dólares por ano. Marcos tem grandes problemas que enfraquecem o seu regime, o que faz com que precise cada vez mais de empréstimos externos. Esta crise económica intensifica o sofrimento do povo trabalhador e distancia-o do governo.

Mantém boas relações com o movimento dos muçulmanos, no sul?

A FDN apoia a luta do povo muçulmano pela autodeterminação. Em Junho deste ano a FDN e a Frente Muçulmana de Libertação Nacional fizeram apelos conjuntos ao Tribunal Internacional dos Povos para julgar o imperialismo norte-americano e Marcos. O julgamento será, provavelmente, em Março ou Abril de 1980, pensa-se que em Bruxelas. Há apenas um advogado, apesar de haver acusações separadas do povo muçulmano e do povo filipino.

Falemos das minorias étnicas...

Há um grande número de minorias étnicas. A mais importante é a do povo Igorro em Lusam do Norte. São cerca de 600 mil e apoiam a Frente e o NEP. Uma das razões é o governo de Marcos estar a fazer o projecto de uma barragem para o rio Choko — um projecto semelhante ao da Cabora Bassa, mas 2,5 vezes maior, — que ameaça deslocar 100 mil pessoas e destruir os seus antiquíssimos terraços e os seus cemitérios tradicionais. O povo resiste fortemente a tal ameaça e muitos juntaram-se ao NEP. Uma outra minoria étnica importante, que também apoia o NEP, é constituída pelos *tinguiams* que vivem nas cordilheiras, perto do povo Igorro, e que resistem também ao projecto do governo de Marcos, que ameaça deslocá-los dos seus 200 mil ancestrais hectares de terra. A maior parte são camponeses pobres.

Em que organizações se encontram os homens armados?

O NEP está organizado em nove regiões do país. Cada região compreende quatro, cinco ou seis províncias, e está sob as ordens do Comando Operacional Regional. Este, por sua vez, é controlado pelo Comando Operacional Provincial. Temos unidades de guerrilheiros com 11 a 16 homens, bem armados, que fazem as emboscadas; as unidades de propaganda com 7 a 11 guerrilheiros e que se dividem em dois grupos para o trabalho de propaganda mas se juntam para as emboscadas. Há depois as unidades de 2 ou 3 homens que atacam inimigos isolados para lhes roubar as armas. Existe a milícia local para apoiar o NEP nas operações militares e que ao mesmo tempo protege as associações de camponeses e de mulheres dos ataques das forças policiais.



Combatentes do Exército de Libertação
More

Fazem trabalho dentro do exército de Marcos?

Dentro do exército de Marcos o trabalho é fundamentalmente de propaganda. Os materiais são distribuídos em segredo entre os níveis mais baixos: recrutas e oficiais de baixa patente. Tentamos explicar-lhes que são utilizados pelo sistema de repressão, que podem vir a morrer para servir esses opressores e que seria melhor deixarem o exército. Há contactos sistemáticos e distribuição de propaganda entre os familiares dos homens recrutados nas aldeias no sentido de os persuadirem a não lutar.

O que neles tem maior efeito são as baixas causadas pelos guerrilheiros. Quando os capturamos explicamos-lhes que não devem estar contra o Exército do Povo. Não são molestados e são deixados depois em liberdade. Quando voltam, compreendem melhor os abusos do exército reaccionário. Os oficiais cometem extorsão e a corrupção é flagrante. Muitos perdem a vontade de lutar contra o NEP.

Essa disseminação no terreno exige um sistema de ligação muito eficaz. Como é que se processa?

Há muitos membros da FDN que têm legalmente, um status. Há muito movimento comercial, muitas estradas abertas pelos imperialistas norte-americanos. A área é toda muito acessível. Os camponeses viajam para visitar as famílias que são, normalmente, pobres urbanos e levam mensagens para as organizações da cidade. Os da cidade também visitam o campo porque a grande maioria dos trabalhadores da indústria provém de famílias camponesas. Além disso, temos muitos pescadores nas Filipinas, cerca de 500 mil, espalhados pelas numerosas ilhas. São um bom meio de comunicação, com os seus pequenos barcos. Também temos os aliados religiosos: missionários, padres,

freiras, que viajam para as missões nas zonas rurais. As comunicações estão bem sistematizadas.

Como conseguem tantas armas para enfrentar um exército tão sofisticado como o de Marcos?

Não temos muitas armas, isso é uma realidade. Das milícias locais, apenas 20 por cento estão armados; os restantes 16 mil têm pistolas feitas em casa, catanas, etc. A maior parte das armas são conseguidas nas emboscadas. Mas os paramilitares também não estão bem treinados. Cada aldeia tem cerca de 12, armados de espingardas "M1" ou "M2", que se tornam numa fonte de armamento para nós.

Qual a real implantação da guerrilha?

A resistência avança firmemente. Nesta altura fazemos emboscadas com grupos de 20 a 50 guerrilheiros para enfrentar tropas inimigas com mais ou menos o mesmo número. A FMLN tem encontros de maior envergadura. Organizam exércitos de 600 ou 700 homens e sustentam combates com o inimigo durante semanas. Uma grande parte do exército governamental está estacionada na área de Mindanau, no sul.

Existe uma burguesia nacionalista nas Filipinas ou, pelo contrário, a burguesia está numa dependência total dos monopólios estrangeiros?

Existem os dois tipos. Há o negociante da alta burguesia, intimamente relacionado com as transnacionais e que prospera sob o regime de Marcos. A burguesia nacionalista, cerca de 2 por cento da população, é constituída pelos pequenos e médios negociantes que são esmagados pela penetração das transnacionais favorecidas pela política do governo de Marcos. Esta burguesia nacionalista tornou-se anti-imperialista, porque os seus interesses estão a ser prejudicados, mas ao mesmo tempo, tem medo da revolução e da luta armada.

Uma base tão grande como a que abriga a 7.ª Frota da marinha norte-americana, que parece ser uma das maiores do Mundo, deve ter armas nucleares. O que sabe sobre isso?

Foi provado no senado dos EUA que há armas nucleares nas Filipinas. A 7.ª Frota tem porta-aviões, submarinos e aviões com armas nucleares. Temos a certeza que têm armas nucleares.

O regime de Marcos considera o nordeste do Bornéu, como parte das Filipinas? Que pensa desta posição?



«A ASEAN é instrumento do imperialismo contra os povos da nossa região»

Marcos fez essa reivindicação baseada em certos factos históricos que datam do séc. XVIII. Nos últimos anos desistiu de tal posição porque está a tentar ganhar o apoio da Malásia na luta contra a guerrilha. A Malásia, contudo, parece ter recusado qualquer acordo com Marcos porque poderá, eventualmente, vir a apoiar a FMLN na Conferência Islâmica.

Qual é a posição da FDN perante o Movimento dos Países Não-Alinhados?

A FDN considera o Movimento dos Não-Alinhados como um movimento progressista. Sabemos que o presidente Marcos queria entrar para o movimento na Conferência de Colombo, em 1976. Tentou enviar uma delegação mas isso foi-lhe recusado por causa das bases americanas nas Filipinas. Também foi recusado como observador. Gostaríamos que os países integrantes do Movimento dos Não-Alinhados apoiassem a luta de libertação nas Filipinas.

O que nos pode dizer sobre os conflitos sino-vietnamitas, entre o Vietnam e o Kampuchea assim como do apoio que tanto a China como o Vietnam tentam alcançar das Filipinas?

É uma questão muito complexa. O conflito entre o Vietnam e o Kampuchea é considerado pela FDN como um desenvolvimento trágico, porque as lutas dos povos dos dois países inspiraram a luta dos filipinos. Mas o facto das Filipinas estarem longe do continente, reduz o impacto dos acontecimentos. A luta contra o imperialismo norte-americano e o regime de Marcos absorve-nos quase que totalmente. No entanto, no que respeita ao conflito entre o Vietnam e o Kampuchea, o FDN critica a entrada do Vietnam no Kampuchea. Põem-se-nos algumas dúvi-

das. Uma delas é sobre a veracidade do FUNSK — Frente Unida de Salvação Nacional do Kampuchea; fundamentalmente achamos que é muito recente a existência da FUNSK. Desde Novembro, parece-nos um prazo muito curto para adquirir tanta força.

Em relação ao conflito sino-vietnamita, não entra aqui a amizade que temos com a China; interessa-nos, sobretudo, informações de várias fontes de modo a podermos fazer uma análise da situação. Temos dificuldade em obter informações correctas das diversas fontes, e por isso é-nos difícil tomar uma posição definitiva.

Sabemos que vários filipinos foram enviados ao Brasil para receberem formação técnica sobre a plantação da cana de açúcar. Descobriu-se agora que o objectivo de Marcos é a extracção de álcool para desenvolver a indústria de combustíveis. O que nos pode dizer sobre isso?

A indústria açucareira nas Filipinas é a principal fonte de exportação, mas com a queda dos preços do açúcar em fins de 1974, princípios de 75, tornou-se menos rentável. Contudo, Marcos continua a construir refinarias a custos enormes. Só recentemente descobrimos que Marcos enviou pessoal ao Brasil para estudar a técnica de extracção de combustível a partir do álcool. É evidente que quer obter lucros à custa da subida de preço do petróleo. Temos cerca de 50 refinarias de açúcar nas Filipinas, sendo os EUA o maior comprador do produto, principalmente depois do bloqueio a Cuba. Nessa altura muitos camponeses ficaram sem terras para cultivar devido à febre de plantar açúcar por parte dos latifundiários.

Diz-se que o Partido Comunista das Filipinas se rendeu ao governo de Marcos com 15 mil armas...

O relatório oficial de 11 de Outubro de 1974 diz que os líderes do Partido Comunista das Filipinas, o PCF, se renderam formalmente a Marcos e concordaram em colaborar com o governo. Tiram, para o efeito, uma fotografia com algumas armas, cerca de 100, e outras com os representantes do governo, estando numa delas, a oferecer uma aliança a Marcos. Desde então passaram a fazer propaganda do regime, defendendo que Marcos é uma nacionalista que tenta diminuir a influência do imperialismo norte-americano no país. O velho partido não tem agora apoio das massas; está isolado do povo. Tem algumas organizações de trabalhadores, jovens e camponeses, mas apenas de fachada.

Ouvimos dizer que no ano passado foram mortos um general e seis coronéis do exército governamental. É verdade?

Foi, de facto, o exército Bamsamoro da FMLM que conseguiu essa vitória militar. Mataram, além disso, 26 soldados. Isto demonstra a intensidade da luta armada em Mindanao, onde as tropas de Marcos têm sofrido pesadas baixas. O povo muçulmano está a ser submetido a bombardeamentos com *napalm* e outras armas químicas e biológicas e, segundo informações da FMLN, com aviões e pilotos americanos.

Poucos conhecem a real situação interna das Filipinas e isso provoca o isolamento da luta. Isso é devido à falta de contactos diplomáticos, ou devido ao controlo dos meios de informação por parte do regime de Marcos?

Penso que pelas duas razões. Nos primeiros oito anos de luta, estivemos tão intensamente ocupados, que não fizemos trabalho a nível internacional. Por outro lado, o imperialismo norte-americano e o governo de Marcos trabalham activamente para isolar a nossa luta com um controlo apertado dos meios de informação. Estamos certos que vamos conseguir ultrapassar essas dificuldades, apesar de estarmos mais virados para o problema interno. No entanto, aprendemos com o exemplo de outros movimentos revolucionários, caso do Vietnam, da FRELIN, da Frente POLISARIO, que é muito importante combinar o trabalho interno e o internacional.

Aquino — opositor a Marcos, — está preso e talvez os Estados Unidos tentem pô-lo no lugar de Marcos. O que pensa sobre isto?

Aquino é o principal rival de Marcos no campo político, e foi preso em 1972 quando da declaração da lei marcial. Ele representa o Partido Liberal, que é a oposição, e os grandes negociantes e latifundiários afastados do poder por Marcos e o seu grupo. O principal "cavalo de reserva" dos americanos. Com os acontecimentos no Irão e na Nicarágua e os conflitos entre Carter e certos grupos de interesses norte-americanos, Aquino e alguns políticos que não estão presos fazem críticas mais acesas em relação a Marcos e a Carter. É muito possível que quando o actual presidente das Filipinas não servir mais os interesses dos EUA, tentem substituí-lo de modo a não criar muita confusão na classe dominante e a continuar a controlar os militares.

Qual é o papel da alta hierarquia da Igreja?

A maior parte da hierarquia religiosa não se opõe à lei marcial. Há mesmo alguns elementos que estão ebertamente a favor dessa lei e de Marcos. Temos cerca de duas dezenas de bispos que criticam a lei marcial, mas a grande maioria das individualidades religiosas não são simpatizantes da revolução. É nas camadas religiosas mais baixas que temos várias centenas que apoiam a luta do FDN, uma vez que tem laços íntimos com o povo. Mas estas centenas são pouco significativas no sector da Igreja.

Recentemente o Cardeal Riss declarou que Marcos deveria levantar a lei marcial para evitar a guerra civil. Da parte dos EUA há pressões para que o regime se liberalize. O próprio ministro da Defesa começou a dizer que a Lei Marcial deveria ser revista.

É essa a razão do interesse dos EUA em substituir Marcos?

Marcos está cada vez mais isolado interna e internacionalmente. Em 1976 foi elaborado um relatório pela Comissão Internacional dos Juristas, e tem havido vários protestos internacionais contra o regime de Marcos. Por essa razão os EUA podem estar a pensar em algum "cavalo de reserva". No entanto, a principal razão para esse passo dos norte-americanos é o avanço da luta armada do povo de Mindanao.

Timor-Leste

O geneocídio de um povo

«Desde a entrada dos indonésios, no fim de 1975, morreram já 200 mil cidadãos de Timor-Leste e só na parte sob controlo indonésio a Cruz Vermelha Internacional detectou já 100 mil pessoas que estão a morrer de fome» — estas dramáticas declarações foram feitas recentemente pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Democrática de Timor-Leste, Mari Alkatiri, do Comité Central da FRETILIN, em Maputo.

Para além da situação de guerra que se vive naquela ilha do extremo Oriente que opõe há já quatro anos os patriotas mauberes às forças de ocupação indonésias, a situação vê-se agravada pelo facto do apoio internacional a essa esquecida comunidade se situar a níveis muito baixos para as necessidades existentes e ainda pela «elevada corrupção existente entre os oficiais indonésios que os leva a vender muitos géneros que chegam do estrangeiro para ocorrer aos padecimentos de uma população moribunda», afirmou aquele dirigente.

Sobre a situação actual no seu país, Mari Alkatiri disse que há cerca de 329 mil mauberes em território de Timor-Leste sob controlo indonésio e mais de 400 mil em zonas onde a FRETILIN actua». Mari Alkatiri afirmou ainda que a guerrilha em Timor-Leste se reacendeu nos últimos meses de 79 e que, por isso, na primeira quinzena os indo-

nésios enviaram mais cinco batalhões para a ilha.

Comentando informações que davam como sucessor de Nicolau dos Reis Lobato, líder da FRETILIN morto em combate há pouco mais de uma no, o Comissário Político Vicente Reis «Bieki Shae», Mari Alkatiri declarou que tal notícia é prematura e que em breve se reunirão os sessenta membros do Comité Central que estão no interior de Timor-Leste para decidirem quem sucederá na presidência da FRETILIN.



Apoio à luta do povo saharauí

A 4.ª Conferência de Coordenação do Apoio ao Povo Saharauí reuniu nos passados dias 12 e 13 do corrente mês em Paris, contando com a presença de cerca de meia centena de delegados representando comités europeus, organizações médicas e de defesa dos direitos humanos da Europa. Presidiu o ministro da Saúde da República Árabe Saharauí Democrática Uld Salek, que estava acompanhado pelo presidente do Crescente Vermelho Saharauí, Ahmed Beida e por um representante da Frente POLISÁRIO na Europa, Ali Mohamed. Igualmente presente o presidente do Crescente Vermelho Argelino.

A Conferência analisou e fez um balanço da actividade desenvolvida nos últimos meses pelos comités que apoiam a luta do povo saharauí e aprovou diversas resoluções condenando o envol-



vimento estrangeiro no conflito que opõe a Frente POLISÁRIO às tropas marroquinas de Hassan II. Essas resoluções foram enviadas à ONU, OUA, Governo Francês, Presidente Carter, Papa João Paulo II e Comissão dos Direitos Humanos da ONU.

Nas suas intervenções, os representantes da Frente POLISÁRIO assinalaram que 1980 será o ano de consolidação da RASD, sublinhando o crescente isolamento diplomático de Marrocos e nítidos avanços da Frente POLISÁRIO no plano militar.

Índia

Vitória de Indira

O Congresso Nacional Indiano, presidido pela senhora Indira Gandhi alcançou uma estrondosa vitória nas recentes eleições que tiveram lugar naquele país para eleger os representantes à Câmara do Povo do Parlamento, ao obter 351 dos 525 lugares do Parlamento.

O grande derrotado é o Partido Janata, grande vencedor nas últimas eleições de 1977, onde obteve 298 lugares e que agora não conseguiu mais do que 31 lugares.

De facto a «viragem à direita» que se seguiu à vitória do Par-

tido Janata em 1977 não foi além de 33 meses, já que o poder e o seu exercício gerou dentro deste partido profundas contradições que levaram entretanto à sua cisão. Após quase 3 anos de afastamento do poder e de perseguições administrativas e judiciais de que foi alvo, Indira Gandhi regressa agora mais fortalecida depois de uma bem montada campanha eleitoral onde o tema chave foi precisamente o lema empregue pelo Partido Janata em 1977, a «luta contra o abuso de poder e a corrupção».



Vida e luta dos índios



AMERICAN INDIAN MOVEMENT

Confederação Iroquesa das Seis Nações

«As vastas e abertas planuras, as belas colinas e as águas que serpenteiam em meandros complicados não eram selvagens aos nossos olhos. Foi o homem branco que achou a natureza selvagem e apenas para ele a terra estava infestada de animais selvagens e de hordas selvagens. Para nós a terra era doce, e vivíamos cheios de benefícios do Grande Mistério. A terra só se tornou hostil com a chegada do homem barbudo que veio do Este para nos oprimir, a nós e às nossas famílias que tanto amamos, com as insensatas e brutais injustiças. Foi quando os animais das florestas começaram a fugir à sua aproximação, que começou para nós o Oeste Selvagem.»
(Chefe Luther Standing Bear — Sioux Orlala)

Adérito Lopes

A KWESASNE, reserva Mohawk dos Estados Unidos. Agosto de 1979. Os índios tradicionalistas estabeleceram um campo fortificado, para impedir a intervenção do exército e a prisão de 23 índios. Este problema, a prolongar-se, pode tornar-se num outro "Wounded Knee".

Akwesasne situa-se no Estado de Nova Iorque e em parte de território do Canadá (St. Regis). Uma extensão de 60 quilómetros quadrados, onde vivem 6 mil índios mohawks, pertencentes à Confederação Iroquesa das Seis Nações.

São velhos os problemas das reservas dos índios. Mas esta forma de colonialismo vem trazendo novas táticas do governo yanque. As autoridades tribais, ali colocadas pelo governo, (uma espécie de governos fantoches), vendem terras para a instalação de complexos industriais que degradam o ambiente e poluem a vida animal e vegetal, administram à sua maneira a saúde, as escolas, a economia, toda a vida dos índios, para os chamar "ao seu seio", à integração dos índios na "civilização americana".

Os índios tradicionalistas recusam. Recorrem às leis antigas, como a assinada em Canandaigua, em 1794, que reconhece as Seis Nações Iroquesas e o seu governo próprio. Rejeitam a eleição tribal proposta e imposta pelo governo EUA.

Para os índios a sua lei é antiga. Tem muitos milhares de anos. A sua comunidade é gerida pela Grande Lei da Paz das Seis Nações.

O governo não quer negociar. Responde com a repressão. O governador do Estado de Nova Iorque envia tropas. "Wounded Knee" já lá vai. Agora outro lhe sucede. A resistência continua. São os EUA que devem baixar as armas, se forem capazes.

Dentro do campo fortificado de Akwesasne a situação é tensa, mas calma. O cachimbo da paz está apagado na grande noite do cerco. O fumo subirá para anunciar a vitória, ou então o aniquilamento dos índios...

«na reserva
Akwesasne
aprendemos
que a palavra

dita é a palavra dada»

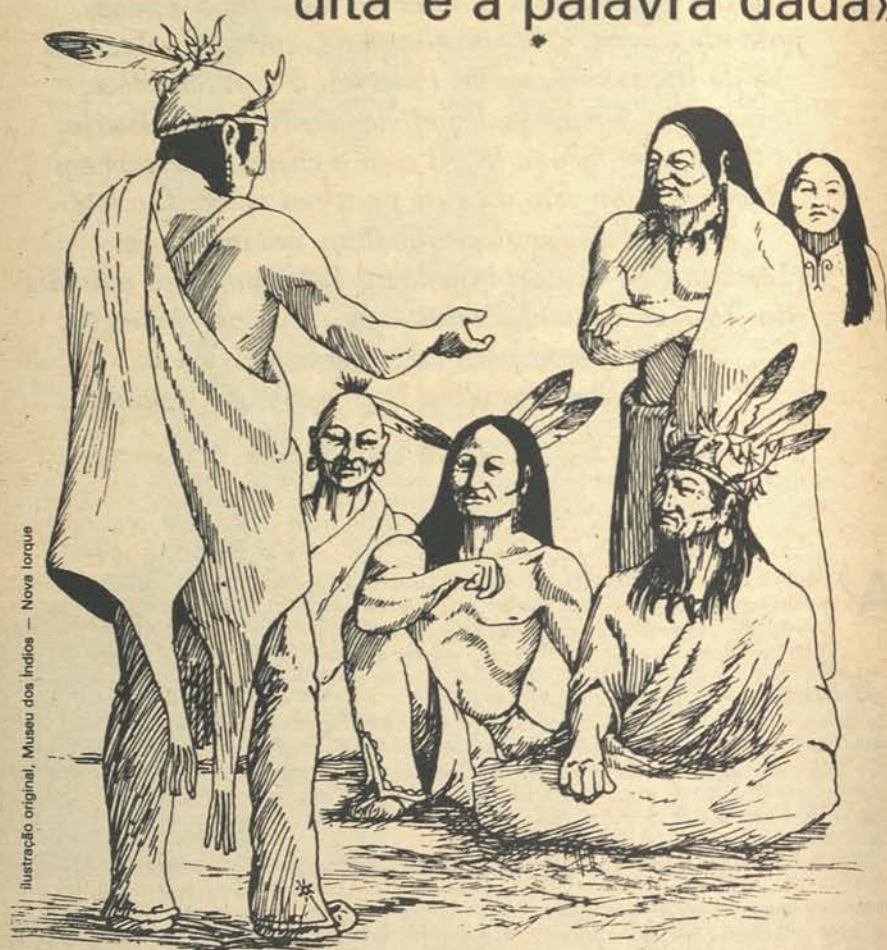


ilustração original, Museu dos Índios — Nova Torque

*Dois franceses — marido e mulher —, membros de um
comité de apoio à luta dos índios contam-nos o que
viram e o que viveram junto dos índios da reserva
Akwesasne.*

HÁ vários comités de difusão da luta dos índios que chamam a atenção para a Europa, sobre os seus problemas. O CISIA (Comité d'Information et de Soutien aux Indiens d'Amérique), com sede em Nantes, cidade francesa não longe do litoral bretão, é um dos mais activos. Vão agora publicar em língua francesa uma obra sobre "Wounded Knee". Como se sabe, esta localidade do Dakota do Sul, foi ocupada por índios tradicionalistas da reserva de Oglalas em Pina Ridge. As razões eram óbvias: as condições de vida deploráveis e uma verdadeira ditadura por parte do BIA (Bureau dos Negócios Índios). Trezentos índios, homens, mulheres e crianças, declararam a independência da nação sioux Oglala, fazendo rever os tratados de 1868, pelo qual foram declarados nação soberana. O cerco do exército yanque e do FBI durou 73 dias. O resto é conhecido. Aquelas velhas histórias do Oeste... Mas isto passou-se em Março de 1973.

Dois membros do CISIA estiveram na reserva Akwesasne, situada no sector de Rooseveltown, onde se faz o jornal "Akwesasne Notes", para negociar os direitos de tradução daquela obra. Trata-se de Bruno Orelie e da sua companheira Annie. Uma longa conversa com Bruno, entre Nantes e Paris, e depois uma carta de Annie, deram-me conta da maravilhosa viagem que fizeram. Aqui se dá parte da sua longa conversa, para se fazer uma idéia do que é a vida nos acampamentos sioux, nos nossos dias, para dois franceses arrancados subitamente à sociedade de consumo.

No jornal, é sempre a ocupação. Passados dois dias, já toda a gente nos conhecia: "são vocês os franceses?" O telefone índio, ou talvez antes os "sinais de fumo" também resultam lá. Cada um deles vem-nos ver, discutir. Por outro lado, nós nunca sabemos com quem trabalhamos. É um índio tradicionalista, é um activista, responsável, residente? Não é grave, porque sentimo-nos em segurança ao pé deles. Além disso, cerca de dois dias, a vida passou-se no jornal, e apercebemo-nos que a segurança está organizada, sem que tenhamos visto as manobras.

Como se organizam na vida colectiva?

Instalaram uma cozinha na garagem do jornal. Guardam lá as conservas e a comida. As mulheres organizaram-se para fazer as compras e cada uma traz uma máquina de café, ou cassarolas, ou frigideiras; trazem tudo o que pode ser utilizado pela comunidade. Compraram tabaco, e está sempre à disposição uma caixa de cigarros. Cada um tira para o seu consumo pessoal. Aconteceu-me muitas vezes esquecerme dos meus cigarros, mas ninguém lhes mexeu. "não são meus, por isso não tenho nada que me servir deles". Dois dias depois, encontrava-os intactos no mesmo local. Bruno podia deixar a sua máquina fotográfica durante todo o dia, com confiança. Nem mesmo as crianças lhe tocavam. No final da tarde uma mulher veio ver Bruno e dizer-lhe que era melhor mudar o lugar

da máquina fotográfica, pois estava ao sol.

É isto a vida colectiva.

Partilha-se tudo o que pode ser partilhado, mas os objectos pessoais são respeitados. Da mesma forma, as actividades são partilhadas. Cada um ajuda no que pode ou no que quer. Tudo deve ser feito, mas ninguém tem obrigações. As tarefas são repartidas: os trabalhos pesados para os homens, assim como a segurança. As mulheres organizam as refeições, a lavagem da roupa e as reuniões de mulheres quando têm de tomar decisões.

Vimos uma rapariga de 14 anos, responsável da lavagem da roupa, obrigar um homem de 40 anos a retirar a sua camisa para a lavar. E o bom do homem não protestou. A cada um as suas responsabilidades.

As mulheres têm direitos iguais aos homens?

Enquanto "mulher", eu queria também ver o que significava o feminismo para os índios. As mulheres são iguais aos homens e isso não é palavra vã. Elas têm os seus trabalhos definidos e são responsáveis por eles. Primeiro elas são respeitadas pelo que fazem. Mas têm também a sua opinião a dar na colectividade. Fazem reuniões entre elas para tomarem decisões e depois a sua opinião é levada aos homens. Se tomam uma decisão sobre a intendência, ou sobre a segurança das crianças, os homens rediscutem-na e nada decidem sem o acordo das mulheres. Por outro lado, se elas decidem organizar um ensaio de alarme para o caso dos "chuis" invadirem o jornal, ensinam as crianças a entrar na cave ao som da sirene. O ensaio corre bem. De 1 aos 15 anos, todos se precipitam sem problemas, na cave. Ficam muito contentes e contam-nos este exercício, orgulhosas do êxito.

Da mesma forma, quando os homens as incomodam nas suas actividades, previnem-nos e eles obedecem.

Quando tomam uma decisão, pode ser uma mulher ou um homem que põe ao corrente o resto da colectividade. Para isto, não precisam de porta-voz. Elas chamam (ou eles) as pessoas e imediatamente as crianças e os adultos se calam e escutam. Está tomada a decisão, cada um toma conhecimento disso, depois volta à sua actividade.

Sim, as mulheres são respeitadas. São as companheiras e as mães mas não têm o exclusivo dos trabalhos quotidianos. Os homens também se ocupam das crianças, brincam com elas, levam-nas para lhes mostrar como se planta uma couve e repremem-nas quando fazem demasiado barulho ou asneiras. Mas devo dizer que não vimos assim muitas repreensões para com as crianças. Da mesma forma, as crianças divertem-se entre elas e nenhum adulto intervéem para "dar razão nas suas disputas".

E as crianças?

Ronnie, segue-nos muitas vezes. O pai explicou-nos que ele é um "guerreiro", isto é, um rapaz pronto a dar a sua vida pela comunidade, e isto sente-se. Um guerreiro não tem a noção "viril" dos brancos. Ele deve, para compreen-

der os adultos, começar por compreender as crianças. Também é ele que ajuda a irmãzinha durante o dia. Ele leva-a ao rio e pega-lhe nos braços para a ensinar a nadar, vigia-a enquanto ela brinca no jardim e também lhe muda as fraldas.

É assim um guerreiro; um homem bom, pronto a ajudar, a dar, a privar-se. Para um rapaz de 16 anos, isto choca-nos, nós que lembramos da nossa adolescência inconsciente e muitas vezes idiota!

Caven, é um futuro "guerreiro", e precisa de fazer muitas coisas. Assim que anunciamos que queremos ir à cidade vizinha dar umas voltas, ele pede-nos para também ir para nos guiar e nos ajudar se tivermos dificuldades de linguagem.

Enfim, nós sentimos que os seus filhos são "muito adultos". Durante o dia eles são livres, mas sabem viver entre eles, ajudar-se e organizar-se sem esquecer as obrigações da vida colectiva.

Os seus filhos marcaram-nos muito. A nosso ver, não é que os pequenos ocidentais sejam "deficientes", mas talvez falte à nossa educação mais respeito e confiança. Ali as crianças são "adultos em preparação". Apesar do seu pequeno tamanho, e das suas pequenas mãos, eles podem fazer qualquer coisa e os adultos contam com eles, respeitando o seu ponto de vista e o seu modo de as fazer.

Certamente, nem tudo se faz sozinho, mas se há boa vontade, os índios dizem que o fazem muitas vezes, e as crianças compreendem me-

lhor a vida colectiva, e que assim eles adquirem o estado adulto.

Portanto, uma bellissima experiência esta viagem?

Voltámos para França e ainda nos lembramos dos momentos intensos que vivemos ao pé dos índios. Por um lado ensinaram-nos o respeito pelo outro, uma noção da vida colectiva como não saberíamos vivê-la, e uma bondade como não é permitido usar-se aqui.

Eu espero um bebé e penso muitas vezes nele, esperando conseguir educá-lo como estas crianças índias. Eles são demasiado perfeitos; a meu ver, é utópico, irrealizável em França. E contudo as crianças representam o futuro, cheio de lógica, de natural, de humano. Nós esquecemos demasiado depressa, nós os desraçados. Eles vivem felizes com as suas dificuldades, porque pensam nas suas raças, estão próximos no que lhes resta, da natureza. Eles são adultos, enquanto nós não passamos de crianças brincando com a tecnologia e o modernismo.

Aprendemos que a palavra dita é a palavra dada.

Os índios não são faladores. Fazem uma pergunta por uma razão precisa, não por curiosidade.

Tinham-nos observado durante a nossa estadia sem nunca nos perguntar o que quer que fosse. Os índios, observam, pensam, pesam, podem ser desconfiados com os brancos, mas têm razão. A sua generosidade trouxe-lhes demasiadas complicações.

WOUNDED KNEE



espiritualidade: a mais alta forma de consciência política

Ilustração original, Museu das Índias — Nova Iorque



EM Setembro de 1977 realizou-se em Genebra a Conferência Internacional das Nações Índias. A convite das Organizações Não-Governamentais das Nações Unidas, os índios Hau-de-no-sau-nee apresentaram um longo texto sobre a opressão a que são submetidos os índios nos EUA e no Canadá. Publicamos a seguir alguns extractos desse texto, que é uma análise do mundo moderno, e uma denúncia do que se passa nas "reservas" índias.

"Os Hau-de-no-sau-nee, ou Confederação Iroquesa das Seis Nações, existem sobre a terra desde o princípio da memória humana. A nossa cultura faz parte das culturas mais antigas que existem de forma contínua no mundo. Ainda nos lembramos dos primeiros actos do comportamento humano. Lembra-nos das instruções originais dos Criadores da Vida neste lugar, a que chamamos Etenoha, Mãe terra. Somos os guardiões espirituais deste lugar. No princípio, disseram-nos que os seres humanos que andavam na terra estavam providos

de todas as coisas necessárias à vida. Ensinaram-nos a ter um amor recíproco e a testemunhar um grande respeito para todos os seres da terra. Mostraram-nos que a nossa vida existe como a vida das árvores, que o nosso bem-estar depende do bem-estar da Vida Vegetal, que somos os parentes próximos dos seres de quatro patas. Para nós, a consciência espiritual é a mais alta forma da política."

O GENOCÍDIO

"A cultura ocidental explorou e destruiu o Mundo Natural

de maneira atroz. Mais de 140 espécies de pássaros e de animais foram completamente exterminados desde a chegada dos Europeus aos Americanos, essencialmente porque aos olhos dos invasores eles não tinham nenhuma utilidade. As florestas foram arrasadas, as águas poluídas e os povos Originais submetidos ao genocídio. Vastos rebanhos de herbívoros foram reduzidos a um simples punhado de animais, o bisonte está em vias de extinção. A tecnologia ocidental e os povos que a aplicam constituíram em toda a história da humanidade as for-

ças mais destrutivas que se possa imaginar. Nenhum desastre natural destruiu tanto como eles. Mesmo os períodos glaciares não fizeram tantas vítimas."

"Mas tudo, como as florestas de madeira dura, o carvão e o petróleo são fontes limitadas. À medida que se avançava na segunda metade do séc. XX os povos do Oeste começaram a procurar outras formas de energia para dar uma nova sorte à sua tecnologia. Os seus olhos pararam sobre a energia atômica, uma forma de produção de energia cujos sub-produtos são as substâncias mais nocivas que o Homem já conheceu. A espécie humana hoje em dia, confronta-se mesmo com o problema da sobrevivência. O modo de vida conhecido sob o nome de Civilização Ocidental compromete-se num caminho de morte, em que a sua própria cultura não tem respostas viáveis. Confrontados com a realidade da sua própria capacidade de destruidora, eles procuraram avançar para zonas de destruição ainda mais eficazes. A aparição do Plutonium neste planeta é o sinal mais claro de que a nossa espécie está em perigo. É um sinal que a maior parte dos ocidentais prefere ignorar. O ar está viciado, as águas envenenadas, as árvores morrem e os animais desaparecem. Pensamos que mesmo os sistemas climáticos correm riscos. O nosso antigo saber tinha-nos prevenido que estas coisas aconteceriam se o Homem interferisse com as leis Naturais. Quando o último dos modos de vida Natural tiver desaparecido, toda a esperança de sobrevivência humana partirá com ele. E o nosso Modo de Vida está em vias de desaparecer rapidamente, vítima do processo destruidor."

LIBERTAÇÃO DE TUDO O QUE É VIDA

"É preciso que os povos que vivem neste planeta acabem com o conceito restrito de libertação do homem e que comecem a ver que a libertação é uma coisa que se deve estender ao conjunto do Mundo Natural.

O que é preciso é a libertação de todas as coisas que dizem respeito à vida — o ar, as águas, as árvores — todas as coisas que pertencem ao trama sagrado da Vida. Pensamos que os povos Originários do hemisfério Oeste podem continuar a contribuir para o potencial de sobrevivência da espécie humana. A maioria dos nossos povos vive ainda segundo as tradições que se enraizam na Terra Mãe. Mas é preciso que os Povos Originários tenham um **forum** onde a nossa voz se possa entender. Precisamos aliar-nos com outros povos do mundo que nos ajudarão na nossa luta para reencontrar e conservar as nossas terras ancestrais e proteger o nosso Modo de Vida. A espiritualidade é a mais alta forma de consciência política. E nós, Povos Nativos do hemisfério Oeste, estamos no Mundo entre os detentores desta forma de consciência. Estamos aqui para transmitir esta mensagem."

"A nossa organização política e social é uma das mais complexas que existe hoje no mundo. O Conselho das Seis Nações é também um dos mais antigos governos que funcionaram sem interrupção neste planeta. As nossas instituições políticas e sociais inspiraram algumas das instituições e das filosofias mais essenciais do mundo moderno. Os **Hau-de-no-sau-nee** têm uma Constituição conhecida na Europa sob o nome de Liga das Seis Nações, e a que chamamos *Gayanashakgôwah*, ou a Grande Lei da Paz. É o documento mais antigo do mundo ainda em vigor que reconhece estas liberdades de que as democracias ocidentais se reivindicam: liberdade de expressão, liberdade de religião e direito das mulheres participarem nos governos.

Os conceitos de separação, de controle e de equilíbrio dos poderes num governo são bases da nossa constituição. São ideias que os colonos brancos aprenderam no contacto com os Povos Nativos Americanos, e em particular com os **Hau-de-no-sau-nee**."

A "INTEGRAÇÃO"

"A expropriação dos povos originários pelos Europeus preencheu o capítulo mais sangrento e mais violento da história humana. Houve actos cometidos por um povo aparentemente privado de consciência de regras de conduta. Os Estados Unidos e o Canadá recusam, ainda hoje, reconhecer a existência de governos legais dos **Hau-de-no-sau-nee** e de outras nações originárias: é o prolongamento da política de genocídio que marcou o processo chamado colonialismo. Confrontados à prova esmagadora do contrário, estes dois governos e os governos da América Latina negam a perpetração do genocídio, tanto físico como cultural."

"Na América do Norte, a instituição escolar opera segundo o mesmo processo colonial. Sob a égide de um soberano (Estado ou Gabinete de Negócios Índios), instalam-se escolas para se introduzirem nas comunidades nativas. O fim desta acção é integrar os Índios na sociedade com o título de trabalhadores e de consumidores, a réplica do camponês na sociedade industrial. O governo não reconheceu nem tolera outra forma de instituição capaz de tornar o jovem sociável. Como no tempo dos castelos medievais, o senhor exige uma fidelidade absoluta. Com um tal sistema legal, o soberano ocidental nega a existência dos que não pode submeter. Então estes tornam-se, com toda a lógica, ilegítimos.

Este conceito de ilegitimidade reflecte-se, em seguida, na lógica oficial do governo. Nos Estados Unidos, o colonizador criou duas categorias de nativos: os que são reconhecidos federalmente, e os que o não são. Nestes últimos anos, o governo decidiu não reconhecer uma categoria chamada "Índios Urbanos".

No Canadá, existem quatro definições legais do povo originário. Estão repartidos entre os que têm um estado civil, os que o não têm, os mestiços e os que

têm direito de voto. Estes dois países continuam deliberadamente a falar dos "Índios e Esquimós" como se os esquimós estivessem à parte e não fizessem parte do povo originário do hemisfério oeste.

Os Estados Unidos e o Canadá praticam um colonialismo flagrante em relação a tudo o que respeita às instituições políticas dos Povos Nativos."

"Em 1924, o Canadá promulgou um novo **Indian Act** que impunha legalmente os governos "em sistema eleitoral" de tipo neocolonial sobre os territórios índios. Nos Estados Unidos, em 1934 atingiram o mesmo fim com o voto, da **Indian Reorganization Act**. Estes "sistemas de eleições" devem existência e fidelidade nos Estados Unidos e no Canadá, e não aos índios. São, por definição colónias que criam as classes de camponeses, no sentido político: não são governos que na medida em que uma casta social exterior não lho permite. São, na maior parte das reservas, as únicas formas de governo reconhecidas pelos colonizadores.

O nosso modo de produção doméstico tem algumas definições culturais culturalmente es-



*a defesa intransigente
do meio natural*

pecíficas. A economia do nosso povo requer uma comunidade de pessoas e não houve definir uma economia baseada sobre o núcleo familiar auto-suficiente. Muitos economistas modernos estimam que na maior parte do mundo, a célula familiar isolada não pode produzir o suficiente

para se sobreviver num modo de produção doméstica. De toda a maneira, este modo particular de subsistência, a partir da nossa definição cultural, não é de todo uma economia."

"Somos nações em todos os sentidos do termo. Não pudemos obter um semblante de justiça diante dos tribunais dos Estados Unidos ou do Canadá e sofremos grandes injustiças legais que têm consequências económicas e sociais terríveis para o nosso povo. A maior parte dos nossos problemas jurídicos respeitam à terra, à soberania sobre a terra; a terra é o fundamento da nossa economia. Viemos procurar nestes lugares os nossos direitos segundo a lei internacional.

Desde há séculos, sabemos que todas as acções individuais criam condições e situações que afectam o Mundo. Desde há séculos que tomámos cuidado para evitar acções que não ofereciam a longo termo a perspectiva de promover a harmonia e a paz no Mundo. Neste contexto, com os nossos irmãos e irmãs do hemisfério Oeste, viajámos até aqui para falar destes problemas importantes com os outros membros da família do Homem."

Leia — Assine — Divulgue

O Jornal de Felgueiras

Semanário regionalista

Sede:
Avenida de Santa Quitéria
4610 FELGUEIRAS

OSKI: Arte e humor ao serviço do povo



Em 1904, o presidente norte-americano Roosevelt, escreveu: «Há três meses que espero e rezo para que os dominicanos se comportem bem, de modo a que não me veja obrigado a proceder».

Mortó em Buenos Aires, a 30 de Outubro, quando estava quase a fazer os 65 anos, o desenhador e humorista «Oski», como assinava Oscar Conti, deixou uma obra abundante e excepcional, assim como um exemplo de coerência, que deveria inspirar todos os trabalhadores da sua arte.

DOTADO de grande talento, investigador pertinente e executor primoroso das suas obras, Oski conheceu bem cedo o êxito. Começou a publicar na revista "Cascabel", e já nos anos quarenta o público argentino apreciava os seus trabalhos na revista "Rico Tipo", de grande circulação na Argentina e nos países da América Latina. Mas, ao mesmo tempo, "oski" acentuava a sua identificação com os temas sociais, a que se manteve fiel e que o levou a não aceitar das empresas editoriais tarefas longe do seu estilo, a desdenhar o vedetismo, isto é, toda e qualquer tentação comercialista. Deu-se, assim, o paradoxo de que, enquanto a nível internacional era reconhecido o seu prestígio, o artista levava uma vida modesta. Testemunho assinalável da sua entrega à causa dos humildes, foi a série que iniciou sobre a exploração do homem pelo homem, publicada por um matutino de Buenos Aires, encerrado em 1973. A série ficou incompleta. Entre as suas obras, figuram a "Verdadeira História de Índia", "Brutoski Medicinal Ilustrado", "Cadernos de Cesar

Bruto", a série sobre a exploração atrás mencionada e, ultimamente, editada na Europa, "Ping Pong" e "O Fantasma de Canterville", que apareceu em numerosas publicações.

Aos seus valores artísticos, Oski acrescentou uma ampla cultura e a paixão pela investigação histórica e social. Não é fácil assinalar outros exemplos de tantos dotes votados ao humanismo. Dos seus méritos artísticos, escreveu o uruguaio Hermenegildo Sbat, um dos maiores desenhadores da América Latina: "Oski preocupava-se com a história, tinha arquivos minuciosos e falava com autoridade sobre temas distantes e obscuros, além de outros mais notórios e aliciantes, mas quando os desenhava, aquelas preocupações transformavam-se em poesias, em manifestos ou em paródias delirantes, ou em tudo isso ao mesmo tempo".

"Vale a pena assinalar que o seu estilo era absolutamente pessoal, reconhecia Saul Steinberg, como um professor, mas tanto a sua visão como o tratamento dos temas diferiam dele. É primo irmão de Paus Klee e

sobrinho neto de Durer". As obras executadas por Oski foram traduzidas em vários idiomas e, pela actualidade da sua mensagem e pela sua qualidade, serão reconhecidas pelas próximas gerações. Já na geração que se seguiu, surgiram destacados humoristas que o reconheceram como mestre, assim continuará a inspirar novos discípulos.

A paixão de Oski colocou-o entre os grandes do humorismo contemporâneo. O prestígio, as homenagens, as honrarias e as recompensas que recebeu, sempre as repudiou. Agradava-lhe que os seus trabalhos se difundissem, porque tinha consciência plena da mensagem que encerravam, mas aborrecia-lhe a fama e nem sequer entre amigos gostava que mencionassem o seu talento. Todavia, talvez tivesse gostado de ser recordado por ter posto as suas forças ao serviço dos oprimidos, por ter mantido inalterável a sua dignidade e independência, por ter sido um prolífero incitador de sorrisos de multidões e por ter feito reflectir, através da sua arte, as injustiças desta sociedade.

Edição Andina dos «Cadernos»

COM o primeiro número deste ano começará a circular a Edição Andina dos "Cuadernos del Tercer Mundo". Numa breve cerimónia em Lima, a qual veio a culminar negociações anteriores, o nosso director-editor internacional, Neiva Moreira, subscreveu juntamente com o director da DESCO (Centro de Estudos e Promoção do Desenvolvimento) do Peru, Henry Pease García, um convénio para que a edição em espanhol seja reimpressa na capital peruana, edição que se destinará aos países da área andina: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

Num futuro próximo, a Edição Andina ver-se-á enriquecida com um suplemento regional totalmente dedicado a esta importante região da América Latina.

Com esta nova iniciativa, procuramos incrementar a circulação da nossa revista naqueles países, consolidando uma presença que se vê ampliada mês a mês.

Ao escolher a DECO para levar por diante este novo projecto de expansão da nossa revista, tivemos em conta não só a importância e o prestígio internacional dessa instituição, como também a sua crescente experiência no campo editorial.



Além de Neiva Moreira e de Henry Pease García, rubricaram o convénio de Lima, pela DESCO, Marcial Rubio Correa, seu director adjunto, e pela equipa andina dos "Cuadernos del Tercer Mundo" o dr. Francisco Loayza Galván, Rafael Roncaglio, também membro da equipa dos "Cadernos" e membro dos quadros técnicos da DESCO, foi um dos grandes promotores desta iniciativa editorial.

A Edição Andina vem juntar-se assim às suas congéneres em espanhol, português e inglês e completa, juntamente com o Guia do Terceiro Mundo, as publicações de Periodistas del Tercero Mundo A.C. e Tricontinental editora.



Henry Pease e o nosso director-internacional Neiva Moreira assinando o convénio em Lima, Perú

NICARÁGUA

A luta dos jornalistas

BARRICADA
ORGANO OFICIAL DEL FRENTE SANDINISTA DE LIBERACION NACIONAL

Fidel Castro en la ONU
"Unas cuantas potencias despilfarran lo que saquean al Tercer Mundo"

Segundo aniversario del triunfo del FSLN en el cuartel de San Carlos

Obreros: un solo puño y aplastar contrarrevolución

Paro en la UCA

La Revolución avanza
Devolver al pueblo la cultura

73 nuevos policías sandinistas

12 de octubre de 1492
Inicio de la resistencia anticolonialista en América

PUEBLO, EJERCITO, UNIDAD... GARANTIA DE LA VICTORIA!

O próprio Somoza reconheceu que se não fosse pela agitação criada contra a ditadura nos jornais e na rádio, a insurreição não teria acontecido. Um dos protagonistas desta luta conta o papel do jornalismo na revolução nicaraguense.

Ignacio Briones Torres

ESTE artigo transcreve uma longa conversa do autor com jornalistas amigos, em Manágua. Ignacio Briones Torres, colaborador de *Cadernos do Terceiro Mundo* desde os seus primeiros números, lutador infatigável contra o somozismo nas páginas das suas próprias paginações — *Impacto e 24 Horas* —, nas páginas de *La Prensa* ou em diversos programas na rádio, participou activamente nos episódios que relata, embora tenha-nos pedido para omitirmos muitas das referências pessoais. Briones trabalha actualmente num livro sobre o jornalismo na História da Nicarágua. Neste artigo mantém-se a linguagem coloquial da sua exposição improvisada, o que seguramente empobrece o seu estilo, porém conserva para o leitor muito da emoção original dos seus comentários poucas semanas depois do triunfo. — (N. da R.)

A Imprensa combatente na Nicarágua tem uma história longa que corre paralela à própria história da luta do povo nicaraguense, que culmina na vitória do 19 de Julho. Ao longo destas etapas sempre houve jornais que embora não se podiam identificar como revolucionários, tiveram as suas posições patrióticas.

Na vida de Sandino, a Imprensa liberal apoiava a guerra constitucionalista de Sacasa, e como Sandino combatia nas fileiras constitucionalistas e era um dos tantos chefes do movimento, também o apoiavam. Mas quando Sandino empreende a luta anti-imperialista depois do pacto do Espinho Negro, alguns destes jornalistas liberais somam ao carro de Moncada e tornam-se anti-sandinistas. Alguns jornalistas liberais identificam-se com Sandino na pacificação, mas não o anti-imperialismo. A Imprensa conservadora, neste caso, é reaccionária em três perspectivas: o anti-liberalismo, o anti-sandinismo e porque também eram contra o anti-imperialismo.

A *Tribuna* foi o último jornal que poderíamos qualificar de anti-imperialista e sandinista. Dirigida por Salvador Buitrago Díaz, durante a ocupação ianque denunciou que até as doenças venéreas foram trazidas pelas tropas norte-americanas. Quando revelou que os norte-americanos haviam violado tumbas no cemitério, os invasores destruíram o jornal e expulsaram-no do país. Com isso, desapareceu, em 1934, o jornalismo sandinista na Nicarágua.

Em 1934 aconteceu o assassinato do general Sandino. A

burguesia nicaraguense aplaudiu o crime. Ofereceram um banquete a Somoza García e lavaram-lhe fisicamente as mãos. O que quer dizer: o perdão foi além do gesto simbólico que chegou ao Congresso como forma de amnistia — que supostamente era uma amnistia para os que haviam combatido junto a Sandino, quando na realidade era uma amnistia para os que o tinham assassinado.

Então, a burguesia nicaraguense agrupada no Partido Conservador Tradicionalista, cujas origens remontam à época da independência, identificou-se com o assassinato de Sandino, beneficiando-se com umas esmolas que mandou o imperialismo ianque e contribuiu para a criação da Guarda Nacional. Num livro chamado "Como e porquê caí do poder", escrito por Juan Bautista Sacasa depois do assassinato de Sandino, diz-se que a oposição conservadora estava apoiando Somoza no golpe de Estado, porque eles acreditavam que podiam manipulá-lo; que haviam contratado um chefe militar — por seu carisma e pelo apoio que sempre lhe outorgou os Estados Unidos. Assim nasceu a contradição entre eles. Quando os Somoza criaram o seu próprio poder económico, dispensaram a burguesia.

A IMPRENSA OPERÁRIA

Durante uma década o silêncio é quase total, até que, em 1944, o movimento estudantil, segundo o que Diego Manuel Robles e Arsenio Álvarez contaram e Pedro Joaquín Chamorro, faz reviver um velho jornal

que se chamava *El Universitario*. Publicam as fotografias do famoso abraço de Somoza García a Sandino e apresentam o ditador, não apenas como um governante que estava tentado reeleger-se — que era o que lhe propunham os políticos tradicionais, — mas também como o assassino do maior patriota que já houve no país. Naturalmente *El Universitario* foi liquidado pelo somozismo.

Depois deste período, a Imprensa do movimento operário — cuja história já está começando a ser contada — também escolhe o anti-imperialismo de Sandino, e o difunde. O primeiro jornal operário que há no país, esporádico como tantos outros, saiu em 1931, a dar apoio à luta de Sandino, paralelamente a *La Tribuna*. Depois de 1944, a imprensa operária é a única que publica artigos no aniversário do seu assassinato.

A repressão contra o movimento operário dura até 19 de Julho de 1979 e era muito difícil manter jornais, da mesma maneira que era difícil manter sindicatos organizados. A repressão contra a sindicalização e a organização operária de Nicarágua é constante e permanente. Os Somozas, apesar de terem assinado um compromisso com a OIT, controlavam tudo; havia uma regulamentação pela qual os sindicatos não podiam organizar-se se não contasse com um determinado número de pessoas, não podia criar-se uma federação, as contas das quotizações tinham de estar registadas num banco e podiam ser "congeladas" pelo Estado, enquanto se criavam paralelamente outras organizações patrocinadas pela embaixada americana. Por isso a imprensa operária define-se também como anti-imperialista e sandinista.

Os dirigentes operários agora apenas começaram a reconstruir a história das suas publicações, o que vai

Os dirigentes operários agora apenas começaram a reconstruir a história das suas publicações, o que vai ser uma tarefa muito difícil. Existia um jornal

operário chamado *Unidad Popular*, que para continuar circulando teve de mudar de nome 36 vezes num ano. Quase todas as edições foram sequestradas. Voltavam a fazer, caíam presos seus dirigentes e recolhiam-nas novamente.

COMEÇA A LUTA ARMADA

A chamada *grande imprensa* afecta aos partidos Liberal e Conservador, cujo projecto é simplesmente a mudança de governo e os processos eleitorais, vem a concluir um entendimento que os conduz a participar ou co-participar no governo, sem jamais disputar a Somoza o poder desde 1944 até 1979.

Em 1958, surge um grupo de estudantes universitários que querem romper com esse estilo de política que fazem os velhos dirigentes tradicionais dos dois partidos e formam um movimento que se chamou Juventude Conservadora Revolucionária. Para eles, o apelido "revolucionário" era porque se inclinava à luta armada. Esse movimento, que ganha uma grande aceitação na opinião pública, é integrado por filhos e netos de velhos presidentes do conservadorismo e por elementos do liberalismo, e apoia, em 1958, o levantamento do general Ramón Raudales, que fracassa. Porém, nesse momento, inicia-se o que podemos definir como a clarificação de que somente com as armas poderíamos acabar com a ditadura de Somoza.

Do movimento de Raudales — vencido pela Guarda Nacional, — surgem quatro ou cinco movimentos insurreccionais: cada um dos seus lugares-tenentes forma o seu próprio grupo. Mas de 58 a 61, sob o regime de Luis Somoza, todos morrem assassinados. Inclusive são assassinados nas Honduras, como no caso de Heriberto Reyes, Julio Alons, Martínez, mais outros três ou quatro líderes.

Para já, a tese da luta armada foi mantida pela Juventude Conservadora Revolucionária. Em 1959, com o triunfo da re-

volução cubana, acentua-se e estimula-se essa tese. Depois de 59, os que falaram em eleições era por que estavam contra a revolução. E foi isso que captou com grande clareza Carlos Fonseca Amador.

Assim, sob o poderoso impulso da revolução cubana, os exilados nicaraguenses que há muito estavam no exterior e que puderam estudar e assimilar teorias revolucionárias fóra do poço e do obscurantismo em que se mantinha o país, organizaram-se. Em algumas casas destes exilados haviam vivido revolucionários como "Che" Guevara; concretamente, em 1954, na Guatemala, na casa do professor Edelberto Torres, actual embaixador da Nicarágua na Costa Rica. Muitos destes exilados, entre os quais se conta — além do professor Torres, — Alejandro Bermúdez, Guillermo Urbina Vásquez, Concha Palácios e outros, começam a preparar o movimento armado na Nicarágua.

Então produzem-se dois movimentos: o liderado por Pedro Joaquín Chamorro, vindo da Costa Rica, e o que conta com a participação de Carlos Fonseca Amador, que é descoberto nas Honduras e massacrado em El Chaparral.

Quando Pedro Joaquín Chamorro invade a Nicarágua com "as bandeiras da Juventude Conservadora vinda da Costa Rica, Fonseca Amador é massacrado no Norte. E Luis Somoza sabia que tendência tinha cada um dos movimentos: dizia que "pe-lo lado Norte vinham os comunistas e pelo Sul vinham os brancos com os quais podia dialogar". De facto assim aconteceu: as do Sul foram capturados, tiveram um tratamento muito especial, julgaram-nos e amnistiaram-nos. Dos 137 combatentes, apenas um morreu.

Mas, nas Honduras, por outro lado, Luis Somoza trabalhou junto com a CIA e com o exército local, para o massacre de El Chaparral. Quando chegou ao nosso país a notícia, organizam-se na Universidade de León uma grande manifestação de que resultou quatro estudantes

mortos às mãos da Guarda Nacional. O massacre de El Chaparral foi no dia 24 de Junho e o assassinato dos estudantes foi em 22 ou 23 de Julho.

A PRIMEIRA BANDEIRA

A derrota de El Chaparral e a captura das forças que vinham da Costa Rica produziram na Nicarágua uma decepção quase total, uma espécie de frustração nacional. Então outras pessoas, elementos jovens, estudantes já não apenas da Universidade, também de escolas liceais, formaram um movimento de massas juvenil, a Juventude Patriótica Nicaraguense. Estes jovens editaram um diário *El Impacto*, que estava sob a nossa responsabilidade, cuja missão fundamental era divulgar Sandino e defender os jovens que estavam no cárcere. Reconhecendo que haviam feito um esforço patriótico, mas já conscientes que com o levantar bandeiras conservadoras — mesmo com a palavra "revolucionária", — não iam atraír as novas gerações de nicaraguenses. A Juventude Patriótica definiu-se como um movimento anti-imperialista e, fundamentalmente, sandinista, cujo objectivo era romper o tradicionalismo político bipartidário de liberais e conservadores que, naquele momento, — em 1959 — levava 138 anos, desde 1821, data da independência, atribuindo-se a representação nacional.

A Juventude Patriótica nasceu heterogeneamente, com rapazes que vinham de sectores e proletários, e não consegue definir-se como um movimento homogéneo nem na sua postura ideológica, nem na sua estrutura orgânica e nem no método de luta. Há um sector que fala de luta armada e de clandestinidade, e há outro afirmando que devem ir para as ruas conscientizar as massas trabalhadoras. Mas, mesmo assim, definem-se como anti-imperialistas e sandinistas.

Aqui cabe uma anedota: vive ainda a senhora que fez a primeira bandeira vermelha e negra. É a mãe de um estudante



Praça Pedro Joaquim Chamorro, era jornalista e foi assassinado pelos somozistas

chamado Eduardo Medina, que morreu em El Chaparral. Esse jovem foi o fundador do primeiro movimento com o nome de Frente de Libertação Nacional, inspirado na FLN da Argélia. Na casa de Eduardo Medina escondeu-se em 1960, Victor Tirado López, chegando então Carlos Fonseca Amador, e é então que se planeia que a FLN deve chamar-se "sandinista". Tomás Borge, em alguns apontamentos que escreveu, disse que, efectivamente, Carlos propôs o nome, lutou por ele e ganhou.

Nesse momento, Carlos definiu que o sandinismo não era uma efeméride como a que nós vínhamos celebrando, mas que era um caminho, um guia para a revolução nicaraguense. Além do mais, Carlos elaborou o primeiro ideário de Sandino, um folheto muito interessante, com 25 pensamentos. Como a Juventude Patriótica estava sendo reprimida e tinha aquela heterogeneidade que já referi antes, Carlos projecta a sua organização a um nível ainda mais clandestino. Concorre às assembleias da JPN e escolhe os elementos que vão responder à sua tese de luta armada, mas de forma silenciosa.

Entretanto, outros movimentos conservadores — resíduos dos grupos que permaneceram armados após a derrota de 59, — tratam de realizar outros projectos de luta armada. E assim se produz a 11 de Novembro de 1961, a tomada dos quartéis de Jinotepe e Diriamba (que deu nome a um movimento que se chamou precisamente "11 de Novembro"). Nesse mesmo dia o governo de Luis Somoza estabeleceu o Estado de Sítio e destruiu fisicamente as instalações de onde se editava *El Impacto*.

MARXISTAS F UNIVERSITÁRIOS

Em 1959, quando começa a sair *Impacto*, não tínhamos material sobre o general Sandino. O único que nos chegou nesses dias foi o relato de Abelardo Cuadra, acerca de como havia sido assassinado, e foi o primeiro que se publicou, junto a alguma fotografia que sobre qualquer pretexto se publicava. Alguém escreveu a cronologia deletéria do imperialismo ianque na Nicarágua, e paralelamente a isso, surgiu o livro de Gregorio Selser, "Sandino, General de Homens Livres". Aí começou-se a publicar com

maior propriedade as nossas histórias sandinistas (o mesmo Selser explicou depois que encontrou Sandino tratando de escrever uma história sobre a Guatemala.)

Entretanto já se havia fundado a Frente Estudantil Revolucionária, que era a organização intermediária da FSLN. Carlos Fonseca já tinha uma concepção bem clara: a força activa do movimento ia sair da Universidade. Também em 1959 dá-se a autonomia universitária e o seu reitor, Mariano Fiallos Gil, proclama o lema "Liberdade para a Universidade". Este lema, em grande parte, produziu a liberdade da Nicarágua, pois é preciso destacar que a maioria dos dirigentes da Frente são de extracção universitária.

Isto também vem demonstrar outro facto que foi contradição na Nicarágua: os partidos marxistas ou chamados marxistas que se organizaram nos anos 30, pelo baixo nível cultural dos trabalhadores e seus dirigentes, não podiam assimilá-los. Os trabalhadores jamais puderam integrar o comité dum partido político de tanta importância como é o partido marxista-leninista.

Mas na Universidade, Carlos

Fonseca já tem um círculo que integram, entre outros, Silvio Mayorga e Tomás Borge, que estudam o marxismo-leninismo. Por sua vez, a Universidade sofre uma transformação muito positiva depois da autonomia. 1959 é, portanto, o ano da autonomia universitária, da vitória da revolução cubana, da fundação da Juventude Patriótica Nicaraguense, o ano do despertar da América Latina, e pode-se dizer que é também o ano em que se inicia a libertação da Nicarágua — entendida como o triunfo de um movimento revolucionário que não quer apenas a mudança do governo, mas a transformação da sociedade. A Frente lançou-se à luta armada com esta concepção. E quando morreu Fonseca Amador e os primeiros dirigentes, já toda a Frente sabe que a mudança deve ser profunda. Contam que depois do massacre de El Chaparral, Carlos Fonseca Amador disse: "Graças a Deus já morreu um comunista pela Nicarágua." Isto porque os marxistas não haviam sido mortos na luta contra Somoza. Sempre morriam liberais e conservadores.

A nosso ver, a partir de 1974 — que é outra das grandes datas da luta sandinista, depois do assalto à casa de Castilho Quant, — a velha tese da Frente, de que a luta deve ser armada, e a velha aspiração nicaraguense de que a luta contra Somoza deve ser uma luta de libertação nacional, coincidem. A partir de 1974, o povo reconhece a Frente como a sua vanguarda político-militar. E dá-se outro facto interessante: os partidos tradicionais, apesar de certos elementos progressistas que havia neles, nunca aceitaram a participação de operários nas suas organizações, que eles chamavam "pluralistas". E apenas os integram quando Pedro Joaquín Chamorro organiza a UDEL e aceita a participação do velho partido Socialista. Neste momento, o PS era a esquerda nicaraguense do ponto de vista da burguesia, porém, para as novas forças revolucionárias da Nicarágua, era a direi-

Seminário «Carlos Fonseca»

No passado mês de Novembro teve lugar em Manágua, o primeiro seminário latino-americano de jornalistas na Nicarágua livre. Sob o título de "Carlos Fonseca", um dos fundadores da Frente Sandinista de Libertação Nacional, a "Declaração de Manágua", aprovada no encontro, destaca que "o triunfo democrático do povo da Nicarágua constitui uma vitória de toda a América Latina", reconhece o contributo para ela dos colegas nicaraguenses, ao mesmo tempo que se regozija pela recente promulgação da Lei sobre os Meios de Comunicação na Nicarágua, que consagra o direito do povo a "informar, opinar e a ser informado" e "consigna a responsabilidade moral e revolucionária do jornalista".

O seminário saudou a criação da Agência de Notícias "Nova Nicarágua", denunciou a Sociedade Internacional de Prensa (SIP) pela sua "campanha de distorção e calúnias da realidade nicaraguense", assim como foram condenadas as pressões de todo o tipo "que urde os Estados Unidos através de terceiros países contra a Revolução popular" na Nicarágua.

Na declaração de Manágua, apela-se à mais firme solidariedade e ao mais amplo apoio à revolução nicaraguense e à sua vanguarda, a Frente Sandinista de Libertação Nacional. Pedindo-se o apoio da Federação Latino-Americana de jornalistas, FELAP, da Organização Internacional de Jornalistas (OIJ), e das organizações de jornalistas de todo o mundo para com a luta do povo nicaraguense — ajuda que se expressa, entre outras coisas, no apoio profissional e material à recém criada Agência de Notícias Nova Nicarágua".

A reunião de Manágua decidiu também enviar alguns telegramas, denunciando a perseguição que sofrem alguns jornalistas, como é o caso de Ulisis Gómez e do estudante Claudio Zamorano, do Chile, pelos quais se reclamou ante o governo de Pinochet, ao mesmo tempo que se exigiu à Junta Militar argentina, aos representantes máximos do regime uruguaio e à junta salvadorenha a libertação dos jornalistas encarcerados ou sequestrados.

Entre os jornalistas latino-americanos que assistiram ao seminário "Carlos Fonseca", há que mencionar o Presidente da FELAP, Eleazar Díaz Rangel, o dirigente da UPEC, de Cuba, Baldomero Alvarez Ríos, assim como os companheiros Hernán Uribe, do Chile, Oscar González, da Argentina, Galo Ernesto Muñoz, do Equador, Amado Escalante, do México e Niko Scharz, do Uruguai.

Em representação do ILET (Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais) esteve presente Fernando Reyes Matta e pelo CEESTM, Adolfo Aguilar e Maria Arrieta. No encontro participaram muitos jornalistas centro-americanos de diferentes nacionalidades e numerosos jornalistas nicaraguenses dos diferentes meios de comunicação social: televisão, rádio, imprensa, bem como da agência noticiosa recentemente fundada.

ta da esquerda da revolução na Nicarágua.

A ESCOLA DE JORNALISMO

O imperialismo produz às vezes sem querer material para o combater. A partir da revolução cubana, os gringos esquematizam toda uma estratégia para impedir uma nova Cuba na América Latina (e isso não significa que a Nicarágua seja uma nova Cuba, porque como já disseram os nossos dirigentes, esta é uma nova Nicarágua).

Planeiam toda uma penetração em diferentes esferas do nosso país e, particularmente na Universidade, projectam a formação de movimentos ultra-esquerdistas; essa penetração também previa a criação de escolas de jornalismo nas universidades que não as tivessem.

A Escola de Jornalismo da Nicarágua nasceu patrocinada pela Embaixada dos Estados Unidos. A Universidade aceitou em convénio a hegemonia da embaixada americana no ensinamento do jornalismo, a tal ponto que quando os primeiros alunos da escola quiseram organizar a Associação de Estudantes, a embaixada proibiu.

Os dirigentes de então, entre os quais Manuel Espinoza — actual porta-voz da Junta de Go-

verno, — organizaram o "enterro" simbólico da Escola. Dessa escola, com catedráticos pró-ianques e com toda a bibliografia americana, saíram dirigentes marxistas-leninistas. A partir de 1974 são catedráticos da escola o actual comandante da Frente, Bayardo Arce, e o actual comandante guerrilheiro William Ramírez, tendo dela saído vários combatentes.

A maioria dos quadros iniciais da Frente, até aos últimos dias, surgem da Universidade, mas — claro! — com vinculações com o sector operário.

A Universidade produziu nos últimos vinte anos três dirigentes que são muito destacados no processo actual, embora nunca se fale deles, por exemplo, o secretário de Propaganda e Educação Política, Júlio López, é catedrático universitário. O companheiro Moisés Hassan, da Junta de Governo, é outro catedrático. A Ministra do Bem-Estar Social, Lea de López, também. Reparando bem, vemos que se trata de um gabinete de universitários.

A nível de jornalismo, fez-se um trabalho entre os estudantes, questionando os livros que escreviam alguns professores de tendência pró-imperialista e pró-somozista. De 1965 até 1970, encontrar três ou quatro jornalistas que se proclamavam sandinistas, era muito difícil na Nicarágua. Já em 1974 era muito difícil encontrar quem não fosse sandinista entre os novos jornalistas.

Na Universidade editam-se uma série de jornais que reproduzem artigos publicados no estrangeiro, especialmente cubanos e alguns mexicanos. Depois, é organizado a OCLAE, ou seja: o movimento estudantil nicaraguense está participando no movimento estudantil mundial progressista. Da Universidade saíram vários rapazes para engrossar a Frente. Por exemplo, gente que apenas esperava graduar-se em medicina, trabalhar um tempo, economizar para comprar instrumentos e levá-los para atender aos feridos nas montanhas. A maioria dos catedráticos da UNAM combateu na insurreição de Manágua e outras cidades.

NA RÁDIO

A nível jornalístico, reproduziu-se o paralelismo histórico de que só existem dois partidos tradicionais e, na Nicarágua, só há dois diários: o *Noticias* de Somoza e *La Prensa* dos conservadores. Que caminho tomam então os jornalistas? O da rádio. O rádio-jornalismo vai ser, de alguma forma, a vanguarda da informação revolucionária na Nicarágua, e desempenha, desde já, um papel bem mais importante que o dos jornais anteriormente. O seu alcance é muito maior, e a sua militância muito mais firme.



Repórteres da televisão e da imprensa escrita e radiofónica nicaraguense em cima da notícia

Mas, a 28 de Dezembro de 1974, Somoza impõe um Estado de Sítio, que só viria a ser suspenso a 18 de Setembro de 1977. Passamos dois anos e meio em que não há qualquer possibilidade de informar. Os jornalistas trabalham então na imprensa clandestina, e incluindo a "livre": conseguiram-se as notícias, ia-se a um *miniprint*, distribuíam-se e ia parar às mãos de alguém. Cada exemplar era policopiado em dez números por qualquer outra pessoa, e continuava a circular. A comunicação nunca deixou de ser feita.

A 14 de Outubro de 1977, a Frente assaltou os quartéis de San Carlos e Masaya. Já recuperada a escassa liberdade de expressão, os rádio-jornalistas transmitiram ao vivo esses assaltos. A Guarda, não restou senão incendiar as emissoras, quebrá-las e destruí-las. Assim acabaram a *Rádio Mi Preferida*, *Rádio Amor* e *Rádio Futura*.

Havia, além disso, outro tipo de repressão: a lei então existente estabelecia uma multa inicial de mil córdobas pela violação do Código Negro; a segunda multa era já de dois mil, a terceira de dez mil e, finalmente, o encerramento. Foi então constituído um Comité Pró-liberdade de Imprensa. Os jornalistas nicaraguenses solicitaram primeiro o apoio do povo. Visitavam-se os mercados e os centros de trabalho para angariar dinheiro para esse fundo de resistência. Mas chegou um momento em que nos demos conta de que nos estávamos a prober do dinheiro das instituições de Somoza. Por outro lado, não abrandava a repressão dos proprietários da rádio e dos jornais, que viam que tínhamos ultrapassado os seus próprios projectos políticos.

IMPRESA DAS CATACUMBAS

Passamos então o período a que se convencionou chamar do "jornalismo das catacumbas". Dizem os teóricos da comunicação os *Mittelart*, os *Somavia*, etc., que não ha-

viam concebido — o que é perfeitamente explicável, — a necessidade revolucionária de dar respostas revolucionárias. Provavelmente, não há teoria para isso: a teoria faz-se na prática.

Em Manágua trabalhavam uma média de 350 jornalistas. Mas, em Janeiro de 78, depois do assassinato de Pedro Joaquín Chamorro, restava apenas a Imprensa escrita. A maior parte dos companheiros dos rádio-jornais, que tinham ficado sem trabalho, dispuseram-se a trabalhar as suas fontes de informação como se nada se tivesse passado, e como se pudessem ir para as redacções. Na Casa do Jornalista, constituiu-se uma bolsa de notícias, onde se recebiam e escreviam as informações. Contingentes de jornalistas iam depois às igrejas, mercados e centros de trabalho ler essas notícias.

Havia motoristas de táxi, por exemplo, que sabiam que, a tal hora, deviam passar pela Casa do Jornalista, para recolher os repórteres e levá-los a onde quer que fosse, sem lhes cobrarem um centavo. Outros haviam que, não podendo levá-los, passavam e deixavam um galão de gasolina, para ser utilizado noutra veículo.

A participação do povo nicaraguense foi, portanto, grande. Todos sabemos que não se pode fazer uma revolução sem essa participação. As vendedoras dos mercados que sabiam ler, recebiam uma folha e liam-na para toda a gente: "Isto é o que se está a passar", "A Frente está a combater em tal sítio", "Capturaram fulano de tal", etc. E assim, até que a Guarda impediu também este trabalho.

Na Universidade, funcionava também uma equipa de imprensa, apesar da constante intromissão da Guarda, que a assaltava, destruíra e pilhava, sempre esteve em acção.

INSURREIÇÃO

Assim fomos indo, até que Somoza, por pressão estrangeira, se vê obrigado a levantar a censura contra a informação. A partir daí, já não existe contro-

lo por parte do governo, embora mantenha a repressão: muitas e destruição das novas emissoras. Mas já então o jornalista se dá conta de que a notícia, só por si, não é apenas o seu dever de revolucionário, mas a sua participação na insurreição.

Quando se chega a 1978, os jornalistas nicaraguenses fazem todos os esforços para ter alguma liderança moral no movimento operário. É a altura da palavra de ordem: "Se a classe patronal decidir não continuar a greve — refiro-me à primeira, em Fevereiro de 78, — mas nós conseguirmos criar e aglutinar as diferentes tendências no movimento operário, poderemos continuar a greve."

Encontrávamo-nos, porém, perante uma realidade que parecia sem solução: não havia dois dirigentes que falassem entre si. Todos eram anti-somozistas, mas profundamente divididos entre si. "Vou à reunião se não convidares fulano." Falava-se com vinte e cada um dizia mal do outro. No entanto, quando, em Maio, os estudantes decretaram greve a favor dos presos políticos, essa mesma gente começou a unir-se, até criar o Comité de Defesa dos Presos Políticos, a 17 de Junho de 1978.

Organizaram-se brigadas de jornalistas. Os partidos políticos revolucionários já estão ligados na Frente e a trabalhar na formação das Brigadas Populares. Cada um dos envolvidos no "jornalismo das catacumbas" participa das Brigadas Populares, que nascem muito simplesmente, sem qualquer teoria. As pessoas encontravam-se nos bairros, conversavam com os amigos: "Temos que fazer alguma coisa?" "Você tem uma pistola?" "Fulano sabe fazer bombas de contacto", "Você tem um amigo farmacêutico que lhe pode fornecer o clorato necessário". Isto passava-se quase publicamente. Pessoalmente, creio que era impossível para qualquer polícia repressiva — a menos que se dispusesse a assassinar cada cidadão casa a casa, — destruir um processo desta natureza.

Punha-se imediatamente o problema de que não se sabia manejar armas. Havia muitas, mas todas rudimentares: pistolas 22, carabinas, caçadeiras. A velha tese de que "as armas têm-nas o inimigo" tinha que funcionar. E assim, em Maio de 79, as milícias populares tinham avançado bastante na sua organização. As brigadas efectuavam até 40 operações numa noite, principalmente nas farmácias, à procura de medicamentos, nas casas dos militares, em busca de armas (alguns eram tão compreensivos que as entregavam a uma simples ameaça, tentando salvar a vida). Foi-se aprendendo. E chegou o 4 de Julho de 1979.

Nesse dia, começava a greve geral. As anteriores, de Janeiro e Agosto de 78, tinham sido convocadas por sectores da burguesia, como resposta ao assassinio de Chamorro, com algu-

ma cooperação dos trabalhadores. Agora, era convocada pela Frente. Os trabalhadores não pedem absolutamente nada aos patrões; entram em greve por ordem da Frente, para iniciar, cinco dias depois, a insurreição geral.

A NOTÍCIA DO SÉCULO: SOMOZA VAI SE EMBORA HOJE

Os jornalistas nicaraguenses participam em todo o processo. A nível organizativo do Partido Socialista, o companheiro Alvaro Montoya Lara - cujo nome pusemos na Casa do Jornalista,

forma um contingente armado e vai para a Frente Sul. Em Estelí, assassinam Alejandro Dávila, que além de médico era jornalista. Assassinam outro companheiro, Mariano Mayorga. Fazem desaparecer Bernar-

dino Rodríguez. Metem na prisão outros. Somoza, todavia, não quer dar a impressão de que estava contra os jornalistas (pensando poder ainda ganhá-los) e põe-nos em liberdade. Morre então Bill Stewart, o jornalista norte-americano assassinado frente às câmaras de televisão. São duas datas-chave relacionadas com o jornalismo: a morte de Pedro Joaquín Chamorro, que inicia a grande mobilização de massas, e a morte de Stewart, que enterra Somoza na OEA.

Uns dez dias antes da vitória, a Guarda Nacional - em crise e enfrentando a derrota - determinou o extermínio de todos os dirigentes estudantis e jornalísticos, destinando para a operação cerca de mil homens. Em emboscada, assassinam um dos ex-presidentes do Centro Académico da Universidade Nacional, Miguel Bonilla. Procuram depois Octavio Rivas, actual assistente do ministro de Educação Pública.

Decretam a morte de vários jornalistas e começam a procurá-los em suas casas. Danilo Aguirre, presidente da União dos Jornalistas da Nicarágua, teve de procurar refúgio na embaixada de Espanha. As próprias emissoras de rádio do Estado diziam que fulano e beltrano estavam condenados à morte. Anteriormente, tinham sido publicadas listas de jornalistas, para os amedrontar e depois matar. Mas já não havia tempo.

Porque não? Uma das razões é dada por um coronel, actualmente asilado na embaixada de Espanha. Chama-se Francisco Manzano e era subdirector da Academia Militar. Afirma que, na tarde de 16 de Julho, o filho de Somoza o mandou chamar,



para que preparasse 25 camiónes e todos os cadetes. "Mas, coronel - responde ele, - em primeiro lugar, não temos 25 camiónes e, depois, a EEFI levou todas as munições. Os cadetes já não têm armas." "É uma ordem e trate de cumprila", diz Somoza Portocarrero. Este homem, então, assustado com essa ordem, fala com um amigo seu, ajudante de "Tacho" e diz-lhe: "Acabo de receber uma ordem insólita. As ruas de Manágua estão tomadas pela Frente. As barricadas não deixam passar ninguém" (todavia, um mês depois, circulávamos pelas ruas a 5 km à hora, porque as ruas estavam completamente destruídas). O ajudante de Tacho responde-lhe: "Esse filho da puta está louco. Nós estamos mas é a preparar as malas para fugir. Não ligue e trata de refugiar-te numa embaixada." E assim, Manzana refugia-se na da Espanha, onde se encontra com Danilo Aguirre, presidente da União dos Jornalistas, e conta-lhe: "Somoza vai-se embora hoje."

BALANÇO

Toda esta história do somozismo confrontada a imprensa permite fazer um balanço. Em 1934, ao instaurar-se a dinastia, desaparece *La Tribuna*. Depois, um grupo de operários que tinha o seu jornal é expulso do país - a maioria vai para as Honduras, - e Somoza rouba-lhes as máquinas. Numa estatística muito incompleta, contam-se mais de 35 jornais destruídos (quase um por ano), mais de seis radiodifusoras, cerca de dez jornalistas assassinados e mais de 30 expulsos.

Individualmente, há casos notáveis: por exemplo, o de Alejandro Bermúdez Alegria, um dos jornalistas mais velhos da Nicarágua e de maior cultura política, formado no Chile, que saiu para o exílio, pela primeira vez, em 1936. Voltou a 20 de Julho de 1979. Passou toda a sua vida exilado. Agora, é asse-

sor do governo nos assuntos do Caribe. O professor Edelberto Torres Rivas exilou-se também em 1917. Era presidente Emiliano Chamorro. Quase pré-história. Fez um discurso anti-imperialista e expulsaram-no do país. Regressou esporadicamente à Nicarágua em 1947 ou 1944. Prenderam-no durante três meses e libertaram-no depois. Regressou no dia da vitória.

O ex-ministro das Relações Exteriores, Julio Quintana, comentava-nos que os somozistas temiam os jornalistas, mas desprezavam-nos. Nos últimos dias da sua ditadura, Somoza dizia que se não fosse a agitação criada nas radioemissoras, teria podido controlar a insurreição, culpando constantemente o jornalismo de ter criado essa situação.

Como reconhecimento ao trabalho efectuado pela imprensa, há que acrescentar que, nos últimos anos de luta contra a ditadura, vieram aqui muitos jornalistas, e nela se incorporaram. Havia um jornalista argentino - não tenho o direito de mencionar o seu nome porque não sei como pode reagir a sua empresa, - que nos fez um filme sobre a Escola de Treino Básico de Infância, visto que esta foi criada para combater a Frente, com capacidades muito superiores à velha Guarda Nacional de Somoza.

Muitos jornalistas, de todas as nacionalidades, iam até às frentes de luta (por exemplo, Estelí), entrevistavam Pomares, saíam pelas Honduras e depois voltavam a Manágua, deixando-nos a informação, para que a publicássemos nos jornais clandestinos. O povo nicaraguense estava informado e quem o fazia eram jornalistas internacionalistas.

Que se passou depois da vitória? As agências internacionais e publicações de outros países começaram a retirar esta gente e a mandar jornalistas críticos, para pôr em causa o processo e, já com outra formação, difamar e caluniar a Nicarágua. Estes jornalistas vêm preparados para

fazer desinformação. É este processo que vivemos actualmente.

BARRICADA

Enfim, o jornalismo nicaraguense tem essa tradição de luta e não há distinção entre o jornalismo profissional, o universitário e o operário. As três tendências foram solidárias, cumpriram seu dever e estiveram representadas na Frente Sandinista.

Até que, finalmente, chegamos a *Barricada*.

Barricada - o órgão da Frente Sandinista, impresso nas instalações que antes ocupava o diário somozista *Novedades* - é a palavra impressa pelos libertadores depois da vitória. Antes de *Barricada*, nos anos 60, a Frente Sandinista tinha seu próprio jornal clandestino, o primeiro, que se chamava *Trinchera*, feito por jornalistas que trabalhavam nos órgãos normais e que faziam esse trabalho clandestinamente. *Trinchera* teve diferentes épocas e conseguiu continuidade depois de 1974, oscilando entre quinzenário e mensário.

A importância de *Barricada* neste momento demonstra porque razão a FSLN se autodefine como vanguarda político-militar do povo nicaraguense. Um exemplo: os velhos políticos tradicionais - inclusive até há apenas um ano, - foram às montanhas onde estava a Frente para propor assessoria política à direcção, porque acreditavam que a Frente era apenas um movimento armado, e identificavam como revolucionário o velho conceito de que ser revolucionário era segurar uma espingarda. Não se davam conta que estes "jovens" haviam evoluído, haviam-se formado política e ideologicamente, e haviam analisado a unidade nicaraguense para, posteriormente à eventual vitória militar, esquemmatizar a futura política deste país. E essa é a revolução que estamos a viver.

México — TV Canal 11



um jornalismo estatal popular e democrático



*A experiência dos noticiários do Canal 11 da TV mexicana
relatada pelo director da equipa informativa.
As dificuldades que enfrenta quem pretende fazer
um jornalismo televisivo ao serviço da Nação*

O Canal 11 da Televisão do México pertence ao Instituto Politécnico Nacional, que, por sua vez, depende directamente da Secretaria de Educação Pública. Na sua programação, na sua maioria orientada para a difusão cultural, os noticiários têm um papel extremamente importante. Um jovem jornalista, Virgilio Caballero, é o director informativo desse canal oficial.

Há três anos que Caballero trabalha na criação de um novo estilo de jornalismo televisivo, orientado para a formação de um público que é diariamente "bombardeado" por todo um conteúdo subreptício — e às vezes directo — da televisão comercial, destinado a manter o *status quo* e incentivar os hábitos consumistas.

Nesta entrevista Virgilio Caballero relata os motivos que o levaram a criar um tipo diferente de noticiário no Canal oficial do México e comenta-nos algumas das dificuldades que tem enfrentado na tarefa quotidiana de levar à prática essas novas idéias.

Virgilio, como nasce em ti — e na equipa da qual és um dos responsáveis — a ideia de fazer um noticiário de TV diferente dos tradicionais da televisão comercial?

Surge quando olhamos o que tem sido e continua a ser a televisão comercial, cuja eficácia política não reside tanto na manipulação da informação — que todos no fundo fazemos ao dar prioridade à informação sob um ponto de vista de classe, consciente ou inconscientemente. Eu não acredito na objectividade do jornalismo. Ela não existe nem na física nuclear dos nossos dias, porque o observador, aborda a natureza pelo facto de a observar, com mais razão ela não pode existir numa actividade que analisa os factos.

O problema não está pois em manipular, deformar ou esconder a informação — ainda que alguns o façam. Do seu ponto de vista têm direito a isso, e são bons exemplos que a subjectividade é o que predomina no manejo da informação.

Deve-se procurar noutro lado o trabalho político dos meios de comunicação no México; na elaboração ideológica, subterrânea, nas abordagens filosóficas implícitas, na forma de informar e só me refiro à elaboração dos noticiários.

Eles, por exemplo, propõem diariamente uma visão caótica do mundo, incompreensível para a razão, só possível de entender se se recorre à compreensão do papel que jogam os líderes, os homens carismáticos ou os políticos.

Os noticiários demonstraram diariamente às pessoas que a sua vida nada tem que ver com o que sucede no mundo.

Cria-se assim uma esquizofrenia colectiva. O ser humano sofre um "desdobramento". E tudo isto ocorre diariamente ante milhões de pessoas. O que horroriza é que ninguém se horroriza com este "desdobramento" esquizoide que deriva da aceitação do indivíduo como um ser marginal aos acontecimentos da História.

"Labor" este que se completa mostrando os acontecimentos como "notícias": a notícia é a grande armadilha desse tipo de jornalismo, do qual o maior expoente é talvez o caso do jornalismo norte-americano, que consegue converter em verdadeiras abstrações os acontecimentos de que fala. Bastaria mudar os nomes dos protagonistas e essa trama serviria para trinta países. Os acontecimentos nascem por geração espontânea cada dia. Não crescem e nem sequer

tem que ver com os do dia anterior. O grande sonho do idealismo filosófico: o mundo dividido em compartimentos estanques; este mundo é um caos!

Como se repercute no público mexicano essa forma de encarar a informação?

Tudo o que está implícito nesta forma de "informar" teve no México dos nossos dias como consequência o "valha-me Nossa Senhora", o que deriva "o já nada me interessa".

A presença de anúncios no mundo da TV também esta orientada com o mesmo fim, redimensionar o mundo das coisas, dos cigarros, das bebidas, das calças, etc.

Se o mundo é caótico, medíocre, odioso, violento, o mundo desejável é o dos cigarros, o da garota que repousa a cabeça no ombro do fumador. Nesse momento mostra-se ao telespectador uma racionalidade irreal.

Mas, além de tudo, esta forma de informar teve como consequência o impedir a formação de uma opinião pública no México, de gente que pense por si mesmo. Tudo o que se faz na TV tem como pressuposto que a gente é tonta, que há que dar-lhe "tudo pronto".

No Canal 11 um grupo de jovens jornalistas, que iam amadurecendo estas idéias, chegaram, chegámos, ao ponto de partida contrário: Talvez grosseiramente simples. Toda a gente é inteligente, está de olhos bem abertos, quer saber o que se passa, há que explicar-lhes as coisas que se passam no mundo, a sua vida.

Além disso, nestes últimos anos existe no México uma atmosfera política diferente, que deriva da Reforma Política promovida pela administração do Presidente Lopez Portillo. Ela reflecte-se em correntes de pensamento político não oficiais bem implantados, e particularmente na esquerda, que pede da Televisão e do jornalismo a ruptura da uniformidade. No campo do jornalismo escrito essa meta já foi, de certo modo, conseguida com os órgãos de informação "El Día", "Uno mas uno", "Proceso".

UM VÍNCULO DIRECTO COM A REALIDADE

O que propõem vocês de concreto?

O nosso projecto é uma tentativa de encontrar um vínculo entre os acontecimentos, ligá-los num contexto, mostrar a sua racionalidade

objectiva, a sua congruência, e, por isso, criar esse nexó entre os acontecimentos e a vida de cada um. Daí, inclusive, o nome do noticiário, "enlace".

Tivemos todo o cuidado de não cair numa linguagem que fosse algo assim como o contrário do utilizado pela televisão comercial, o mesmo mas com sinal contrário. Isso seria igualmente nefasto, porque desprezaria a inteligência das pessoas.

Pensamos que o jornalismo democrático não é necessariamente o do panfleto, que produz resultados contrários aos pretendidos, mas o que insta as pessoas a estabelecer o seu próprio juízo sobre as coisas. O verdadeiramente progressista é pensar por si mesmo. No entanto, no trabalho do noticiário nem sempre pudemos cumprir com todos estes propósitos.

Com o programa semanal "do acontecimento à notícia" procuramos todas as semanas ir mais longe do que a própria notícia em si. Re-

compilamos dados, ordenamo-los e nós próprios assumimos uma posição face aos acontecimentos, sem contudo a querer impôr ao público. Lutamos, sim, para que seja assumida a subjectividade, quer como obrigação política como ética. E como um direito.

No México o jornalismo ocultou a sua tendência direita sob a máscara da objectividade.

Para nós, o problema é assumir a nossa própria atitude frente aos factos, sem impedir que as pessoas assumam a sua, que pode não ser a nossa. É subtil, mas ela parece-me necessária para não cair no maniqueísmo esquerdizante.

Com o programa "Do acontecimento à notícia" muitos temas candentes foram tratados na televisão oficial...

Assim foi, reivindicámos o direito do jornalismo político a ocupar um espaço na "couda" hermeticamente fechada como era a televisão antigamente. Ou seja, reivindicar que a televisão também é para analisar e analisar-se, para



Desenho de Vasco

falar de política e dos políticos. Para nós o jornalismo político consiste na análise ampla, sem juízos prévios, crítica, de todos os grandes problemas.

Não houve nenhum acontecimento nacional de importância que não tenha sido tratado por nós durante estes anos. Muitos deles eram temas "tabu" na televisão e nós contribuimos para a sua análise e discussão pública. Exemplo disso foram os programas sobre o gasoduto, a lei nuclear, o Fundo Monetário Internacional...

HONESTIDADE E PREPARAÇÃO PROFISSIONAL

Para concretizar esses objectivos não basta só defini-los, mas ter uma equipa de jornalistas profissionais capacitados, com boa formação política, hábeis no tratamento de informação, enfim, há que ter o elemento humano. Conseguiram-no vocês? responde a equipa humana às aspirações de um jornalismo diferente do tradicional?

Nesse sentido pensamos que somos uma novidade dentro do jornalismo mexicano: trata-se provavelmente da primeira equipa de jornalistas em que todos saíram das escolas de jornalismo, gente jovem que compartilha estes ideais.

Para entrar na nossa equipa nós exigimos quatro requisitos essenciais: primeiro, ser gente honesta, mecanismo elementar de defesa num meio tão corrupto como é o nosso; segundo, ter preparação profissional; terceiro, defender posições democráticas; por último, serem inteligentes. Dos jovens que trabalham na equipa, quatro ou cinco foram alunos meus na Escola de Jornalismo Carlos Septién.

Qual a forma de organização diária do trabalho da equipa?

Os noticiários são feitos por oito repórteres. Eles encarregam-se de cobrir diariamente determinadas informações ou acontecimentos que se sabem irão ocorrer. Ou outros que ficam em suspenso, ou ainda para aprofundar algum tema que abordámos de passagem e que vale a pena aprofundar.

Outro grupo fica na redacção. A que chamamos os "analistas", já que realizam um trabalho de arquivo, sobre esses mesmos acontecimentos do dia, procurando referências, dados que permitam obter o contexto.

Em simultâneo trabalham conosco os camaradas, que na televisão são elementos chave, acompanhando os repórteres ou procurando por eles mesmo elementos que completem visualmente a informação.

Como determinam o número de notícias a ir para o "ar"?

Nós optamos por ficar com um número muito reduzido de notícias. Também isso vai contra os critérios da televisão comercial, que promove a ideia que dar "muitas" notícias é dar uma boa informação. Se eles optam por dar

oitenta ou mesmo cem notícias, nós, possivelmente, apenas incluímos quinze. A "abundância" de informação é uma armadilha.

Há secções permanentes?

Temos secções que procuram levar a compreender melhor as coisas: uma secção de economia, já que é absolutamente impossível viver neste mundo sem conhecer elementos de economia que nos permitam ter uma visão racional de problemas que vivemos muito de perto e que em geral nos são apresentados de maneira obscura e confusa.

Outra é a secção internacional e também "os acontecimentos e os livros", que procura incentivar as pessoas para a leitura a partir dos acontecimentos que são notícia.

FORMAR A NOSSA PRÓPRIA EQUIPA

Que opinião têm vocês do trabalho que realizam?

Uma dificuldade que enfrentámos foi a de formar uma equipa idónea. Como já referimos, no jornalismo mexicano não abundam jornalistas com as características que citámos, que me perdoem aqueles que constituem a excepção.

O que fizeram então para concretizar esses propósitos?

Tivemos que optar por fazer nós próprios a equipa. Tarefa que tem altos e baixos. Há que começar por profissionalizar os rapazes, ensinar-lhes o ABC do jornalismo. Partimos do zero. E notamos avanços importantes na maior parte da equipa, dos analistas, dos repórteres, sobretudo dos produtores. Conseguimos fazer prevalecer o prestígio da nossa gente, porque é um grupo honesto. Diria que já percorremos cinquenta por cento do caminho.

Como se tem manifestado o público?

Não temos estudos de audiência, mas temos recebido do público uma enorme quantidade de sinais que indicam interesse no nosso trabalho. Manifestações que provêm de gente de uma enorme diversidade social, estudantes, homens de negócios, camponeses, donas de casa, intelectuais. Interpelam-nos na rua para darem a sua opinião ou para trocar impressões conosco. Recebemos além disso numerosas chamadas telefónicas diárias.

Qual a reacção dos políticos?

Acho que ainda levará algum tempo até que seja cabalmente compreendido o nosso propósito de fazer com que a TV do Estado se identifique ineludivelmente com os objectivos democráticos da Nação, com as grandes tarefas que desde há 150 anos se exige do povo mexicano: defesa da soberania, das riquezas naturais, integridade cultural e territorial.

Como definiria o jornalismo que você defende para um canal oficial?

Pensamos que o jornalismo de Estado no México deve ser anti-imperialista, democrático, popular e nacionalista no melhor sentido do termo.

Agência Panafricana de Informação



Ahora que encerramos esta edição está reunido na cidade do Lobito, na República Popular de Angola, o Conselho Intergovernamental da Agência Panafricana de Informação (PANAF), estrutura para a informação criada na décima sexta sessão ordinária da Organização de Unidade Africana (OUA) realizada em Monróvia, capital da Libéria, em Julho do ano passado. Objectivo central para a criação da Agência: subtrair a informação na África ao domínio imperialista, aos monopólios estrangeiros e orientá-la, resolutamente, para a promoção do desenvolvimento". Devendo a Agência Panafricana de Informação (conforme se pode ler no preâmbulo da decisão que levou à sua criação) constituir "uma poderosa arma de luta contra o colonialismo, o neocolonialismo, o imperialismo, o *apartheid*, o racismo, o sionismo e todas as formas de dominação".

A sede central da Agência ficará instalada em Dakar, capital senegalesa, funcionando as "pools" regionais no Zaire (região Centro), Nigéria (Oeste), Sudão (Este), Zâmbia (Sul) e Líbia (Norte). Salientando a alínea b do artigo 3.º da Convenção que o país sede da Agência, neste caso o Senegal, se deve abster "de exercer so-

bre a agência qualquer forma de influência ou ingerência".

Serão objectivos da Agência, conforme destaca o artigo 2.º da sua constituição:

— Promover os fins e objectivos da OUA para a consolidação da independência, da unidade e solidariedade africanas;

— Dar a conhecer e apoiar melhor as lutas de libertação dos povos contra o colonialismo, o neo colonialismo, o imperialismo, o *apartheid*, o racismo, o sionismo e todas as formas de exploração e opressão;

— Favorecer uma troca eficaz de informação política, económica, social e cultural entre os Estados membros;

— Trabalhar para a integração subregional e regional dos países africanos, reforçar a cooperação bilateral e multilateral entre eles, assegurando uma circulação rápida e constante de informações responsáveis;

— Corrigir a imagem deformada da África, dos seus países e povos, em resultado da informação parcial e negativa difundida pelas agências noticiosas estrangeiras e trabalhar com determinação para dar a conhecer os seus valores culturais;

— Criar um banco de dados sobre a África com vista à promoção das possibilidades de recolha, tratamento e divulgação de documentação adequada;

— Contribuir para o desenvol-

vimento das agências nacionais já estabelecidas e encorajar, em África, a criação de agências nacionais e de institutos multinacionais de formação no domínio da informação e, se necessário, em cooperação com as organizações internacionais com competência neste domínio;

— Velar pela preservação e promoção da comunicação tradicional oral, escrita e visual;

— Cooperação com os organismos africanos de informação para um maior impulso em matéria de Imprensa, Rádio, Televisão e Cinema.

O Conselho Intergovernamental agora reunido no Lobito é composto de 14 estados, eleitos regionalmente para assegurar o equilíbrio da representação continental sendo os seus mandatos de dois anos. Actualmente o Conselho é composto por Angola, Camarões e Ruanda (Regional Centro), Ghana, Guiné, Mauritânia, Serra Leoa (Oeste), Ilha Maurícia, Quênia e Uganda (Este), Leshoto e Moçambique (Sul) e Argélia e Marrocos (Norte); tomando parte nas reuniões do Conselho o Secretário-Geral da OUA e o presidente do Conselho de Ministros de Informação da OUA. O Conselho agora reunido é responsável pelas decisões da Conferência de Ministros da Informação da OUA e substituiu-a entre duas reuniões ordinárias.

UMA das primeiras colónias do Império português, as Ilhas de São Tomé e Príncipe e os ilhotes adjacentes têm uma história terrível, que comove muitos africanos ao recordar o tráfico de escravos que se prolongou até há poucos anos.

Convenientemente situados a 300 quilómetros da costa africana, os seus portos naturais foram convertidos no século XV pelos portugueses em "escala para o abastecimento de navios". Barcos holandeses, espanhóis, franceses, britânicos e portugueses compravam ali escravos procedentes do continente para revender nas colónias americanas. Alguns deles ficaram nas ilhas, que se converteram no primeiro produtor africano de cana-de-açúcar.

As revoltas não tardaram a estalar e, após o fracasso do levantamento de Yoan Gato, o escravo Amador encabeça uma revolta que o leva a controlar dois terços de São Tomé, donde se proclama rei. Vencidos pouco depois, os rebeldes refugiavam-se em **quilombos** (redutos guerrilheiros na selva), não sem antes queimar as culturas. Os plantadores mudam-se para o Brasil, e com os escravos levam consigo o germen da insurrei-

ção que rapidamente produziu no Brasil os **quilombos**, alguns dos quais, como o de Palmares, resistirão durante quase um século, convertendo-se em verdadeiras repúblicas.

Entretanto, em São Tomé e Príncipe a agricultura desapareceu durante quase três séculos. As ilhas voltaram a ser um mero depósito de escravos em trânsito até que, no século XIX, se introduz o café e o cacau. Mesmo depois da abolição, tardiamente decretada em 1869, a escravatura subsistiu sob formas disfarçadas (os "homens livres" eram contratados por nove anos com um salário fixo), o que motivou rebeliões e um boicote internacional contra o "cacau escravo" da colónia portuguesa.

Sob uma nova variante, a "neo-escravatura" perdurou até meados do século XX. Uma Sociedade de Imigração para São Tomé organizou o tráfico moderno, "contratando" trabalhadores para as plantações nas outras colónias portuguesas, Angola, Cabo Verde, Guiné e Moçambique. Durante o colonial-fascismo de Salazar e Caetano a repressão foi duríssima e, em Fevereiro de 1953, mais de mil homens foram assassinados em menos de uma semana na localidade de Batepó.

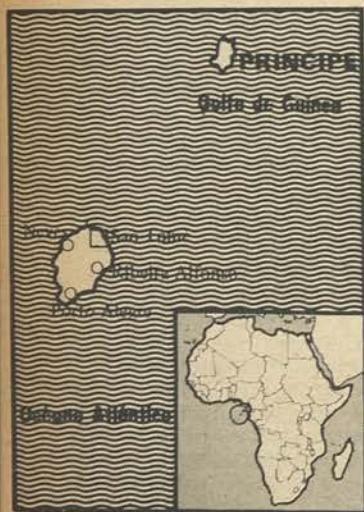
O massacre fez compreender aos rebeldes a necessidade de se organizarem e assim se criou em 1969 o **Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP)**, com dois objectivos fundamentais: Independência e Reforma Agrária.

Noventa por cento da terra são-tomense era propriedade de

empresas estrangeiras e, apesar das ilhas serem muito férteis, quase todos os alimentos que consumiam deviam ser importados, devido à irracional política da monocultura. Os trabalhadores agrícolas foram, e são, uma das principais bases do apoio do **MLSTP**, como ficou demonstrado com a greve geral de 24 horas de Agosto de 1963, que paralisou totalmente as plantações.

Apesar das condições do território impedirem a luta armada em São Tomé e Príncipe, o **MLSTP** realizou um intenso trabalho político clandestino, que lhe valeu o reconhecimento da OUA e dos Não-Alinhados. Juntamente com o MPLA de Angola, o PAIGC da Guiné e Cabo Verde, e a FRELIMO de Moçambique, constituiu a **Conferência de Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas**. Era então, o único interlocutor válido quando, após a "Revolução dos Cravos" de 25 de Abril de 1974, Portugal iniciou a descolonização.

Anulando manobras reacionárias que alegavam que as ilhas não eram colónias, mas "provincias do ultramar", o **MLSTP** participa em 1974 num governo de transição e no ano seguinte proclama-se a independência. Desde então a lista de realizações é eloquente: a banca e as terras foram nacionalizadas, a medicina socializada, criou-se uma moeda nacional, uma profunda reforma administrativa está a revolucionar o aparelho estatal herdado do colonialismo e uma campanha de alfabetismo multiplica os "círculos de cultura popular".



A TERRA: 964 Km².

O POVO: 83 000 habitantes em 1978, **Gentílico:** são-tomense. **Idiomas:** português (oficial) e crioulo. **Religião:** maioria católica. **Crescimento anual:** 1,6 por cento. No ano 2000 serão 115 mil. **O ESTADO:** República Democrática de S. Tomé e Príncipe. **Capital:** S. Tomé, com 18 000 habitantes (1977). **Festa nacional:** 12 de Julho, Independência (1975).

Governo: Manuel Pinto da Costa, presidente.

A ECONOMIA: 50 milhões de dólares de PNB em 1976. Com origem basicamente no cacau, 87 por cento; café e copra. Só há indústrias ligeiras de carácter quase artesanal.

senegal

JÁ no século XVII os súbditos de Luís XIII começaram a instalar-se nas encostas e margens do rio Senegal, território habitado desde muito cedo por uma população de raça negra, islamizada pelo contacto com os países árabes vizinhos. Aí estabeleceram a base de um comércio triangular: os produtos manufacturados europeus eram trocados com os chefes tribais por escravos que se vendiam nas Antilhas por açúcar e rum enviados para a Europa. Disputado também pelos ingleses, o território muda de mãos muitas vezes, até que finalmente se estabelece a divisão actual, que deixa para os britânicos o enclave da Gâmbia.

Após a abolição da escravatura pela revolução francesa de 1848, os senegaleses passam a ser "cidadãos de segunda classe" do império, enviando um deputado a Paris. Nesses tempos, o Senegal já exportava milhares de toneladas de amendoim, e participava com os seus contingentes no Exército francês. Os "atiradores senegaleses" (nome genérico em que se incluíam os procedentes de toda a África Equatorial Francesa) desempenharam um destacado papel na I Guerra Mundial defendendo a metrópole.

Após o conflito, em 1919 reúne-se em Paris um Congresso Pan-Africano, que reclama a emancipação das colónias. A partir do pan-africanismo, o poeta Leopold Sédar Senghor elabora a doutrina das eleições locais. Senghor reivindicava um parlamento e maior autonomia

para a sua pátria, mas sempre dentro do quadro da federação com a França.

Assim, em 1958, o Senegal adere à "Lei Quadro" e converte-se em território autónomo dentro da União Francesa. Mas a libertação africana já era um processo irreversível (e a França aderira ao Mercado Comum Europeu, que não aceitava o lastro colonial) e em 1960 o Senegal ascende pacificamente à independência completa. As intenções de constituir uma federação do Mali na África Equatorial fracassam, em grande medida, pela resistência do Senegal em repartir a sua prosperidade relativa com os vizinhos mais pobres.

A ideologia do "socialismo africano" que propõe Senghor, tem pouco de revolucionária. Baseada na ideia de que a sociedade tradicional africana é essencialmente colectivista, sustenta que o "socialismo" já existe no continente... e portanto não há necessidade de construí-lo. Na realidade esse "colectivismo" serve para fornecer mão-de-obra barata a uma agricultura de exportação (amendoim, algodão) controlada do estrangeiro. A indústria, entretanto, está em 82 por cento nas mãos de capitais franceses. E como isso fosse pouco, Senghor instalou em Dakar uma "zona franca", onde as transnacionais gozam de maiores privilégios que em Singapura ou Hong-Kong.

Em política externa, Senghor é um "francófilo" entusiasta, alinhando-se sistematicamente com as posições de Paris no



continente e permitindo a utilização da base francesa de Cabo Verde no seu território, para agredir os movimentos de libertação do Sara e Zaire. Na previsão de futuras mudanças políticas em França, Senghor solicitou ser aceite na Internacional Socialista, e para isso introduziu reformas constitucionais que estabelecem um pluralismo limitado a três partidos: um "liberal-democrático" (o Partido Democrata Senegalês), um "marxista-leninista" (o Partido Africano para a Independência) e um "socialista-democrático" (o seu próprio, rebaptizado Partido Socialista Senegalês). A verdadeira opção popular e revolucionária, o "Rassemblement National Démocratique" ficou excluído, e assim Senghor não teve dificuldades em fazer-se reeleger, em 1978, para um novo período presidencial. Na reunião da Internacional Socialista desse mesmo ano, em Dakar, Senghor prometeu atrair mais governos africanos ao organismo social-democrata, o que para muitos dirigentes políticos do continente não é senão um intento para embelezar o rosto do neocolonialismo.

A TERRA: 196 192 Km².

O POVO: 5 400 000 habitantes em 1978. **Gentílico:** senegalês. **Idiomas:** francês (oficial) e línguas autóctones. **Religião:** maioria islâmica; animista e cristã.

O ESTADO: République du Senegal — República do Senegal. **Capital:** Dakar com 581 000 habitantes (1977). **Festa nacional:** 4 de Abril, Independência (1960).

Governo: Léopold Sédar Senghor, presidente; Addou Diouf, primeiro-ministro.

A ECONOMIA: 2000 milhões de dólares de PNB em 1976. Com origem em: agricultura, 28 por cento; indústria, 24 por cento; serviços, 48 por cento (1976).





QUANDO o navegador português Pedro de Cintra visitou estas costas escarpadas em 1462, o eco das tempestades sobre as montanhas do litoral evocou-lhe o rugir dos leões. Desde então o território foi conhecido por Serra Leoa, nome esse que muitos nacionalistas aspiram mudar por o considerarem artificial.

Três séculos mais tarde a Inglaterra enfrentava um "problema demográfico" peculiar, provocado pela chegada a Londres de centenas de escravos fugidos das Antilhas, amparados por uma decisão jurídica que não reconhecía a escravidão na metrópole. Optou-se então por "devolvê-los" à África. O líder abolicionista Granville Sharp compra aos chefes tribais um território de duzentos e cinquenta quilômetros quadrados (por sessenta libras esterlinas) e instala nele uma sociedade de agricultores, organizada primeiro sobre bases democráticas e logo transformada pela lógica capitalista numa empresa colonizadora que impulsiona a conquista britânica de todo o país.



pág. 126 n.º 20/Janeiro 80

Arrojados para um lugar onde não tinham nada de seu, os "crioulos" (nome que ainda hoje conservam os seus descendentes, umas trinta mil pessoas) esforçaram-se por assimilar a cultura europeia, desprezando os "selvagens" do interior e servindo de intermediários ao colonialismo inglês.

Quando chega a hora da descolonização, em 1960, os britânicos negociam com os líderes tradicionais um acordo que salvaguarde os seus interesses. Sir Milton Margai, secretário-geral do Partido do Povo torna-se assim, em 1961, o primeiro-ministro de Serra Leoa independente. Os "crioulos", que junto com os britânicos e com os comerciantes de origem sírio-libanesa retém o poder económico, foram despojados do poder político. Exercem, no entanto, uma grande influência sobre o governo de Margai.

Quando este morre em 1964, o seu irmão Albert sucede-lhe. Tudo continua igual. A corrupção e o vício desenvolvem-se a níveis que alguns comparam

com os de Cuba de Batista. A produção de diamantes dá origem a uma cadeia de tráfico ilícito, e a delinquência converte-se na fonte mais usual de enriquecimento. Ao autoritarismo de Albert Margai acresce, além do mais, a impopularidade do seu governo.

A situação mudará em 1976, quando o All People's Congress (APC, Congresso de Todo o Povo) de Siaka Stevens ganha nas eleições. Os crioulos conservadores, os líderes tradicionais e os neocolonialistas britânicos unem-se para impedir a ascensão de quem consideram "perigosamente progressista". Stevens é derribado por um golpe militar e é obrigado a exilar-se em Conakry.

Cheios de repugnância pela corrupção e pela usurpação, um grupo de oficiais subalternos toma o poder em Abril de 1968 no chamado "golpe dos sargentos" e restitui-o a Stevens, que em 1971 rompe os últimos laços entre Serra Leoa e a Grã-Bretanha, proclama a República e torna-se presidente.

A TERRA: 71 740 km²

O POVO: 3 520 000 habitantes em 1978. **Gentílico:** serraleonense. **Idiomas:** inglês (oficial), krio, monde e temne. **Religião:** animista e islâmica.

População urbana: 15 por cento. **População economicamente activa:** 1 112 000. Destes, 67 por cento dedicam-se à agricultura. **Crescimento anual:** 1,5 por cento. No ano 2000 serão 5 milhões. **Esperança de vida (1975)** H:42, M:45. **Mortalidade infantil:** 136 por mil. **Um médico por cada** 17 520 habitantes (1975). **Analfabetos:** 85 por cento (1975). **População estudiantil:** 5 por cento. **Universidades:** 2 com 1565 estudantes (1970).

O ESTADO: Republic of Sierra Leone — República da Serra Leoa. **Capital:** Freetown com 274 000 habitantes (1974). **Festa nacional:** 19 de Abril, Dia da República (1971).

Governo: Siaka Stevens, presidente. Sorie Korma, vice-presidente, Christian Kamara Taylor, primeiro-ministro.

A ECONOMIA: 620 milhões de dólares de PNB em 1976. Com origem em: **agricultura,** 32 por cento; **indústria,** 23 por cento; **serviços,** 45 por cento (1976). **crescimento anual do PNB:** 1 por cento; **real,** 0,5 por cento **Per capita (1970-76)** PNB per capita: 200 dólares em 1976. **rendimento mensal de um operário:** 45 dólares (1976). **desemprego:** 8,86 por cento (1978). **Moeda:** Lion; 1,06 por dólar (Março 1979).

seychelles

MAIS de 35 mil turistas são transportados cada ano por quinze companhias aéreas para Mahé, o "paraíso perdido". Mas agora os visitantes em busca de exotismo encontram as paradisíacas Seychelles transformadas por um processo revolucionário e ameaçadas por um ataque de mercenários, ambiente que recorda mais a chegada dos colonialistas franceses e britânicos que disputaram o arquipélago no século XVIII, que o de "Ilhas do Amor", publicitado pelas agências turísticas.

A Grã-Bretanha não se ocupou muito da sua colónia indiana, depois de tê-la arrebatado definitivamente à França em 1794, e até 1903 administrou-a da Ilha Maurício. Com as guerras mundiais deste século, o arquipélago adquiriu valor estratégico e serviu então de base de telecomunicações.

O Seychelles People's United (SPUP - Partido Unido do Povo de Seychelles), fundado em 1964, deu à população local (na sua maioria descendentes de ex-escravos africanos e trabalhadores hindus) uma nova perspectiva nacionalista. A sua força ficou demonstrada nas greves gerais de 1965 e 1966 e em grandes mobilizações populares realizadas em 1972. Entretanto, os interesses colonialistas organizam-se na associação patronal Seychelles Taxpayers ("pagadores de impostos"), posteriormente transformada por James B. Mancham no Seychelles Democratic Party, para se opor à independência.

Nas eleições legislativas de Abril de 1974, o SPUP obteve 47,6 por cento de votos. Contudo, o peculiar sistema "de-

mocrático" colonial só lhe concedeu dois dos quinze lugares e Mancham permaneceu como primeiro-ministro. Mas era já demasiado tarde para conter a vaga nacionalista e, por sugestão do Foreign Office britânico, Mancham aceitou converter-se no primeiro presidente da República, proclamada em 1976. Pouco antes havia consentido em "devolver" a Londres as estratégicas ilhas do BIOT (Território Britânico do Oceano Índico), desde 1967 administradas de Mahé e que os britânicos, por sua vez, cederão aos Estados Unidos que instalaram nelas a importantíssima base aeronaval de Diego García.

A política externa de Mancham era de estreita aliança com a África do Sul (que proporcionava os maiores contingentes turísticos), enquanto que na política interna se arrastavam as plantações de chá e coco para dar lugar a novos hotéis de cinco estrelas de propriedade estrangeira. Ilhas inteiras foram vendidas a estrangeiros como a Harry Oppenheimer (o magnate sul-africano do ouro) ou ao actor Peter Sellers.

Finalmente, quando em 1977 Mancham manobrava para adiar uma vez mais as eleições, as milícias do SPUP tomaram o poder na sua ausência, "com inteira colaboração das forças policiais". Acusando-o no comunicado oficial de "levar uma vida dispendiosa enquanto o seu povo trabalhava duramente", nomearam para o seu lugar Albert René, o líder do PSUP.

René reafirmou a sua militância no Movimento dos Países Não-Alinhados que já antes da independência reconhecia o SPUP como legítimo movimen-



to de libertação - e estreitou vínculos com os países e movimentos progressistas do Oceano Índico. O novo governo pronunciou-se pelo socialismo. Propõe-se reorganizar o turismo em novas bases, reinvidica a prioridade à agricultura e à pesca para alcançar a auto-suficiência alimentar e esforça-se para alargar o ensino e combater o desemprego, que afecta mais de metade da população activa. Além disso, enfrenta ameaças de intervenção que tentariam repetir nas Seychelles o golpe que derrubou, em Maio de 1978, o governo progressista das vizinhas Comores.

A meados de 1979 o SPUP foi transformado em Frente Progressista do Povo Seychelhense, para responder melhor à nova situação política. Em Junho de 1979 o poder foi institucionalizado, obtendo o FPSP 98 por cento da votação em eleições com um abstencionismo de apenas 5 por cento. Após a vitória o presidente René anunciou o próximo encerramento da estação norte-americana de rasteio de satélites no arquipélago e reclamou o encerramento da base militar americana na vizinha ilha de Diego García e a sua restituição ao governo de Maurício.



A TERRA: 280 km²

O POVO: 65 000 habitantes em 1978. Gentílico: seichelense. Idiomas: inglês e francês (oficiais), um dialecto derivado do francês é a língua corrente. Religião: maioria cristã, anglicana.

O ESTADO: Republic of the Seychelles - República das Seychelles. Capital: Victoria com 150 000 habitantes (1977). Festa nacional: 28 de Junho, Independência (1966).

Governo: Albert René, presidente e secretário-geral do SPUP (Seychelles People's United Party).



JUNTAMENTE com Gibraltar, Malta e Hong Kong, a ilha foi um dos pontos de apoio vital para o domínio dos mares do Império Britânico. Controlando o Estreito de Malaca, a chave da navegação para o Extremo Oriente, o "Porto do Leão" foi construído em 1297 e arrasado um século mais tarde. Em 1819 a britânica East India Company reconstruiu-o e cinco anos depois compra a ilha e as ilhotas adjacentes ao sultão de Lahore, que passam a ser a Colônia dos Estreitos, encruzilhada comercial e militar da região.

Em Fevereiro de 1942 os japoneses ocupam o forte "inexpugnável" de Singapura, destroem os couraçados britânicos **Prince of Wales** e **Repulse** e dominam o espaço aeronaval da região. Era o início do fim do Império forjado pela Rainha Vitória. Apesar dos japoneses terem sido derrotados na guerra, os ingleses compreenderam que os tempos eram outros. A resistência anti-nipônica tinha forjado um forte movimento revolucionário, liderado pelo **Partido Comunista da Maláia** (nome que engloba a Singapura

e a Península Malaca, cuja separação a esquerda sempre considerou artificial), claramente hostil aos interesses britânicos.

Em 1946 a Colônia dos Estreitos é dissolvida, separando as ilhas menores da Singapura e passando estas para a administração da Malásia e da Austrália. Em 1948 é desencadeada uma intensa repressão anti-operária na Malásia, que obriga o PCM a passar à clandestinidade e à luta guerrilheira na selva.

Em Singapura, onde a concentração de trabalhadores e a tradição de luta era maior, os ingleses compreenderam que uma saída neocolonista requeria a divisão da esquerda. Encorajam assim a criação do **Partido de Acção Popular (PAP)**, em 1954, com definições social-democratas e anti-imperialistas, mas liderado por um homem que lhes era fial, Li Cuan Yu.

No ano seguinte concedem a autonomia interna à ilha, e depois de terem encarcerado as personalidades progressistas do partido, outorgam a independência a Singapura em 1959. Em 1961, a ala esquerda do PAP funda o **Barisan Socialis (Frente Socialista)**, que se opõe ao projecto de uma fusão de Singapura e da Malásia controlada de Londres. Mas em 1963, depois de novas "purgas" contra os opositores, esta união concretiza-se.

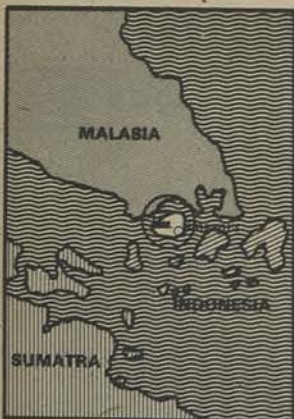
Singapura depende da Penín-

sula Maláia até no abastecimento da água que a cidade bebe. Mas nesse momento a integração não era viável e, em 1965, após uma série de conflitos interétnicos, Li decide abandonar a Federação e pôr a ilha ao serviço das transnacionais, particularmente as petrolíferas que esperam extrair uma produção de oito milhões de barris por dia no sudeste asiático.

Os primeiros anos foram de um eufórico crescimento económico. A ilha converteu-se no "enclave exportador" de produtos manufacturados pelas transnacionais e centro financeiro, internacional, de onde é manejada a economia do país.

Este esquema foi posto em causa com a "crise do petróleo" e em 1974 ressurgiram as manifestações estudantis e operárias. O protesto só pôde ser contido através de uma repressão extremamente dura. Esta chegou a tais extremos que a Internacional Socialista, horrorizada, expulsou o PAP das suas fileiras em 1975.

Cada vez mais isolado no plano internacional, o regime de Singapura só consegue manter-se por uma militarização extrema de todos os aspectos da vida quotidiana, já que o seu modelo de desenvolvimento baseado na exportação sobrevive graças aos salários baixos e às brutais condições de trabalho, que são precisamente as causas do descontentamento generalizado.



pág. 128 n.º 20/Janeiro 80

A TERRA: 581 km²

O POVO: 2 330 000 habitantes em 1978. s, Gentílico: Singapurense. Idiomas: inglês, chinês, malaio e tamil. Religião: budista, confucionista, taoista, muçulmana, induísta e cristã.

População urbana: 90 por cento. **População economicamente activa:** 903 000. Destes, 3 por cento dedicam-se à agricultura. **Crescimento anual:** 1,5 por cento. No ano 2000 serão 3 milhões. **Esperança de vida:** (1970) H:65, M:70. **Mortalidade infantil:** 12 por mil. **Um médico por cada 1399 habitantes** (1975). **Analfabetos:** 24 por cento (1975). **População estudantil:** 22 por cento. **Universidades:** 5 com 18 501 estudantes (1975).

O ESTADO: Republic of Singapur — República de Singapura. Capital: Singapur, com 2 250 000 habitantes (1977). **Festa nacional:** 9 de Março, Independência (1965).

Governo: Benjamim Sheares, presidente; Li Cuan Yu, primeiro-ministro. O Partido de Acção Popular, no governo, abandonou a sua filosofia social-democrata original para basear o seu poder numa militarização intensiva do Estado.

falamos português há dois anos



1980



EXPORTA:
 CHÁ
 ACUCAR
 COFEA
 CACAO
 BISCAL



DUAS EMPRESAS QUE ASSEGURAM O DESENVOLVIMENTO DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

COMETAL MOMETAL S.A.R.L.

EXPORTA:
 VAGÕES CISTERNAS
 VAGÕES DE CARGA GERAL
 PLATAFORMAS PARA CONTENTORES



C. P. 1401
 MAPUTO MACHAVA
 TELEX:
 6535 DNIME-MO